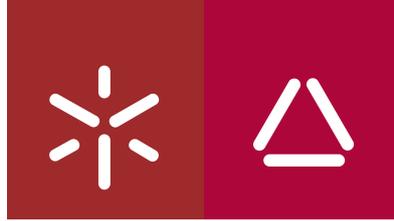




**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Joel Avelino Ribeiro Pereira

**Os Mercenários nas Guerras Fernandinas  
e nas Guerras da Independência (1367-1411)**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Joel Avelino Ribeiro Pereira

**Os Mercenários nas Guerras Fernandinas  
e nas Guerras da Independência (1367-1411)**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo**  
e do  
**Professor Doutor Luís Miguel Duarte**

janeiro de 2020

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho:



Atribuição-NãoComercial  
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação não seria possível sem o apoio das pessoas que me rodeiam. Cabe-me por este motivo agradecer aqueles que contribuíram e apoiaram este projeto.

Em primeiro lugar queria agradecer aos meus pais e à minha irmã, que foram a força motriz por trás deste trabalho. Em momentos de menos empenho e vontade, não me deixaram cair e mantiveram-me focado.

Uma palavra de gratidão aos amigos e colegas, que me apoiaram e aconselharam da melhor maneira, e foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Gostaria de agradecer ao Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, que foi o orientador e consultor científico desta dissertação. Agradecimento extensível ainda ao Professor Doutor Luís Miguel Duarte, coorientador deste trabalho.

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Resumo

Título: Os Mercenários nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência (1367-1411)

Esta dissertação tem como objeto de estudo os mercenários nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência. Sendo estas guerras abordadas nas obras de vários autores, ainda não se tinha dado a devida atenção a estes grupos de homens de armas. Apesar das companhias de mercenários, terem tido um contributo que alterou a forma como se fazia a guerra em Portugal. O que veio a revelar-se de extrema importância no confronto direto com o inimigo e no desfecho destas guerras. Com uma importância determinante nestes conflitos, vários são os relatos feitos de mercenários nas várias crónicas. Sendo assim, esta investigação assentou na análise de cinco crónicas: A Crónica do Condestável, a Crónica de D. Fernando, a Crónica de D. João I, a Crónica dos Reis de Castela e as Crónicas de Froissart. Foi levantada a informação existente que foi organizada numa base de dados, funcionando como o nosso ponto de partida. Complementamos esta informação, com a diversa bibliografia existente, que tem como tema as guerras aqui estudadas. Seguimos autores como João Gouveia Monteiro, Armando Martins e Luís Miguel Duarte, entre outros. Para uma visão mais alargada recorremos a autores estrangeiros como Philippe Contamine e Peter Russel. Pretende-se que este estudo possa enriquecer o conhecimento da guerra praticada neste período em Portugal.

Palavras-chave: Crónicas, Companhias, Guerra, Mercenários, Portugal.

## Abstract

Title: The Mercenaries in the Fernandine Wars and in the Wars of Independence.

This dissertation aims to study the mercenaries in the Fernandine Wars and in the Wars of Independence. Since these wars were addressed in the works of several authors, it had not been given a proper attention to these groups of men of arms. Despite the companies of mercenaries, they had a contribution that changed the way the war was made in Portugal. What turned out to be extremely important in direct confrontation with the enemy and the outcome of these wars. With a decisive importance in these conflicts, there are several reports made by mercenaries in various chronicles. Therefore, this research was based on the analysis of five chronicles: The Chronicle of the Condestável, the Chronicle of D. Fernando, the Chronicle of D. João I, the Chronicle of the Kings of Castile and the Chronicles of Froissart. The existing information was collected and organized in a database, functioning as our starting point. We complement this information, with the various existing bibliography, which has as its focus point the wars studied here. We follow authors such as João Gouveia Monteiro, Armando Martins and Luís Miguel Duarte, among others. For a broader vision we use foreign authors such as Philippe Contamine and Peter Russell. It is intended that this study may enrich the knowledge of the war practiced in this period in Portugal.

Keywords: Chronicles, Companies, Mercenaries, Portugal, War.

## Índice

Agradecimentos .....	III
Resumo .....	V
Abstract .....	VI
Lista de Abreviaturas .....	IX
Introdução .....	10
1 Metodologias e Fontes .....	13
2 Os Mercenários medievais .....	15
2.1 Recrutamento e conceitos .....	15
2.2 Comportamento e ideologias .....	17
2.3 Equipamentos e estratégia militar .....	18
2.4 Mercenários ou aliados? .....	23
3 A conjuntura europeia na segunda metade do século XIV.....	26
4 A intervenção dos mercenários na Guerra Civil Castelhana .....	28
5 Primeira Guerra Fernandina .....	31
5.1 As negociações com Aragão .....	37
5.2 O tratado de Tagilde .....	39
6 Segunda Guerra Fernandina.....	41
7 Terceira Guerra Fernandina.....	44
7.1 Negociações com o duque de Anjou .....	46
7.2 O Conde de Cambridge em Portugal.....	47
7.3 O motim contra D. Fernando .....	51
7.4 A Prisão do Mestre de Avis .....	54
8 O Fim das Guerras Fernandinas .....	55
9 As Guerras da Independência.....	60
9.1 A Revolução de 1383/1385 .....	60
9.2 Os primeiros contactos com os ingleses.....	63
9.3 A Batalha dos Atoleiros.....	65
9.4 Mercenários no cerco de 1384 a Lisboa .....	67
9.5 Os primeiros reforços ingleses.....	69
9.6 Os preparativos da Batalha de Aljubarrota e o papel dos mercenários .....	71
9.7 A Batalha de Aljubarrota .....	77
9.8 As dificuldades no recrutamento de mercenários .....	82

9.9	O rescaldo da batalha e a oportunidade do Duque de Lencastre.....	83
10	A Campanha anglo-portuguesa em Castela.....	87
10.1	As consequências da campanha anglo-portuguesa em Castela.....	94
10.2	Os mercenários na campanha anglo-portuguesa de 1387 .....	99
11	O fim do conflito e a paz com Castela.....	102
12	Conclusão.....	104
13	Fontes e Bibliografia.....	105
13.1	Fontes.....	105
13.2	Bibliografia.....	106

## Índice de Mapas

Mapa 1- Movimentações das hostes na 1ª Guerra Fernandina (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol.1, 253).....	36
Mapa 2 - Movimentações na 2ª Guerra Fernandina (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol. 1, p. 255).....	43
Mapa 3 - Movimentações na batalha de Saltes (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol. 1, p. 257).....	46
Mapa 4 - Movimentações das hostes na 3ª Guerra Fernandina (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol. 1, p. 260).....	59
Mapa 5 - Movimentos preparatórios da Batalha de Aljubarrota (Fonte: Aljubarrota 1385. A Batalha Real).....	76
Mapa 6 - 2ª fase da Batalha de Aljubarrota (Fonte: Aljubarrota 1385. A Batalha Real).....	81
Mapa 7 - Territórios concedidos a Portugal, no Tratado de Ponte de Mouros (Fonte: Fundação da Batalha de Aljubarrota) .....	90
Mapa 8 - Itinerário da invasão anglo-portuguesa de Castela, em 1387 (Fonte: FBA) .....	93
Mapa 9 - Movimentações na campanha anglo-lusa 1387 (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol.1, p. 275).....	98

## Lista de Abreviaturas

CC – Crónica do Condestável

CDF – Crónica de D. Fernando

CDJ – Crónica de D. João I

CDRC – Crónica dos Reis de Castela

CF – As Crónicas de Froissart

## Introdução

A dissertação que aqui apresentamos em História Medieval tem como objetivo principal o estudo do impacto dos mercenários nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência. As balizas temporais que foram estabelecidas são o início do reinado de D. Fernando, ou seja 1367, e a paz alcançada com Castela, em 1411. Procuraremos responder a questões mais concretas sobre os mercenários, com vista a alargar o conhecimento sobre a guerra na Idade Média e a enriquecer os estudos já existentes sobre estes conflitos. Passamos então a introduzir os vários assuntos abordados nesta dissertação.

Começamos por definir o conceito de mercenário medieval. É essencial perceber quem eram, de onde eram e o que caracterizava um mercenário na Idade Média. Neste sentido dividimos este ponto em quatro: recrutamento, comportamentos e ideologias, estratégias e equipamentos e mercenários ou aliados? No recrutamento, procuramos perceber como eram recrutados e por quem. É também essencial entender de onde vinham e se existia alguma região mais propícia a esta atividade. Com os comportamentos e ideologias, pretendemos saber quais as motivações destes guerreiros, de que forma agiam e quais eram as suas crenças. Depois, analisamos as estratégias e equipamentos que utilizavam, se traziam alguma inovação e aquilo que os distinguiu dos restantes soldados. Por último, na tentativa de entender o que era um mercenário medieval, começaram a surgir algumas questões na interpretação das fontes. Assim sendo, foi feita uma análise mais aprofundada e uma reflexão sobre o que distingue os mercenários dos aliados, nas fontes utilizadas.

Antes de abordarmos os conflitos que aqui são alvo de estudo, foi feita uma breve contextualização. Apresentámos de forma resumida a conjuntura vivida na Europa na segunda metade do século XIV, nos aspetos políticos, económicos e sociais. De seguida, concentrámos a nossa atenção nos acontecimentos militares. Era imperativo abordar os conflitos que antecederam e se realizaram com as Guerras Fernandinas, por isso analisámos a Guerra dos Cem e a Guerra Civil Castelhana. Claro está, sempre com especial atenção a atuação dos mercenários nestes conflitos.

Nos capítulos seguintes entrámos finalmente nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência. Descrevemos os conflitos e as suas principais movimentações militares.

Procurámos conhecer a intervenção que tiveram os mercenários, em particular as negociações, as batalhas e o impacto que tiveram nestas guerras.

Esta dissertação teve como fontes, a *Crónica de D. Fernando*, a *Crónica de D. João I*, ambas da autoria de Fernão Lopes; a *Crónica do Condestável*; a *Crónica dos Reis de Castela*, de Pero Lopez de Ayala; e as Crónicas de Jean de Froissart. Estas fontes foram consultadas, sendo o suporte para a base de dados deste estudo. Com a informação recolhida nas fontes, recorremos as obras já abordaram o assunto para completar e enriquecer o trabalho. Para melhor compreender de que forma tem vindo a ser tratado este tema, é necessário percebermos o estado da arte.

Relativamente ao estado da arte o tema foi abordado em várias obras:

- *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, de João Gouveia Monteiro<sup>1</sup>, dá-nos uma breve descrição dos mercenários. Esta obra concentra a sua atenção nos fenómenos de guerra ocorridos entre 1350 e 1450. Procura principalmente compreender as diversas formas de fazer a guerra neste período, compreendendo de que maneira era efetuado o recrutamento, a organização e movimentações dos exércitos portugueses e os conhecimentos militares que possuíam. O autor dedica capítulos as batalhas campais, as operações de cerco e as formas de guerrilha que existiam.

- O primeiro volume da *Nova História Militar de Portugal*<sup>2</sup>, é uma obra essencial para os estudos militares no nosso país. Para esta dissertação foram tidos em conta dois capítulos, ambos da autoria de João Gouveia Monteiro. O capítulo sobre a *Organização e Formação Militar*, que aborda as formas de recrutamento, as formas de combate e os equipamentos que utilizavam. O outro capítulo abordado é sobre *As Campanhas que Fizeram História*, que aborda as três Guerras Fernandinas e a batalha de Aljubarrota. Neste capítulo são tratados os vários desenvolvimentos dos conflitos, as movimentações e as estratégias utilizadas.

- *La guerre au moyen age*, de Philippe Contamine<sup>3</sup>, descreve uma visão geral da guerra na idade média, desde da queda do império romano até ao uso de armas de fogo. Refere os

---

<sup>1</sup> Monteiro, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, ed notícias, 1998.

<sup>2</sup> Barroca, Mário Jorge; Duarte, Luís Miguel; Monteiro, João Gouveia, *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, coordenação: Matoso, José; direção: Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severino, Lisboa: Circulo de Leitores, 2003.

<sup>3</sup> Contamine, Philippe, *La guerre au Moyen Age*. Paris: Presses Universitaires de France, cop. 1980, 194.

armamentos e as regras de combate, dando um contexto social e político da época. Remete-nos para a importância do surgimento de exércitos permanentes, o uso da pólvora e o aumento dos corpos de infantaria.

- *Guerras Fernandinas 1369 – 1382*, de Armando Martins, é obra que nos permitiu compreender os desenvolvimentos das três Guerras Fernandinas. Começa por nos descrever o contexto europeu, mais especificamente a Guerra dos Cem Anos. Explica os antecedentes na Península Ibérica, que levaram ao conflito entre Portugal e Espanha. Na base do livro descreve as três guerras expondo as batalhas, cercos, movimentações militares e tratados de paz.

- *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, de João Gouveia Monteiro<sup>4</sup>, aborda os antecedentes da batalha dando-nos uma visão geral do contexto político, social e económico da época. Mas é em torno da arte da guerra que concentra a sua atenção, permitindo-nos compreender os desenvolvimentos e as movimentações dos dois exércitos na Batalha de Aljubarrota. Descreve os itinerários e os objetivos estratégicos dos dois exércitos, a escolha do terreno, o uso de fortificações e as forças e dispositivos envolvidos.

- *Aljubarrota, crónica dos anos de brasa*, de Luís Miguel Duarte, faz breves alusões aos mercenários que participaram nas várias guerras travadas em Portugal neste período. O livro aborda os antecedentes da batalha recuando até ao reinado de D. Fernando, e as guerras travadas nesse período. Explica o papel de Nuno Álvares Pereira como fronteiro do Alentejo, o desenvolver da batalha dos Atoleiros, o cerco de Lisboa, as cortes de Coimbra e a batalha de Trancoso. Por fim, descreve os desenvolvimentos da batalha de Aljubarrota e as suas consequências.

- *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, de Peter E. Russel<sup>5</sup>, recorre a diversos documentos descobertos pelo autor nos principais arquivos ingleses e peninsular. Trata-se de documentos das intervenções diplomáticas, políticas e militares dos ingleses na Península Ibérica, e particularmente em Portugal. Permite-nos compreender o desenrolar das negociações entre Portugal e Inglaterra para o recrutamento de efetivos para os conflitos que abordamos.

---

<sup>4</sup> Monteiro, João Gouveia, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*. Tribuna da História, 2003.

<sup>5</sup> Russel, Sir Peter E., *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa: INCM, 2000, p. 442.

- A obra de Kenneth Fowler, *Medieval Mercenaries: v. 1: The Great Companies*<sup>6</sup>, é um dos principais estudos sobre o tema. Este primeiro volume dedica-se exclusivamente ao estudo das grandes companhias de mercenários, que eram numerosas na Idade Média. Foca-se nos homens de armas que estariam desempregados após o Tratado de Bretigny que pôs fim à primeira fase da Guerra dos Cem Anos. Segue as atividades bélicas destes grupos de homens, que intervieram nos conflitos Peninsulares.

Estas são as principais obras que abordam o tema desta dissertação. Existem ainda algumas que foram consultadas para complementar o estudo.

Porém, antes de nos concentrarmos no desenvolvimento do estudo será necessário esclarecer as metodologias e fontes que foram utilizadas. Passamos a descrever o processo de investigação e método utilizado, bem como uma breve crítica das fontes utilizadas.

## 1 Metodologias e Fontes

Para compreender como foi feita esta dissertação é necessário descrever os métodos que foram utilizados e as fontes consultadas. A investigação consistiu na recolha de dados, das diversas fontes e bibliografias. A base de dados serviu como esqueleto do projeto, sendo necessário interpretar e compreender a informação obtida. Procedeu-se à sua análise e foram filtrados os pontos mais relevantes para os objetivos propostos. O esqueleto ganhou corpo, com a consulta da bibliografia existente, que permitiu ter um olhar mais claro sobre cada assunto. Adquirido o conhecimento, seguiu-se a redação, avaliando as perspectivas dos vários autores que estudaram estas guerras. Neste ponto foram introduzidas reflexões pessoais sobre alguns dos temas. Foi feito ainda um levantamento de mapas, na bibliografia consultada, para uma melhor compreensão dos conflitos e das movimentações dos exércitos no espaço geográfico.

Ao escolher um tema que tem como pano de fundo as Guerras Fernandinas e as Guerras da Independência, teremos de ter em conta o *estado da arte* e definir com rigor as fontes documentais a utilizar. Sendo assim, esta investigação girou em volta da recolha de informação

---

<sup>6</sup> Fowler, Kenneth, *Medieval Mercenaries: v. 1: The Great Companies*, Oxford, Blackwell Publishers, 2001.

em cinco fontes impressas: *A Crónica de D. Fernando*, a *Crónica de D. João I*, ambas da autoria de Fernão Lopes; a *Crónica do Condestável*; a *Crónica dos Reis de Castela*, de Pero Lopez de Ayala; e as Crónicas de Jean de Froissart. Indubitavelmente, Fernão Lopes teria de ser o nosso ponto de partida, indispensável para percebermos que país era Portugal nos finais da Idade Média. Porém, como refere Armindo de Sousa, «o rigor histórico de todos esses textos é muito relativo».<sup>7</sup> Relembramos que Fernão Lopes foi contratado por D. Duarte, em 1434, para efetuar a realização destas crónicas, o que pode ter influência a informação que transmitiu.<sup>8</sup> Este cronista é essencial, sendo que pode ser considerado o pai da historiografia portuguesa.<sup>9</sup> Para contrapor a visão de Fernão Lopes, recorreremos a *Crónica dos Reis de Castela*, que nos mostra a interpretação do principal inimigo de Portugal nestes conflitos. Pero Lopez de Ayala, sendo um testemunho ocular de alguns dos acontecimentos tratados aqui e que descreve a perspetiva castelhana, não poderia ficar de fora desta investigação. Relativamente a este cronista teremos de ter em atenção o facto de, tal como Fernão Lopes, ser contratado por uma das partes envolvidas o que poderá ter influenciado os relatos que chegaram aos nossos dias. Jean de Froissart expõe uma terceira visão dos acontecimentos, sendo fundamental os vários relatos que faz da Batalha de Aljubarrota. A *Crónica do Condestável*, sendo de autor desconhecido, permite-nos ter uma ideia da vida de Nuno Álvares Pereira, a que daremos especial atenção nos relatos da sua relação com mercenários, e as eventuais influências que deles recebeu na definição das suas estratégias militares. Porém, é necessário ter algum cuidado na interpretação destas crónicas, pois elas «são enunciações que supõem um locutor e um alocutário, havendo no primeiro intenção de influenciar o segundo duma maneira determinada».<sup>10</sup> Temos sempre que ter em atenção que o cronista está a tentar focar a nossa atenção na sua mensagem, que ostenta as suas ideologias.<sup>11</sup> Foi por isso importante fazer o contraponto dos vários relatos, para conseguirmos obter o melhor resultado possível no que à veracidade dos factos importa.

---

<sup>7</sup> Sousa, Armindo de, «Realizações, A Prosa Histórica», in *História de Portugal*, vol. 2, coordenação: Mattoso, José, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 542.

<sup>8</sup> Sousa, Armindo de, *Os cronistas e o imaginário no século XV* (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso, «Revista de Ciências Históricas», vol. 9, 1994, p.44. Monteiro, João Gouveia, *Fernão Lopes – Textos e contextos*, Coimbra, 1998.

<sup>9</sup> Sousa, Realizações, A Prosa Histórica», in *História de Portugal*, vol. 2, p.542

<sup>10</sup> Sousa, *Os cronistas e o imaginário no século XV* (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso, «Revista de Ciências Históricas», vol. 9, p.46.

<sup>11</sup> Sousa, *Os cronistas e o imaginário no século XV* (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso, «Revista de Ciências Históricas», vol. 9, p.46.

Para uma melhor interpretação destas fontes foi usado como auxílio a muita e variada bibliografia existente. Socorremo-nos das obras de autores nacionais como João Gouveia Monteiro, Luís Miguel Duarte, Armando Martins, entre outros. Ao ler e analisar a perspectiva de cada autor, procuramos perceber os conflitos, bem como os contextos políticos, sociais e económicos dos finais do século XIV em Portugal. Foram também essenciais a consulta das obras de Peter Russel, de Philippe Contamine e George DUBY, para um contexto mais geral da Idade Média, e da forma como a guerra era praticada. Com base em toda esta bibliografia, abrimos espaço a breves momentos de reflexão pessoal. Os dados recolhidos da bibliografia serviram para complementar aqueles que foram recolhidos das crónicas, de modo a conseguir melhor interpretá-las e compreendê-las.

Apresentadas as fontes, a bibliografia principal e exposto o método utilizado nesta investigação, podemos agora focar a nossa atenção no tema desta dissertação.

## **2 Os Mercenários medievais**

Tendo este estudo, como foco principal os mercenários, teremos de começar por entender o que era um mercenário na Idade Média. Nesta época não existiam exércitos organizados, por isso o recurso ao recrutamento de guerreiros a soldo era muito recorrente. Importa-nos saber quem eram estes homens, como se organizavam, de que forma viviam e a importância que tinham nos conflitos bélicos deste período.

### **2.1 Recrutamento e conceitos**

Os exércitos profissionais eram ainda uma miragem. Além dos efetivos militares decorrentes das obrigações feudais e senhoriais devidas a senhores e ao próprio rei, que seria a maior parte dos efetivos, em geral pago com doações e com a partilha do saque, existia por vezes a necessidade de recrutamento extraordinário para fazer face às necessidades militares. Nesse caso, era preciso que o estado tivesse meios para recrutar os melhores guerreiros pagos com um salário ou soldo. O que media a relação entre reis ou senhores e este tipo de soldados, entre o estado e as suas obrigações militares, era o dinheiro: «(...) l'argent public servit d'abord à solder

les différents types d'obligation militaires (...)»<sup>12</sup>. Esse pagamento podia ser feito através de soldo, de dádivas, ou de donativos. Muitos vezes esses pagamentos chegam atrasados aos soldados, que eram obrigados a recolher o que tinham à mão, «semeando a violência e o saque entre as populações civis “amigas” ou “inimigas”».<sup>13</sup> Seria necessário que se efetuasse um contrato entre as duas partes, para se fazer o pagamento. Havia sempre uma interação constante entre o empregador e o empregado. Estes contratos poderiam ser estabelecidos com servos que tinham outras obrigações para com o poder político, ou poderiam ser feitos com mercenários.

Os mercenários eram guerreiros profissionais, chefiados por capitães normalmente cavaleiros de estratos sociais superiores ou simples escudeiros, que recrutavam homens pelas suas terras oferecendo um soldo lucrativo. Como refere João Gouveia Monteiro, a guerra torna-se «cada vez mais profissional e mercenarizada, podia ser, não só fonte de rendimentos nada despreciandos, mas também factor (directo ou indirecto) de promoção social e de nobilitação»<sup>14</sup>. Seria uma boa solução para os secundogénitos e bastardos. Muitos optavam por integrar uma ordem militar, outros criavam as suas próprias companhias. Estas companhias seriam depois integradas numa hoste mais alargada em que fossem servir. Em França dão-lhe o nome de *routiers*. Estes grupos, dispõem-se em *routes*, que designa uma pequena fração de homens dentro da hoste<sup>15</sup>. Este modelo será adotado um pouco por toda a Europa, e começam a ganhar fama de grupos armados ameaçadores, que roubam, violam e pilham todos os lugares por onde passam. Surgem as companhias livres, ou companhias de aventura, que eram recrutadas sem ter qualquer tipo de obrigação para com o estado, ou senhor, que os contratavam. Podemos dar como exemplos as Companhias Brancas e a Companhia Catalã, que deixaram uma grande marca nos principais palcos bélicos deste período: «uma das mais lendárias organizações militares mercenárias, a Companhia Catalã, protagonista, entre outras coisas, de uma empolgante aventura no Oriente bizantino»<sup>16</sup>.

Estes grupos de homens eram muito difíceis de controlar. Era necessária uma liderança forte e segura, para manter a estabilidade. É relevante, por isso, atentarmos sobre a forma como se comportavam e em que quadrante ideológico os poderemos inserir.

---

<sup>12</sup> Contamine, *La guerre au Moyen Age*, p. 194.

<sup>13</sup> Duarte, Luís Miguel, *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa, 1383/1389*, Quidnovi, 2007, p. 22.

<sup>14</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 14.

<sup>15</sup> Contamine, *La guerre au Moyen Age*, p. 397.

<sup>16</sup> Monteiro, João Gouveia, «Organização e Formação Militares», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 202.

## 2.2 Comportamento e ideologias

Quando pensamos em mercenário, vem-nos à cabeça a imagem de um guerreiro cruel, sem escrúpulos, disposto a fazer de tudo para atingir o maior lucro possível com a sua atividade. Contamine, cita um historiador da guerra na antiguidade, Y. Garlan, para esclarecer que tipo de guerreiro é um mercenário: «Le mercenaire est un soldat professionnel dont la conduite est avant tout dictée non par son appartenance à une communauté politique mais par l'appât du gain»<sup>17</sup>.

Compreendemos que são homens que procuram principalmente o seu próprio lucro, pouco importados com a sustentabilidade dos estados que os contratam. Tornam-se inconstantes nas suas ações consoante o cumprimento dos contratos, ou a perspectiva de um lucro acrescido. Estão deslocados da ética cavaleiresca que se cultivava. Atuavam de forma ignóbil, traiçoeira, hostil para com as comunidades por onde passavam. Então porque é que eram estes grupos tão imprescindíveis para os monarcas medievais? Em primeiro lugar, eram conhecedores de todo o tipo de artimanhas, de invasão de fortificações ou castelos. Eram capazes de matar de forma traiçoeira os seus adversários nobres. Passam a ser um «pequeno poder dentro do poder militar disponível no Ocidente dos finais da Idade Média»<sup>18</sup>. Ganham por isso, uma reputação de valorosos combatentes, com características difíceis de encontrar entre os guerreiros do estado que os recrutava. Estão desligados afetivamente do poder político, que muitas vezes é dependente deles para prosseguir as suas campanhas militares. Os príncipes recrutam-nos para guarda pessoal, devido à sua fiabilidade em relação aos seus conterrâneos, sendo grupos de homens de armas que não tinham qualquer ligação com a comunidade em que atuavam, muito devido ao facto de serem de origens geográficas distintas. No período que aqui abordamos, a Europa estava assolada por um dos maiores conflitos da história, a guerra dos Cem Anos. Neste contexto estes homens provinham principalmente de França, Inglaterra, Aragão, Navarra, Itália e ainda da Flandres e Alemanha. Existiam algumas exceções de homens que seriam recrutados em outras partes da Europa. Detetamos um ou outro caso de possíveis mercenários portugueses e castelhanos, mas não conseguimos clarificar bem este ponto. Deixamos este aspeto para tratar mais adiante. Estes

---

<sup>17</sup> Contamine, *La guerre au Moyen Age*, p. 205.

<sup>18</sup> Monteiro, «Organização e Formação Militares», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 202.

grupos de homens necessitavam de uma organização e de uma liderança forte, atendendo às suas características.

Estes capitães controlavam um grupo de homens de armas, profissionais que atuavam sazonalmente, preponderantemente do início da primavera até ao outono. Recrutavam-nos propondo-lhes uma determinada quantia que poderia ser paga no início ou no fim das campanhas. Muitos destes homens seriam deslocados socialmente e não muito crentes, armados dos pés à cabeça devastando tudo e gritando: «Il n'y a pas de Dieu»<sup>19</sup>. Existem vários exemplos da falta de fé por parte destes guerreiros. Na terceira Guerra Fernandina, quando as forças luso-inglesas tentam tomar Cortijo, são mortos dois escudeiros ingleses. A fúria dos mercenários ingleses era enorme e pretendiam destruir e matar todos os que estavam na vila. Os habitantes pedem aos sacerdotes para subirem aos muros e mostrar-lhes o corpo de Deus. Aquela tentativa de apaziguar as forças inglesas, de nada serviu. Eles gritavam que se defendessem, derrubaram o muro e mataram todos os homens que aí estavam: «começaram de matar quantos homees acharom, em guisa que outra nenhuua pessoa nom ficou a vida salvo molheres e moços pequenos; e derribarom todo o logar o mais que poderom e rroubarom-no de quanto em ell acharom e tornarom-sse pera Portugal»<sup>20</sup>. Este episódio demonstra a indiferença que tinham para com símbolos religiosos, prevalecendo a vontade de vingança.

Assim percebemos que os mercenários eram homens dispostos a tudo para retirar o maior lucro possível nas suas campanhas. Eram cruéis, indisciplinados e aguerridos, e tinham uma forte noção coletiva, sendo extremamente vingativos.

### 2.3 Equipamentos e estratégia militar

Conhecendo melhor de onde surgem e quem são estes grupos de homens armados, é relevante sabermos de que forma combatiam e que equipamentos utilizavam. Para isso, vamos focar a nossa atenção nas duas principais forças militares da época. Vivendo um conflito contínuo, Inglaterra e França eram as duas principais potências militares. Cada grupo armado tinha as suas táticas, que seriam depois replicadas pelas forças ibéricas.

---

<sup>19</sup> Contamine, *La guerre au Moyen Age*, p. 397.

<sup>20</sup> CDF, 520.

Os campos de batalha foram desde dos séculos VIII-IX, dominados pela cavalaria pesada. Os cavaleiros, eram homens bem armados e sobretudo bem protegidos, o que lhes permitia ter um grande poder de choque. No que compreende as armas ofensivas dos cavaleiros, utilizavam armas brancas, armas de choque e armas de haste. No século XIV, são introduzidos alguns novos elementos no que toca a proteção do cavaleiro. Surge o arnês, que substitui as defesas de malha anteriormente utilizadas. O arnês era um conjunto de pesas metálicas, que podiam ser compostas por duas ou três dezenas de peças independentes. Seria assim que os cavaleiros se apresentariam em batalha, formando blocos de choque para penetrar na infantaria adversária. Teriam um poder de choque comparado ao de um tanque moderno. O impacto de dez cavaleiros a galope era equiparado ao de cem peões<sup>21</sup>. Como refere Luis Miguel Duarte, os homens de armas «são os pesos pesados da guerra medieval».<sup>22</sup> Ora, este tipo de combate era muito utilizado pelos mercenários franceses e tinham confiança na sua eficácia. Um exemplo disso é a incursão feita pelos franceses e gascões na batalha de Aljubarrota, que afirmam ao rei de Castela serem capazes de vencer a pequena força portuguesa.

Mas, o uso da cavalaria pesada será ultrapassado por uma serie de novidades táticas. Os ingleses foram capazes de retirar dos seus fracassos, alguns ensinamentos úteis para os diversos conflitos em que estiveram envolvidos. Muitas dessas inovações foram introduzidas em solo português, com a passagem dos vários grupos de mercenários ingleses. Porém, a primeira batalha em que se evidenciam inovações táticas não ocorre nas ilhas britânicas, mas sim na Flandres. É na batalha de Courtrai, em 1302, que assistimos pela primeira vez à vitória da infantaria sobre a cavalaria pesada. Adotando uma posição defensiva, e mantendo uma boa coesão interna, com o auxílio do terreno e algumas armadilhas, os flamengos provaram que era possível derrotar a arrogante cavalaria francesa<sup>23</sup>. Mas é aos ingleses que devemos a propagação e o melhoramento destas táticas. No início do século XIV, vão retirar do conflito com os escoceses a aprendizagem de algumas artimanhas que serão úteis nas guerras que se seguiriam. Tomando como exemplo a batalha de Bannockburn, em 1314, foram usadas algumas estratégias que surpreenderam os ingleses. O rei escocês, Robert Bruce, escolhe um campo de batalha num ponto alto e com obstáculos naturais, e faz uso de armadilhas, como covas de lobo, o que contrabalançou uma batalha desequilibrada pelos números. Como bons alunos, os ingleses replicaram essas técnicas

---

<sup>21</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 42.

<sup>22</sup> Duarte, *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa, 1383/1389*, p. 63. <sup>23</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 46.

nos conflitos que se seguiram. Dezoito anos mais tarde, na batalha de Dupplin Moor (1332), os ingleses vão aplicar os conhecimentos que retiraram da derrota com os escoceses. É nesta batalha, que os ingleses irão acrescentar mais uma inovação. A juntar às táticas já referidas acima, os ingleses introduzem arqueiros bem posicionados nas alas. Nestas posições não estorvavam a ação das primeiras linhas e mantinham-se sempre ativos, atirando sobre os flancos e a traseira do adversário<sup>24</sup>. O uso desta tática criava uma enorme confusão no seio do adversário, originando uma total desorganização. A batalha de Aljubarrota é um bom exemplo da utilização destas estratégias. Para além disso, abdicam do uso da cavalaria e passam a combater apeados, com as lanças apontadas ao inimigo. A juntar a tudo isto, acrescentam a difusão do arco longo (*long bow*), que foi muitas vezes o trunfo para as vitórias que alcançaram. Começam a ganhar uma grande importância nas hostes inglesas, que passa a ter tantos arqueiros como homens de armas. Sendo um corpo militar que atua em várias regiões, estes mercenários vão deixando os seus conhecimentos por onde passam. No caso da batalha do Atoleiros, temos um exemplo da influência destas técnicas, onde Nuno Álvares Pereira escolhe um campo de batalha favorável e abdica da cavalaria mandando os homens de armas combaterem a pé. Este seria o modelo tático que prevaleceria até ao final da Idade Média. Será o principal trunfo das vitórias inglesas na Guerra dos Cem Anos.

Na batalha de Crécy em 1346, a hoste de Eduardo III aplicaria todos os conhecimentos adquiridos. Perseguido por Filipe VI, e depois de um raide pela França, decide escolher uma posição defensiva para evitar uma batalha em campo aberto. Em número inferior aos franceses, Eduardo e os seus conselheiros escolhem um posicionamento estratégico num terreno plano, um vale ladeado por três estradas que formavam um triângulo. Auxilia-se ainda de um terreno pantanoso e fortifica o seu acampamento, aguardando pelos franceses. Eduardo, manda apeiar todos os homens, posiciona os arqueiros nos flancos e manda escavar covas de lobo e fossos. Alerta os seus homens, para evitarem fazer prisioneiros e caírem na tentação de saquear antes da batalha estar acabada. Os franceses chegam desorganizados e enviam os besteiros genoveses (recrutados especificamente para esta campanha), na frente para tentar desorganizar a hoste adversária. O objetivo seria abrir caminho para que a cavalaria de seguida aplicasse uma carga fatal no adversário. Porém, os franceses tiveram de lidar com outro grande adversário, a chuva. O terreno estava muito lamacento, e os besteiros ficaram com as cordas molhadas, o que as tornaram

---

<sup>24</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 50.

elásticas e prejudicaram a sua cadência de tiro. Enquanto os arqueiros ingleses conseguiam atirar dez a doze flechas por minuto, os besteiros atiravam apenas três a cinco virotões<sup>25</sup>. A cavalaria francesa decide carregar, mas desorganizam-se com a inclinação do terreno, pelos obstáculos no solo e pelo atropelamento dos próprios besteiros. Ficam à mercê dos arqueiros ingleses, que infringem pesadas baixas no adversário. Filipe VI, decide abandonar o combate, com perdas importantes. Os ingleses conseguem uma importante vitória, usando as inovações que tinham trabalhado nas décadas anteriores. Outro bom exemplo em que estas inovações foram decisivas, é a batalha de Poitiers. Em 1356, parece que assistimos ao mesmo cenário de Crécy. O rei de França, João II, persegue o Príncipe Negro que tinha devastado a França. O Príncipe Negro pretendia alcançar a Bretanha para se juntar ao duque de Lencastre. O caminho é lhe barrado pelo rei francês perto de Poitiers. Novamente, os ingleses obrigados a combater escolhem uma posição defensiva. Usam mais uma vez os obstáculos naturais, com o bosque de Nouaillé na retaguarda, o rio Miausson na esquerda e a estrada romana na direita.<sup>26</sup> Divide a hoste em três blocos, dois mais avançados e o último um pouco mais atrás ao centro. Os arqueiros são posicionados, tal como em Crécy, nos flancos ligeiramente mais avançados. Porém, existe uma pequena diferença, o uso de um pequeno grupo de cavaleiros anglo-gascões, disfarçado no flanco direito. Com a derrota de Crécy, os franceses estavam já avisados do estilo de combate dos ingleses. Desta vez optam por usar corpos de cavalaria desmontada. Mas continuam com um grupo de cavaleiros montado de elite. Este grupo, atraído por uma retirada simulada, ataca e é dizimado pelos arqueiros ingleses que se conseguem reorganizar no flanco esquerdo. Como o segundo bloco francês estava apeada, entraram tarde no combate. A infantaria do Príncipe carrega sobre este grupo, e os arqueiros têm um tiro claro sobre o inimigo. Instala-se o pânico, o que obriga os franceses a retirar. O Príncipe consegue impedir os seus homens de perseguir os franceses, reorganizando para aguentar um último ataque. Os ingleses desferem então um último ataque, comandado pelo próprio Príncipe Negro. Tenta um ataque com cavaleiros e arqueiros montados, enviando um segundo corpo de cavaleiros pelo lado direito. Disferindo este ataque duplo, os franceses não conseguem resistir. O desfecho desta batalha trouxe consequências dramáticas para os franceses. O seu rei é preso, pagando os erros táticos cometidos. Usando um corpo militar a cavalo, que foi cravada de flechas inglesas e com cavaleiros apeados pouco

---

<sup>25</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 54.

<sup>26</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 56.

auxiliados por atiradores. Tudo isto combinado com a desorganização e a forte posição defensiva do inimigo foi fatal para os franceses.

Os mercenários eram ainda importantes nas operações de cerco. Conhecedores de vários estratagemas para invadir uma fortaleza. Segundo João Gouveia Monteiro, existiam quatro formas para se tomar de assalto uma fortaleza<sup>27</sup>. A primeira seria a aproximação às muralhas, para escalar, destruir ou queimar as portas. O mais recorrente seria o uso de longas escadas de madeira, encostadas aos muros, utilizadas no cerco de Guimarães em 1385. Usavam-se torres móveis ou bastidas, feitas de vigas e tabuas, revestidas de peles cruas para não serem incendiadas. Ainda se poderiam recorrer a «gatas», que eram estrutura fabricadas em madeira para proteger os combatentes que seguiam debaixo dela. Uma segunda tática era a utilização de engenhos, que poderiam ser de torção ou de contrapeso. Surgem ainda primitivos engenhos de artilharia como trons e bombardas. Tinham um papel relevante na destruição de muros e torres, e ainda no incendio de praças por poderem lançar projéteis inflamáveis. Uma terceira artimanha poderia ser a escavação de túneis. Seriam feitos discretamente e encobertos do arraial até aos muros da fortaleza. A última estratégia era a de distrair momentaneamente uma sentinela, o tempo suficiente para abrir uma porta. Nuno Álvarez, usou esta técnica na tomada de Monsaraz, em 1384. Atraindo o alcaide esfomeado, com umas vacas que lançou a pastar num vale perto do castelo. Poderiam usar soluções mais cruéis, como a de colocar alguns familiares dos sitiados na funda dos engenhos ou em cima de artifícios de combate.

Os mercenários usavam equipamentos que estavam difundidos por toda a Europa, pelos diversos corpos militares. Porém era nas inovações táticas e estratagemas que utilizavam que se destacavam. A originalidade introduzida pelos ingleses, fez com que saíssem vitoriosos de muitas batalhas da Guerra dos Cem Anos, graças à experiência obtida nas guerras com os escoceses e galeses. Todas essas inovações foram importantes no panorama militar português, e essenciais para as vitórias contra os castelhanos. Incrivelmente, os franceses não conseguiriam encontrar um antídoto eficaz contra estas inovações. A constante opção por um modelo ultrapassado será posteriormente de crucial importância para a decisão dos conflitos que travam, não só em Portugal, mas também noutras partes da Península Ibérica.

---

<sup>27</sup> Monteiro, «As Campanhas que Fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 228.

## 2.4 Mercenários ou aliados?

Com o progresso no estudo do nosso tema, começaram a surgir algumas dificuldades na interpretação das fontes utilizadas. Uma dessas complicações é a identificação dos homens de armas provenientes de outros espaços políticos que intervêm no contexto das guerras que aqui abordamos. Alguns destes homens poderiam vir para a Península Ibérica como mercenários, mas também muitos foram aqueles que chegaram como aliados ou representantes dos seus reis. Outros já cá se encontravam. Por outro lado, alguns mercenários podiam ser conterrâneos dos reis para quem trabalhavam, alguns cometendo traição outros apenas procurando o seu benefício próprio. Do mesmo modo, alguns portugueses alistaram-se em contingentes castelhanos na guerra com Granada, no início do século XIV, por exemplo.<sup>28</sup>

É necessário estabelecer alguns critérios para conseguirmos identificar os mercenários, e os aliados. Como poderemos distinguir um mercenário nas fontes? O mercenário é aquele que recebe um pagamento direto de quem o contrata. Homens que não têm interesse político, nem nenhuma obrigação para com os estados onde intervêm. Procuram apenas o maior lucro possível com as suas campanhas. Os aliados por seu lado são intervenientes que entram em ação, já com um interesse político, em geral integrados em contingentes enviados por poderes políticos estrangeiros para auxiliar um determinado rei ou príncipe, integrados nas obrigações que têm para com esse senhor. Podem ou não receber além disso um salário pago por quem os contratou, ou a quem servem, e nestes casos também poderão considerar-se mercenários, pelo menos em parte.

Para uma compreensão mais simples, tomamos como exemplo a relação que Portugal mantinha com Inglaterra. Durante as Guerras Fernandinas, Portugal procurou o apoio militar dos ingleses. Relembremos que neste período não existiam exércitos permanentes, com algumas poucas exceções. Havia um grupo de homens de armas, que podemos considerar como profissionais que eram contratados sazonalmente para as tarefas militares. É neste panorama que as negociações entre portugueses e ingleses são tratadas. Na sequência destas negociações, o conde de Cambridge dirigir-se-á para Portugal, em 1381, com tropas para ajudar na guerra contra Castela. A intervenção do conde poderá ser considerada como mercenária, pois os homens foram

---

<sup>28</sup> Marques, A. H. de Oliveira, «Portugal na crise dos séculos XIV e XV, in *Nova História de Portugal*, vol. IV, dir., Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 494.

pagos por D. Fernando. Apesar de defender os interesses do seu irmão, o duque de Lencastre, não existia nenhum interesse político por parte de Edmundo de Langley, em Portugal. Apesar de liderar este grupo de mercenários, o conde nunca é referido nas fontes diretamente como um deles. É sempre tratado como conde de Cambridge líder de uma companhia de homens de armas. Tomando como contraponto a intervenção de João de Lencastre em Castela em 1387, podemos observar que foi feita em circunstâncias diferentes. Neste caso, o duque vinha reclamar o direito ao trono de Castela, por estar casado com uma descendente de D. Pedro I de Castela, D. Constança. Os homens de armas que vêm para combater são pagos diretamente pelo ducado<sup>29</sup>. É firmado o tratado de Windsor, que torna Portugal e Inglaterra aliados. É necessário fazer a distinção entre os dois comandantes das campanhas e os homens que são por eles recrutados. Como dissemos, existe uma diferença na intervenção dos dois homens na Península Ibérica, mas muitos daqueles que os acompanham são os mesmos nas duas campanhas. Ora, este facto faz com que seja essencial distinguir estes homens dos seus comandantes. Os homens de armas continuam a agir como mercenários, cometendo os mesmos atos de pilhagem e violência nos dois casos. A diferença existe apenas nas pretensões do seu líder, e nos acordos que foram feitos com Portugal. Uma ligação semelhante era mantida entre os castelhanos e os franceses. Os castelhanos tinham o apoio dos franceses, sendo seus aliados, mas existiam alguns grupos que intervinham por iniciativa própria.<sup>30</sup>

Porém os mercenários nem sempre eram estrangeiros. Existem alguns casos que nos mostram que os próprios compatriotas dos reis, aproveitavam a guerra para seu benefício próprio. Peguemos no exemplo de Fernando Afonso de Zamora, um fidalgo castelhano que aproveitou a divisão das vilas portuguesas entre os vários partidos que existiam. «Quando chegava aos logares que estavom por Portugall, dizia que era da teemçom do Meestre; e quando chegava aos que estavom por Castella, com poucas palavras lhe fazia emtemder que era da sua parte; e assi amdava com aquelles seus comemdo e gastamdo a terra semlhe contradizemdo nenhua pessoa»<sup>31</sup>. Podemos considerar este homem como um mercenário, pois detinha as características para assim o classificarmos. Era traiçoeiro, mentiroso, e fazia-se acompanhar de um grupo armado de «oiteemta de cavallo mui boõs escudeyros, assi castellaãos come doutra gente»<sup>32</sup>. Tudo isto para seu benefício próprio, pouco importado com os desfechos políticos ou com uma causa em

---

<sup>29</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 442. <sup>30</sup> CDJ, I vol., p. 230.

<sup>31</sup> CDJ, I vol., p. 230.

<sup>32</sup> CDJ, I vol., p. 229.

particular. Toda a sua aventura terá um termino com a intervenção de D. Pedro, conde de Trastâmara, filho ilegítimo de Henrique II de Castela.

Ora, em D. Pedro encontramos outro caso em particular. Sendo irmão do rei de Castela, partimos do princípio que o apoiava nas suas pretensões. Porém insatisfeito, decide trocar de partido e apoiar o Mestre de Avis. Depois do cerco de Lisboa, quando o Mestre percorria o país para submeter as vilas que estavam por Castela ao seu domínio, ocorre um episódio que poderemos considerar como um ato mercenário. Tendo cercado Torres Vedras, um grupo de castelhanos, liderados por D. Pedro e apoiantes do Mestre, irá cometer um ato de traição. Interpelado pelo rei de Castela, é proposto a D. Pedro que mate o Mestre e que se faça acompanhar de alguns que queiram participar. Este ato parece um simples ato de traição, mas poderemos enquadrá-lo como mercenário, na medida em que o rei castelhano promete boas recompensas as intervenientes: «E que sse ell neesto quisesse obrar todo o que bem podia fazer, que era falar com alguus taaes que amavõ seu serviço e matarem o Meestre a seu salvo que era bem ligeiro dacabar, que neste lhe faria tam gram serviço e prazer, que mayor seer nom podia; por o qual lhe seeria perdoado alguu erro que passado era; e o acreçemtaria tanto em todo seu rreino, que nenhuu outro visse semelhante; e aaquelles que em ajuda de tal feito fossem, poeria em grandes estados, e faria muitas merçees»<sup>33</sup>. D. Pedro conseguiu o apoio de D. Pedro de Castro, filho do conde Arraiolos que já no cerco de Lisboa tinha tentado dar entrada aos castelhanos, e que foi nessa altura preso mas depois perdoado; João Afonso Beça, um apoiante de D. Pedro I de Castela, dos vinte e oito exilados nomeados por D. Henrique nos acordos de paz da segunda Guerra Fernandina, e que tinha regressado com a companhia do conde de Cambridge; e Garcia Gonçalves de Valdês, um corpulento escudeiro, que simplesmente ofereceu os seus serviços ao Mestre no cerco de Lisboa. Como podemos ver todos eles são homens que não tinha o seu partido bem definido, acabando por ceder ao aliciamento do rei castelhano. Esta tentativa de assassinato não teve êxito. Este episódio deixa em aberto as intenções dos intervenientes, se se trata apenas de um ato de traição ou se era uma atividade recorrente. Fica assim em aberto a hipótese de se tratarem de mercenários ou simples traidores.

---

<sup>33</sup> CDJ, I vol., p. 375.

Para um contraponto, analisemos um episódio que poderá ser semelhante a este mas com um outro desfecho. Sabendo Gonçalo Vasques de Azevedo, que Nuno Álvares Pereira andava com falta de dinheiro, fez saber ao rei de Castela para poder convidá-lo para a sua causa. D. Juan não aceitou intervir diretamente, mas deu o aval a Gonçalo Vasques para o interpelar. Este envia a Nuno Álvares, um judeu chamado David Alguadaxe, que lhe oferece mil dobras para se juntar aos castelhanos. O cavaleiro português, apenas respondeu que «lhe nom parecia bem nem aguisado, tomarem dinheiros de nenhuua pessoa, salvo daquela a que os emtemdesse de servir; e que pois elles amdavom por serviço do Mestre, e deffemsom do rreino de Portugall, que doutro nenhuu deviam tomar dinheiro, e que elles ataa estomçe amdarom limpos sem prasmo e de nehuua cousa; e que agora tomamdo estes dinheiros, por fazer escarnho de cujos eram, que dalguus poderiam seer prasmados, dizemdo que ja tomarom dinheiros delRey de Castella, e ouverom delle bem e merçees, a qual cousa por vetuira amtre elles poeria desacordo e maa sospeita»<sup>34</sup>. Nuno Álvares, tinha acabado de ser seduzido pelo rei castelhano, exatamente da mesma forma como os homens que tentaram assassinar o Mestre. Porém, não aceitou apesar da sua necessidade monetária, prevalecendo a sua fidelidade ao Mestre. É também um bom exemplo da forma de abordagem dos senhores para com os guerreiros, podendo este ceder a subornos e traíndo o seu partido e podendo enveredar por uma vida de mercenário. Felizmente para Portugal, esta abordagem a Nuno Álvares, não teve êxito.

Assim, com as fontes que chegaram aos nossos dias conseguimos distinguir as intenções dos vários intervenientes. Traçado o perfil do que era o mercenário e a definição a quem obedeciam nas guerras aqui estudadas, podemos agora nos debruçar-nos sobre o desenrolar dos acontecimentos.

### **3 A conjuntura europeia na segunda metade do século XIV**

Para entendermos a origem dos conflitos aqui estudados, e por consequência a necessidade do recurso às companhias de mercenários, é necessário fazer uma breve contextualização económica, política e social. Como se sabe, o período temporal que abordamos é muito atribulado. A famosa trilogia negra (a peste, a fome e a guerra), assola os povos um pouco

---

<sup>34</sup> CDJ, I vol., p.248.

por toda a Europa. A segunda metade do século XIV, sempre nos foi retratada como um tempo de crise.

A nível económico, a crise arrastava-se desde o início do século na Europa. Existia um claro défice, na produção agrícola, principalmente no que diz respeito à produção de cereais. Com a queda da produção, o aumento dos preços é inevitável, e a fome espalha-se rapidamente. Com a impossibilidade de financiamento, principalmente da guerra, os governantes e senhores são obrigados a aumentar a fiscalidade. Os senhores não conseguem suportar os custos, deixam de ter reservas, e por consequência deixam de investir. Os governantes, manipulam a moeda, desvalorizando-a o que provoca um aumento da taxa de inflação. Uma estratégia muitas vezes utilizada pelos reis, para conseguirem pagar o soldo às companhias de mercenários. Todas estas jogadas económicas das elites faz com que os preços subam ainda mais. O uso do transporte por via marítima torna-se mais recorrente.

Desta crise económica, advém um grande impacto do ponto de vista social. A grande dificuldade para os homens desta época é a fome. Como nos diz João Gouveia Monteiro: «Durante a vida de um homem desta época registavam-se sete a nove anos de fomes»<sup>35</sup>. À fome, junta-se a doença, e a maior epidemia é a Peste Negra. As deficientes condições de higiene foram o casulo perfeito para a pulga, que foi trazida pelos ratos da Ásia nos barcos dos mercadores genoveses. Rapidamente, o vírus propaga-se favorecido pela crença da fuga à doença. Em finais do século XIV, provavelmente perto de um terço da população europeia terá sucumbido a esta enfermidade. As consequências foram desastrosas, não só do ponto de social, mas também económico. Com a perda de milhares de pessoas, existiu um decréscimo da mão-de-obra, o que resultou numa produção excedentária e mais uma variação nos preços. Socialmente, os mais favorecidos culpavam os pobres por propagarem a doença, e os pobres acusavam os ricos de monopolizar os remédios<sup>36</sup>.

A todo este negro cenário, juntou-se ainda o flagelo da guerra, que unida à fome e à peste, formou uma trilogia destruidora. A guerra espalha-se como a peste, e foi um dos maiores motivos de perturbação social. Usada como instrumento político, era uma presença constante neste período. A Guerra dos Cem Anos, foi o principal conflito prolongando-se para lá do século XIV. Mas existiram uma serie de guerras secundárias, que afetaram toda a Europa, muitas das quais

---

<sup>35</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 14.

<sup>36</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 34.

constituíram episódios regionais da Guerra dos Cem Anos. Algumas dessas guerras são aquelas que abordamos neste estudo, e que tiveram lugar na Península Ibérica. Mas também em Itália e na Alemanha, houveram conflitos dignos de registo. Este rebuliço vivido vai deixar um rasto de violência e desordem, onde se incluem os atos atrozes cometidos pelos mercenários que foram uma boa ilustração dessa realidade. Mas a violência é generalizada, e surgem dezenas de revoltas, que se baseiam na contestação a diversos poderes, sem grande fundamento ideológico. Geralmente, giram em torno de uma figura carismática, que organiza o movimento e que muitas vezes é aproveitada por outros interesses sociais. Estas revoltas conseguem ser abafadas pelos reis e os nobres, que são a classe mais visada. Para além de tudo isto, também a nível religioso se viviam tempos conturbados. Em 1377, o “Grande Cisma do Ocidente” irá criar uma crise no Papado, dividindo os fiéis entre Roma e Avinhão. Mais uma vez França e Inglaterra chocam. Os franceses, que já há alguns anos que tentavam dominar o papado e apoiam Clemente VII, que se instala em Avinhão. Os ingleses, em contrapartida, apoiam o Papa de Roma, Urbano VI. Alguns estados europeus, como por exemplo Portugal, oscilam entre os dois Papas.

Traçado um breve enquadramento da segunda metade do século XIV, encontramos agora na medida de podermos entrar mais aprofundadamente no nosso tema. Para realizarmos isso, teremos de concentrar a nossa atenção na Península Ibérica, e nos primeiros movimentos dos mercenários antes das Guerras Fernandinas. O conflito entre dois irmãos, será o abrir de portas para as principais figuras militares da época, no contexto Ibérico.

#### **4 A intervenção dos mercenários na Guerra Civil Castelhana**

Para percebermos como e qual os motivos que levaram ao recrutamento de mercenários para os conflitos ibéricos, é necessário entender em que contexto histórico se enquadram. Desde 1337, que Inglaterra e França estavam em guerra devido à questão da sucessão do reino francês. Como se sabe, este foi um dos maiores conflitos medievais, prolongando-se por mais de cem anos, com momentos de tréguas de premeio. Devido à complexidade que o conflito adquiriu, vão surgindo novos cenários geográficos e desenvolve-se uma rede de aliados dos principais opositores, França e Inglaterra. Deste modo, a Guerra dos Cem Anos subdividiu-se em outros conflitos regionais por todo o continente, incluindo nos reinos Ibéricos. Começamos pela Guerra civil Castelhana dos Trastâmara.

Em 1366, Henrique de Trastâmara exilado em França, invade Castela com o objetivo de tomar o trono ao seu meio-irmão D. Pedro I. Em 1367, ameaçado pela aliança do seu irmão com o rei de Aragão e o rei de França, D. Pedro I alia-se ao Príncipe Negro. Este último confiante com as vitoriosas batalhas realizadas em França, parte com tudo para a Península Ibérica. Henrique de Trastâmara tinha já recebido o apoio de Bertrand Du Guesclin, comandante das Companhias Brancas, formando com os aragoneses um exército com o qual invadira Castela tomando o controlo do reino. Contava com Hugo de Calveley, como capitão de uma das companhias, ele que era um inglês veterano da Guerra dos Cem Anos, mas que lutou ao lado de Du Guesclin na guerra civil castelhana. A França encontrava-se no meio de uma pequena crise depois da derrota de Potiers. As companhias de mercenários andavam desorganizadas pelo território pilhando, destruindo e combatendo uns contra os outros. A guerra em Castela foi uma boa solução para resolver este problema, despachando este grupo de desordeiros para um conflito que poderia acalmar os ânimos no reino francês. Para além disso, os franceses procuravam elevar a rei de Castela um aliado que os pudesse auxiliar na guerra contra os ingleses.

Com a perda do trono, D. Pedro invade Castela com o apoio do Príncipe Negro. Esta invasão surpreende D. Henrique e os seus aliados. Os mercenários franceses tinham sido dispensados no início do ano, e os reinos de Castela e Aragão encontravam-se com pouco poderio militar. Receando o poderio inglês, o rei de Aragão tenta «reconquistar o apoio de Du Guesclin, fazendo-lhe pródigas ofertas de terras, dinheiro e títulos, e ordenando aos seus oficiais que satisfizessem sem hesitar as antigas reivindicações do cavaleiro bretão»<sup>37</sup>. D. Henrique, manda agrupar o seu exército, e também ele envia «mensagens urgentes às Companhias francesas sob o comando de Du Guesclin»<sup>38</sup>. Com esta tentativa de persuasão, nota-se a importância que as companhias mercenárias tinham na realidade militar da época. Organizadas as duas hostes, o encontro dar-se-ia a 3 de abril de 1367 em Nájera. O campo de batalha escolhido era plano, perto dos rios Najarilla e Valda. Henrique dividiu a sua hoste em três: ala direita e esquerda cada uma com mil homens, e no centro estavam mil e quinhentos homens, onde seguia o conde de Trastâmara. Na frente destes três corpos estava Du Guesclin com mil homens de armas. O condestável francês opta por desmontar os seus homens, para combaterem apeados. Estavam também presentes muitos escudeiros apeados, que não terão tido grande influência na batalha. Do outro lado, o duque de Lencastre comandava a vanguarda, que seriam, segundo Ayala, cerca

---

<sup>37</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 112.

<sup>38</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 113.

de três mil homens. Estes homens estariam desmontados e incorporavam-no ingleses e bretões, veteranos da Guerra dos Cem Anos. Teriam duas alas, direita e esquerda, que contariam com dois mil homens cada. Na retaguarda, seguia uma poderosa força, onde estavam D. Pedro e o Príncipe Negro. Ayala apresenta um exagerado número de dez mil homens. Junta-se ainda outros tantos arqueiros, provavelmente posicionados nas alas. Estes, seguindo o modelo tático inglês, aguardam o ataque da hoste inimiga. O primeiro embate dá-se entre o contingente do duque de Lencastre e as forças comandadas por Du Guesclin. Terá sido um impacto violento, obrigando ao combate corpo-a-corpo. Nas alas do Príncipe, os arqueiros ingleses conseguem pôr em debandada a ala esquerda inimiga, e ganhar vantagem sobre a ala direita. Ficando sem oposição, a ala direita passa a concentrar-se no contingente de Du Guesclin, cercando-a. Numa última tentativa, D. Henrique tenta socorrer o seu aliado, fazendo avançar o corpo central que ele próprio comandava. Uma movimentação, que viria a revelar-se tardia, obrigando o conde de Trastâmara a pôr-se em fuga. Du Guesclin, e muitos dos seus homens, foram presos, o que resultaria num bom resgate para D. Pedro e o Príncipe Negro. Introduzia-se assim, o modelo tático inglês na Península Ibérica. A vitória foi do Príncipe Negro, Du Guesclin é preso e D. Pedro I reassume o seu trono.<sup>39</sup>

Após a vitória, o Príncipe Negro reclama o pagamento que tinha sido acordado pelos seus serviços com D. Pedro: «E acordarom el-rei dom Pedro e o principe aviam d´aver suas gentes de soldo; e fazia-lhe el-rei pago em ouro e joyas, assi das dobras que levava come d´ouro amoedado que lhe o principe emprestava sobre pedras de gram valor»<sup>40</sup>. O Príncipe Negro deveria receber Biscaia e a vila de Castro Urdiales, enquanto João Chandos, condestável de Guiana, recebia a cidade de Sória. Enquanto o príncipe aguardava o pagamento, ficavam em Baiona como reféns, as três filhas de D. Pedro. O Príncipe Negro é chamado a Olgas de Burgos, à igreja de Santa Maria, onde o rei juraria o pagamento da sua dívida. O Príncipe concorda em se deslocar aí, mas só na condição de lhe ser concedida uma porta da cidade com a sua torre, onde pudesse pôr gentes de armas para sua segurança. Entraram homens de armas e arqueiros, e foram postos mil homens na praça contra a cidade. Fora da cidade, repousavam as restantes gentes que com ele tinham vindo. Entrou o príncipe e o seu irmão a cavalo desarmados na cidade, e à volta deles alguns capitães com cerca de 500 homens armados. Foi lida publicamente a escritura daquilo que D. Pedro era obrigado a pagar ao Príncipe, e o prazo de liquidação: deveria entregar metade a partir

---

<sup>39</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 117.

<sup>40</sup> CDF, p. 17.

daquele dia até quatro meses e a outra metade em Baiona no prazo de um ano. Naquele dia seria entre Biscaia e Castro Urdiales ao Príncipe e Sória ao condestável.

Em 1369, D. Henrique volta a atacar Castela, novamente com o apoio de Bertrand Du Guesclin, que tinha sido libertado após o pagamento do resgate ao Príncipe Negro. O confronto decisivo acontece em Montiel. O Príncipe Negro abandonara D. Pedro devido às irregularidades dos pagamentos, e pela campanha em Castela estar a tornar-se insuportável financeira e animicamente para os seus homens. Com a falta do apoio inglês, D. Pedro é derrotado em batalha e cercado em Montiel. Tenta salvar-se negociando com Du Guesclin, oferecendo-lhe 200 mil dobras castelhanas e mais seis vilas<sup>41</sup>. O mercenário francês não se ilude com a oferta e leva-o à tenda de D. Henrique. D. Pedro é morto pelo seu irmão, na tenda do usurpador Trastâmara. D. Henrique assume de modo definitivo o controlo do reino de Castela.<sup>42</sup>

O desfecho deste conflito abre as portas ao tema principal do nosso estudo. Devido a derrota de D. Pedro, e ao pouco apoio a D. Henrique, várias cidades e senhores castelhanos tentam encontrar um sucessor legítimo. D. Fernando será tido como um dos principais candidatos, por ser bisneto de Sancho IV. Este apoio, conjugado com a ambição de D. Fernando, trará o conflito a Portugal. Por consequência, a guerra civil castelhana «acabou por familiarizar definitivamente a Península Ibérica com a realidade dos corpos militares mercenários»<sup>43</sup>.

## 5 Primeira Guerra Fernandina

Como foi referido anteriormente, após a morte de D. Pedro I de Castela, D. Fernando é apontado por alguns ao trono do país vizinho. Alguns partidários de D. Pedro assumem-no como o legítimo herdeiro. O rei de Portugal era jovem e ambicioso sendo «o mais rico rei que em Portugal foi até ao seu tempo: ca elle achou grandes tesouros que seu padre e avoos guardaram»<sup>44</sup>. Ora, um homem rico é sinónimo de poderio militar. Ao longo das guerras que trava com Castela, nunca deixará de procurar reforços em companhias de mercenários, para fazer face às exigências da força castelhana. Mas D. Fernando não era o único pretendente ao trono de

---

<sup>41</sup>CDF, p. 78.

<sup>42</sup> CDF, p. 79.

<sup>43</sup> Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 85.

<sup>44</sup> CDF, p. 5.

Castela. Eduardo de Gales, o famoso Príncipe Negro, era outro candidato e via como um entrave a tentativa de D. Fernando para se impor na Península Ibérica. Nasce uma rivalidade entre os dois, e enviam várias embaixadas um ao outro, para debater o assunto. D. Fernando será beneficiado pelo agravamento da situação militar na Gasconha, em 1369, o que leva o Príncipe a desistir do trono Castelhana. O monarca português podia concentra-se na invasão a Castela.

O conflito começa no mesmo ano do homicídio de D. Pedro, em 1369. D. Fernando procura desde logo aliados na Península. Consulta o rei de Granada, que era aliado de D. Pedro I, e este predispõe-se em auxiliá-lo com a condição de que «vindo gentes estrangeiras em ajuda d' esta guerra a rrequirimento d' el-rei dom Fernando, que el-rei de Graada nom fosse theudo a lhe pagar parte do soldo que por sua vinda ouvessem d' aver»<sup>45</sup>. Conquistado o apoio de Granada, a diplomacia portuguesa concentra-se em Aragão, outro aliado Ibérico. São enviados embaixadores para tentar convencer o rei de Aragão a casar a sua filha, Leonor, com D. Fernando. Este já tinha sido aliciado por D. Henrique, para casar D. Leonor com o seu primogénito D. Juan. O casamento acaba por ser tratado com D. Fernando, que impõe a condição de Aragão auxiliar Portugal na guerra contra Castela. Os relatos das negociações com Aragão são uma boa referência para entendermos como se recrutavam homens de armas. Deixaremos estas negociações, ainda mal compreendidas, para as abordarmos num ponto mais adiante. O objetivo de D. Fernando, seria formar um cerco diplomático a Castela, o que parecia estar bem encaminhado. Maomé V de Granada e Pedro IV de Aragão surgiam como fortes aliados e poderiam ser decisivos para a vitória de D. Fernando.<sup>46</sup>

Entretanto D. Fernando avança sobre a Galiza para reivindicar as vilas que tomaram o seu partido. Em simultâneo, envia uma frota de trinta e duas galés e trinta naus, para bloquear Sevilha e causar o maior dano possível na costa sul de Castela. A frota tinha como comandante o almirante Pessanha e contava com a ajuda de um capitão castelhano, João Focim, que lutava pelos interesses dos apoiantes de D. Pedro I de Castela. Dirigem-se para Cádiz, bloqueando o acesso marítimo à cidade. Com o Guadalquivir bloqueado, pretendiam aumentar o descontentamento da população contra D. Henrique.<sup>47</sup> Como um bom chefe militar, e tento de tomar a iniciativa de agir, era importante atacar várias praças inimigas. Em julho, D. Fernando encontra-se na Galiza, tento recebido Tui e a Corunha. É nesta última cidade que se encontra com um chefe dos exilados que

<sup>45</sup> CDF, p. 92.

<sup>46</sup> Martins, Armando Alberto, *Guerras fernandinas 1369-1382*, Quidnovi, 2008, p.41. <sup>47</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369-1382*, p. 43.

apoiavam os descendentes de D. Pedro I de Castela, João Fernandes Andeiro, que passa a ser fiel a D. Fernando. Como veremos mais à frente, este homem será determinante na relação de Portugal com os ingleses. Outras vilas foram mais difíceis de tomar, mas a máquina de guerra de D. Fernando, conseguiu ultrapassar essas dificuldades. Entretanto Nuno Martins de Góis, comandava uma pequena frota de oito galés que percorria a costa galega protegendo e reforçando a ação terrestre, sem nunca ter enfrentado o inimigo.<sup>48</sup> O empreendimento português ia de “vento em popa”, e tudo parecia bem encaminhado para que D. Fernando alcançasse a coroa castelhana.<sup>49</sup>

Sabendo da invasão que D. Fernando fez na Galiza, D. Henrique prepara o contra-ataque.<sup>50</sup> Monta o quartel general em Cidade Rodrigo, e toma Zamora e Carmona que eram cidades que ainda eram fiéis a D. Pedro. Neste momento D. Henrique, estava numa situação delicada no que diz respeito a sua aliança com a França. Carlos V de França, insistia na ajuda naval que Castela deveria prestar para a guerra com a Inglaterra. O problema era que D. Henrique, tinha saído há muito pouco tempo da guerra civil e via-se agora a contas com o assédio de D. Fernando ao seu trono. Com o bloqueio da sua frota em Sevilha não conseguiria cumprir com esta cláusula. Renegoceia então, os acordos com os franceses no tratado de Toledo, e garante o apoio de Du Guesclin. D. Henrique cercava Zamora, é aí que toma decisão de invadir Portugal, com o acordo do seu irmão Sancho e Du Guesclin. Seguem em perseguição a D. Fernando, que prefere evitar o confronto com o inimigo, e parte numa galé da Corunha para o Porto. Deixa guarnições nas cidades que estavam pelo seu nome. D. Henrique envia Du Guesclin para a fronteira, e este invade Portugal pelo Minho. Entram por Tui e Salvaterra em Portugal e começam a cercar as vilas: «começaram a fazer tal guerra qual homem com maa voontade faz em terra de seus emmiigos quando nom acha quem lho embargue»<sup>51</sup>. Atacam Braga, que cercam e tomam a 23 de agosto. A cidade era defendida pelo castelhano, Lopo Gomes de Lira, e estava mal guarnecida, e foi pilhada durante seis dias, incendiada e abandonada. Armando Martins indica-nos documentos da chancelaria de D. Fernando que apontam para a traição (de Gonçalo Pais de Braga, do mestre-escola do Cabido, Martim Domingues, e Afonso Domingues Testinho e Vicente Ferreira), e não para a fraca proteção da cidade, como motivo para um tão rápido colapso de Braga.<sup>52</sup> Seguem

---

<sup>48</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 43.

<sup>49</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 43.

<sup>50</sup> CDF, p. 107.

<sup>51</sup> CDF, p. 108.

<sup>52</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 45.

para Guimarães, que consegue resistir com a expectativa de auxílio de D. Fernando que se encontrava em Coimbra a preparar o resgate. D. Fernando tenta ripostar, parte do Porto, onde manda construir uma ponte de barcas para atravessar o Douro. Não chega ao confronto com o inimigo, que retira presumivelmente por um ataque granadino a Algeciras<sup>53</sup>. Passa-se a praticar uma “guerra guerreada” mais junto à raia. D. Fernando nomeia fronteiros para aguentar os castelhanos na fronteira. Os castelhanos e os mercenários de Du Guesclin, limitam-se a arrasas as localidades por onde passam na sua retirada por Trás-os-Montes. No verão de 1370, as Companhias de Du Guesclin recebem ordens para regressar a França. O motivo era a nomeação de Du Guesclin como condestável do exército francês, por parte de Carlos V. D. Henrique teria de lutar contra mais uma dificuldade, o pagamento do soldo aos mercenários franceses. Foi obrigado a recorrer à desvalorização da moeda, para ter financiamento para pagar as tropas. Uma medida que se torna habitual para o pagamento dos soldos. D. Henrique consegue um acordo de paz com o rei de Granada, que viria a pôr em causa o cerco que Portugal pretendia montar a Castela. Com a perda deste aliado, os portugueses começam a desconfiar também de Aragão. Os confrontos encontravam-se num impasse, e Portugal tentava ainda a vinda das tropas aragonesas. Entretanto, tendo a situação mais favorável, D. Henrique prepara um ataque à frota que bloqueava Sevilha. Passado mais de um ano, restava a frota portuguesa dezasseis galés e vinte e quatro naus. Os castelhanos enviam o almirante Ambrósio Bocanegra, num ataque noturno com tripulações ligeiras, mas frescas e com sete galés armadas. Descem o rio e dirigem-se para Sanlúcar, onde conseguem furar o bloqueio. Parece ter sido decisivo a intervenção do rei francês, que empreende uma intervenção diplomática na Península Ibérica. Relembramos que Carlos V de França, estaria interessado que o conflito acabasse, para poder ter o apoio marítimo dos castelhanos na guerra contra a Inglaterra. Funciona então como mediador junto do Papa.<sup>54</sup>

Este conflito será sanado, com a intervenção do Papa Gregório XI, que envia os seus embaixadores, D. Agapito Colonna, bispo de Bréscia, e D. Bertrand, bispo de Cominges, para mediar os tratos de paz. Os reis enviam os seus procuradores a Alcoutim, onde são determinados os termos da paz, a 22 de março de 1371. Foi determinado que D. Fernando fosse amigo do rei de França, e que ele lhe enviasse os seus mensageiros no prazo de seis meses. Não poderia comprometer-se com os inimigos da França, ou seja, a Inglaterra. D. Fernando, deixa como penhor de garantia, os castelos de Olivença, Campo Maior, Noudar e Mourão. Comprometia-se casar com

---

<sup>53</sup> Monteiro, «As Campanhas que Fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 252.

<sup>54</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 48.

D. Leonor, filha de D. Henrique, e teria como dote Cidade Rodrigo, Valença de Alcântara, Monterrey e Alhariz com alfozes e fortalezas. D. Leonor deveria receber os mesmos lugares que a rainha D. Beatriz tinha recebido de D. Afonso IV. Não poderia haver juntamento carnal, do dia em D. Leonor fosse entregue até sete meses. D. Fernando teria de abdicar dos lugares que tinha tomado voz por ele no reino de Castela, o mesmo se aplicava com D. Henrique em Portugal. Restabelecia-se a situação que se verificava antes da guerra. Os prisioneiros deveriam ser entregues de parte a parte.<sup>55</sup>

Assim, terminava o primeiro confronto entre D. Fernando e D. Henrique, com uma paz imposta que viria quebrar o ímpeto do monarca português. Esta guerra fica marcada pelo fracasso de D. Fernando, com o «insucesso das armas, ruína da frota e dispêndio de metais preciosos, que a curto prazo provocaram a quebra da moeda, grande inflação e desconcerto da economia, arrastando consigo inevitáveis problemas sociais».<sup>56</sup> Mas o conflito não tardaria a reacender. Antes disso, é importante para o nosso estudo, retirar algumas informações pertinentes para percebermos a mecânica do recrutamento mercenário. Para isso, vamos aprofundar as negociações que foram feitas com Aragão.

---

<sup>55</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369-1382*, p. 52.

<sup>56</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369-1382*, p. 56.



Mapa 1- Movimentações das hostes na 1ª Guerra Fernandina  
(Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol.1, 253)

## 5.1 As negociações com Aragão

A tentativa do recrutamento de homens de armas em Aragão, é um episódio importante para nos permitir perceber de que forma se procediam às negociações. Existe uma série de documentos, que nos permitem perceber bem o desenrolar dos acordos que foram estabelecidos.

Como foi referido anteriormente, D. Fernando procurava ajuda para combater os castelhanos. Aragão, que tinha sido aliado de D. Henrique, era agora mais uma seta apontada ao monarca. Esta era a oportunidade que os portugueses esperavam. Foi então proposto o casamento de D. Fernando com D. Leonor, filha do rei de Aragão. Com o arranjo do casamento, é acordado que o rei de Aragão faça a guerra contra Castela, durante um período de dois anos.<sup>57</sup> Pedro IV via assim com bons olhos a aliança com os portugueses, que lhe permitiria alimentar os seus objetivos de conquista no reino de Múrcia e a expansão para o Mediterrâneo. Os homens de armas que estariam à disposição dos portugueses teriam de ser pagos por D. Fernando. Foi acordado que teria à sua custa mil e quinhentas lanças. Para o pagamento foi enviado para Aragão ouro, para que se pudesse cunhar moeda segundo o costume de Aragão. D. Fernando juntou cem mil peças do tesouro da moeda, outras cem mil dobras da torre do castelo, de peso de dobra cruzada, o que faria ao todo cerca de quatro mil marcos de ouro<sup>58</sup>. Estava encarregue de o transportar um mercador de Lisboa, Afonso Domingos Barateiro. Foi enviado com ele a Aragão, D. João Afonso Telo, que era um dos principais conselheiros de D. Fernando, é que estava encarregue de negociar com os aragoneses. Inicialmente seriam contratadas mil e quinhentas lanças, por um período de seis meses, mas passam a ser três mil lanças, por três meses. Os capitães das três mil lanças, teriam de atacar os castelhanos assim que se aproximassem da fronteira com Aragão. Foram feitas escrituras de avenças e obrigações, como cada um havia de servir e com quantas lanças e quanto receberiam por mês. Seria 30 florins por lança do dia em que começassem a servir<sup>59</sup>. O rei de Aragão manda cunhar moedas de ouro e prata em Barcelona, florins como os que se usavam no seu reino, e reais de prata com os sinais e cunho de D. Pedro de Castela, de quatro maravedis cada real. Fizeram 200 mil reais de prata e 90 mil florins. Fazem logo pagamento de seis semanas de serviço: «a esses capitães de soldo, a mossé Rrodrigo de Navarra e a mossé Joham de Sam Martim, que aviam de servir com quatrocentas lanças, e a dom Gil Garcia de Navarra, que avia de

---

<sup>57</sup> CDF, p,162.

<sup>58</sup> CDF, p. 162.

<sup>59</sup> CDF, p. 169.

servir com duzentas, e assi a outros aragoeses e castellaãos, segundo as lanças que cada huu tinha»<sup>60</sup>. Aos que não estavam presentes mandavam o soldo ao lugar em que estavam: a Garcia Fernandes de Vila Odre, que serviria com quatrocentas lanças e Diego Lopez de Montoyo e outros que seriam pagas até duzentas e vinte lanças. D. Fernando ainda emprestava um ano de soldo ao rei de Aragão. Pagavam ainda mantimentos e ao conde de Barcelos, D. João Afonso Telo, onze florins por dia. Mandam fazer os pendões do rei de Portugal e mandam recados a vários cavaleiros, para saber o estado da terra e do progresso de D. Henrique. Tudo isto terá sido pago antes que se começasse o serviço. Foram deixados dois reféns em Aragão até que a guerra acabasse, para garantir o pagamento do soldo.<sup>61</sup> O objetivo de D. Fernando, seria o de abrir uma nova frente de combate, pressionando D. Henrique. Este encontrava-se com alguns problemas administrativos e em negociações com os franceses, em Toledo, como referimos anteriormente.<sup>62</sup>

D. Fernando tinha casado por procuração e esperava a vinda de D. Leonor. Na embaixada que tinha enviado a cargo de João Afonso Telo, incluía-se ouro e joias numa galé reservada a trazer a infanta. Tudo parecia bem encaminhado, para que os aragoneses prestassem um bom serviço à coroa portuguesa. Passado três meses, o embaixador de D. Fernando regressa a Portugal. Fernão Lopes diz-nos que alguns tentaram dar uma versão do que terá sucedido para o regresso de João Afonso Telo. Um dizia que foi o conde de Barcelos que abandonou o ouro que levava para favorecer a sua sobrinha. D. Fernando apaixonou-se por D. Leonor Teles, o que era um entrave para o sucesso deste empreendimento. Outro que simplesmente convenceram o rei de que a infante era demasiado feia e que ele não haveria de quer casar com ela. Facto é que o conde regressou a Portugal com a galé, com as joias e uma coroa de ouro, destinada a D. Leonor.<sup>63</sup> A partida do conde terá sido despoletada pela demora na dispensa que o rei de Aragão tinha pedido ao Papa, para anular os esponsais que a sua filha tinha feito com o infante de Castela. Partindo assim, o embaixador de D. Fernando, os negociadores regressam ao acordo inicial de mil e quinhentas lanças. É enviado um embaixador de Aragão para firmar o compromisso. A parte que quebrasse o acordo teria de pagar vinte mil marcos de compensação.

Entretanto, como foi dito anteriormente, D. Fernando chega a um acordo de paz com D. Henrique, comprometendo-se a casar com a sua filha D. Leonor. Ora, o rei de Aragão sabendo

---

<sup>60</sup> CDF, p. 170.

<sup>61</sup> CDF, p. 173.

<sup>62</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 42. <sup>63</sup> CDF, p. 174.

disto não poderia continuar com as negociações. Manda prender Afonso Domingues Barateiro e fica com o dinheiro. Pela quebra do acordo: «mandou que tomassem logo a Affonso Dominguez Barateiro quanto aver lhe fosse achado, e foram-lhe tomados dous mill e viinte e quatro marcos d'ouro, afora cento e sete marcos que lhe foram emprestados logo aa primeira, quando novamente chegarom»<sup>64</sup>. Este processo resultou numa perda de dinheiro avultada para a coroa, que Fernão Lopes nos transmite com uma sensação de grande fracasso. Na realidade, em 1370 Aragão aliou-se a Navarra, contra D. Henrique. Demonstrava assim outros objetivos, pondo de lado o apoio ao rei português, desculpando-se com o quebrar das cláusulas acordada.<sup>65</sup>

Todo o desenrolar deste processo fará com que Portugal necessite encontrar outro aliado. Ora, nesse mesmo período existia um forte candidato ao trono Castelhana que desesperava por um aliado Ibérico. João de Gaunt, o duque de Lencastre, casa-se com D. Constança, filha de D. Pedro, em 1371, no mesmo ano em que Portugal assina o tratado de Alcoutim. Passa a ser o mais forte candidato ao trono de Castela, por a sua mulher ser a herdeira legítima. Na tentativa de chegar a um acordo com Aragão, que via como um bom aliado na Península Ibérica, optará por um outro reino ibérico, o que fará mudar o rumo dos acontecimentos.<sup>66</sup>

## 5.2 O tratado de Tagilde

D. Fernando não pretendia manter por muito tempo a pazes acordadas em Alcoutim. Passados apenas dois meses, quebra uma das cláusulas do tratado, casando com D. Leonor Teles, anulando o seu compromisso com a filha do monarca castelhano. Mas irá ainda mais longe no incumprimento das cláusulas do Tratado de Alcoutim. Sabendo da ambição do duque de Lencastre, e tendo a necessidade de reforçar a sua hoste, dará o primeiro passo para o surgimento de uma importante aliança. Conseguindo boas garantias militares contra D. Henrique, D. Fernando mostrar-se-ia disposto a coligar-se aos ingleses<sup>67</sup>. A 10 de julho de 1372, é assinado perto de Braga, em Tagilde (atual freguesia de Vizela), um pacto que dará início a aliança portuguesa com Inglaterra.

---

<sup>64</sup> CDF, p. 185.

<sup>65</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 47.

<sup>66</sup> CDF, p. 235.

<sup>67</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 217.

Este tratado é celebrado com dois enviados do duque de Lencastre. Fazem parte das negociações João Fernandes Andeiro, e Roger Hoore, do lado português estava o Chantre de Braga, Vasco Domingues. D. Fernando continuava a proteger os apoiantes de D. Pedro I de Castela, apesar do tratado que tinha feito com D. Henrique. João Fernandes Andeiro vem a Tagilde na condição de embaixador do duque de Lencastre: «enviara pouco avia seus embaxadores a el-rei D. Fernando, *scilicet*, Joham Fernandez Andeiro cavaleiro e Roger Hoor escudeiro outrosi do duque»<sup>68</sup> E o que foi acordado nesse dia foi o seguinte:

«E mostrado abastante poder que pera ello tragiam, firmarom suas avenças em esta guisa: que el-rei e o duque fossem verdadeiros amigos por sempre huu do outro, e que sse ajudassem per mar e per terra contra dom Henrique, rrei que sse chamava de Castella, e contra el-rei dom Pedro d' Aragom, *scilicet*, que vindo o duque fazer guerra a el-rei dom Henrique ou a el-rei d' Aragom, e estando no reino de Navarra começando de fazer guerra a cada huu d' elles com as gentes que consiguo trouvesse, que el-rei dom Fernando fosse theudo de lhe fazer logo guerra; e sse o duque entrasse per seu corpo em cada huu dos ditos rreinos, que el-rei de Portugall fosse theudo de entrar com seu corpo per outra parte, e que estas ajudas e guerra que cada huu fezesse fosse aas suas próprias despesas; e que toda cousa que el-rei dom Fernando tomasse do reino de Castella, que nom fosse villa ou castelo que fosse tomada do rreino d' Aragom, que fosse d' aquell que a tomasse»<sup>69</sup>.

Existem ainda alguns capítulos, que Fernão Lopes não escreveu para não alongar a sua crónica.<sup>70</sup> Depois de tratados estes pontos, D. Fernando envia Vasco Domingues e João Fernandes Andeiro, a Inglaterra com poderes para negociar o tratado em seu nome. O tratado é validado em mais tarde, nos Paços de Saboia, pelo duque de Lencastre.<sup>71</sup>

Com o concretizar de uma aliança com uma potência militar, como a Inglaterra, Portugal volta a contrariar as pretensões do usurpador Castelhana. Indo contra o tratado de Alcoutim, alia-se ao principal inimigo de Castela e de França, a quem tinha prometido lealdade. Não tardará para que a guerra volte a inflamar a Península Ibérica.

---

<sup>68</sup> CDF, p. 235.

<sup>69</sup> CDF, p. 235.

<sup>70</sup> CDF, p. 236.

<sup>71</sup> CDF, p. 236.

## 6 Segunda Guerra Fernandina

Na sequência de um início de acordo com os ingleses, D. Fernando pretendia reabrir as hostilidades com os castelhanos. Sabendo deste tratado D. Henrique pede explicações a D. Fernando. O rei português argumenta que D. Henrique se atrasou na devolução de Bragança e Miranda, e por isso não tinha cumprido o acordado. Devido a esta afronta D. Henrique decide agir. Aconselhado por Diogo Lopes Pacheco, decide entrar em Portugal em dezembro de 1372, com o objetivo de alcançar Lisboa. Em Portugal, existiam muitos grupos que estavam insatisfeitos com o governo e as atitudes de D. Fernando. Diogo Lopes Pacheco garantia a D. Henrique, que caindo Lisboa, conseguia controlar o resto do país. Invadem Portugal pela Beira tomando várias vilas pelo caminho, como Pinhel, Celorico da Beira e Linhares. Entretanto o almirante Ambrósio Bocanegra, procede ao bloqueio do porto de Lisboa, com doze galés. Pedro Rodrigues Sarmiento, entra pelo Minho e conquista o castelo de Faria. D. Henrique, chega a Viseu onde recebe o apoio do infante D. Dinis, meio-irmão de D. Fernando. Avança para Coimbra, cerca Torres Novas, e dirige-se para Santarém, onde se encontrava D. Fernando.<sup>72</sup>

Aguardava-se o apoio das forças inglesas. O plano do duque de Lencastre era conseguir um entendimento entre Portugal e Aragão. Conseguiria assim dois aliados de peso na Península, para destronar D. Henrique. O problema foi o conflito criado com a apreensão do ouro português em Barcelona por parte de Aragão. Impossibilitado o acordo com Aragão, o duque de Lencastre concentra-se em Portugal, e envia João Fernandes Andeiro e Roger Hoore para selar o pacto militar de Tagilde.<sup>73</sup> Os ingleses tinham já reunido uma pequena força de oitocentos homens de armas e oitocentos arqueiros, para enviar para Portugal. Surgiu outra complicação, quando os franceses e os castelhanos atacaram La Rochelle, dando um novo foco de preocupação para os ingleses. Os homens que estavam preparados para vir para Portugal aguardam para saber o desfecho deste ataque. Os ingleses são derrotadas e concentram-se agora em entrar em Portugal. Com uma força reduzida a seiscentos homens de armas e quatrocentos arqueiros, os capitães Nicholas Tamworth e Richard Northland, preparam-se para embarcar<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 62.

<sup>73</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 61.

<sup>74</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 227.

D. Fernando terá sido surpreendido pela entrada tão repentina das tropas castelhanas em Portugal. Tenta organizar uma força de resposta a esta invasão. Junta muitas gentes para sair ao caminho do monarca castelhano. Concentra as tropas em Santarém, onde deveria sair ao caminho dos invasores. D. Henrique, sabendo deste ajuntamento, aguarda que lhe venham dar batalha em Torres Novas. Depois de dois dias de espera, percebe que D. Fernando não lhe sairia ao caminho e retoma o seu caminho em direção a Lisboa. A 23 de fevereiro de 1373, chega a Lisboa cercado-a e deixando a logo em aflição, por estar apenas protegida por uma velha cerca. Os castelhanos castigavam muito a cidade, tanto por terra como por mar. A cidade não estava preparada para resistir ao cerco, tendo apenas a velha cerca moura como proteção. A incursão de Pedro Rodrigues Sarmiento pelo Minho, fragilizava ainda mais os portugueses. Devido a esta forte ofensiva, era impossível aos portugueses resistir. No cerco, morriam muitos devido aos constantes bombardeamentos dos castelhanos, que fustigavam constantemente a cidade. Apesar de tudo, não seria como Diogo Lopes Pacheco previra. Os da cidade conseguiram resistir e obrigar a que fossem tratadas as tréguas. Vasco Domingues, que tinha sido enviado a Inglaterra, encontrava-se à cinco meses pronto para embarcar para Portugal. Estariam prontos mil e seiscentos homens de armas e arqueiros.<sup>75</sup> O apoio dos ingleses nunca chegaria, D. Fernando não tinha outra opção senão negociar a paz.

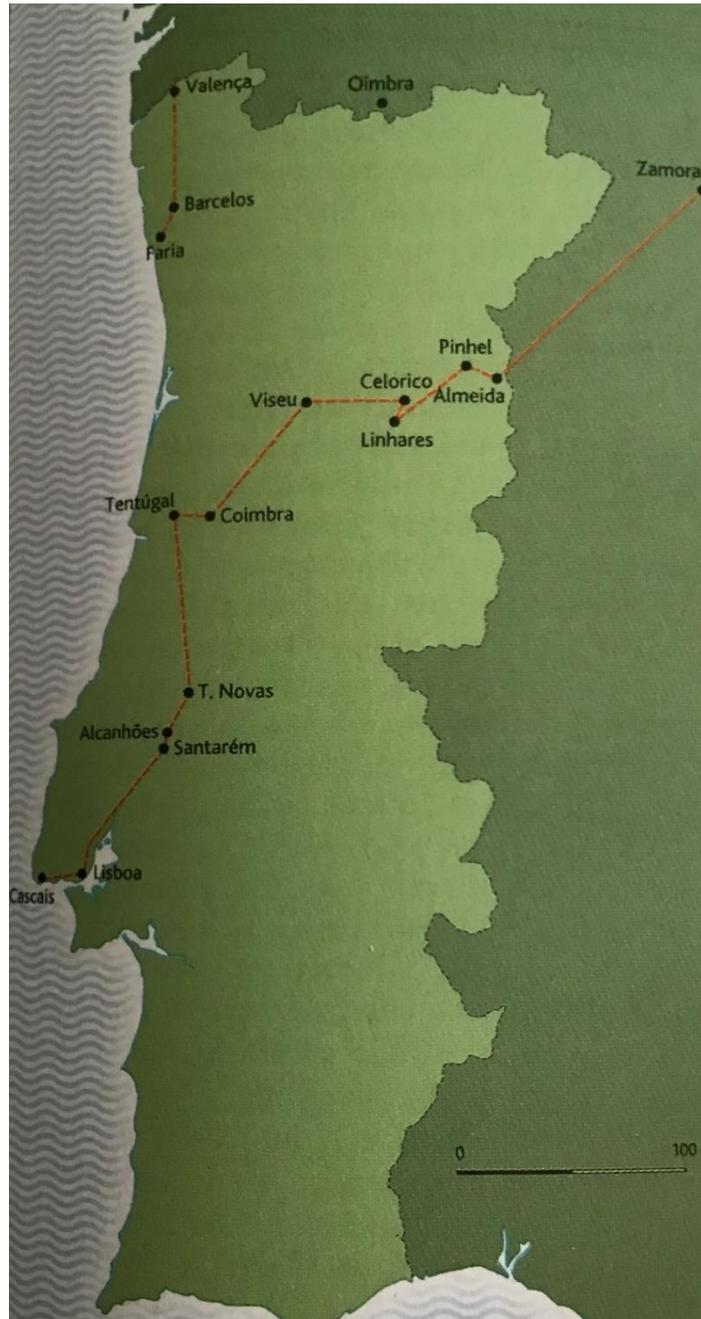
Chegam notícias do reatar das hostilidades a França, e D. Guido de Bolonha é enviado pelo Papa, para servir de moderador entre as duas partes. Num primeiro momento é impedido por D. Henrique de intervir, mas este desobedece e segue para Santarém. Consegue convencer D. Henrique a iniciar conversações com D. Fernando. No tratado de Santarém acordaram que D. Fernando fizesse aliança com os reis de França e Castela contra o rei de Inglaterra e o duque de Lancastre. Tinha de ajudar durante três anos com as suas galés, mas à custa do rei de Castela. Se os ingleses viessem aos portos de Portugal, teriam de ser expulsos sem serem ajudados com mantimentos ou armas. D. Fernando teria ainda de expulsar vinte e oito castelhanos do seu reino, entre eles D. Fernando de Castro, João Afonso Beça e João Fernandes Andeiro. Tinha de perdoar e devolver os bens a Diogo Lopes Pacheco e ao infante D. Dinis de Castro. A sua irmã de D. Fernando, D. Beatriz, era prometida em casamento a D. Sancho, irmão de D. Henrique. Isabel, filha bastarda de D. Fernando, casaria com D. Afonso, filho bastardo de Henrique. A recém-nascida, D. Beatriz, prometida a D. Fradique, outro filho bastardo de D. Henrique. A 24 de março

---

<sup>75</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369-1382*, p. 64.

de 1373, Lisboa é descercada e os dois monarcas encontram-se a bordo de três bateis no rio Tejo a 7 de abril, para confirmar o acordo.<sup>76</sup>

D. Fernando foi mais uma vez derrotado no confronto com D. Henrique, e obrigado a uma paz humilhante. Mas este não será o último empreendimento para conseguir chegar ao trono castelhano. Falhara o apoio fundamental dos mercenários ingleses nesta segunda guerra. Um apoio que D. Fernando não tardará a efetivar, para poder recomeçar o conflito com Castela.



Mapa 2 - Movimentações na 2ª Guerra Fernandina (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol. 1, p. 255)

<sup>76</sup> CDF, p. 291.

## 7 Terceira Guerra Fernandina

O conflito sanado, D. Fernando volta às negociações com os ingleses, menos de três meses depois do Tratado de Santarém ser assinado. Vasco Domingues e João Fernandes Andeiro são enviados a Inglaterra, e conseguem em St. Paul reforçar a aliança<sup>77</sup>. Os castelhanos, ficando a saber destas novas negociações, interrogam D. Fernando, que se desculpa dizendo que os dois homens agiram por vontade própria. Percebendo as fraquezas a nível de estruturas militares, D. Fernando irá empreender uma reforma. Procede-se a uma reorganização militar do reino, com a construção da grande muralha de Lisboa. Manda ainda reparar, fortalecer e abastecer várias outras cidades. Foram reformados o sistema de recrutamento e o equipamento militar dos seus guerreiros. Na marinha, dispensa Pessanha do almirantado, e nomeia João Afonso Telo que não tinha qualquer experiência. Para além das reformas militares, empreende melhoramentos, publicando um conjunto de leis, conhecidas como Lei das Sesmarias. Intervém ainda, no comércio, no ensino, na navegação e nos seguros marítimos.<sup>78</sup>

Enquanto se organizava internamente, teria de cumprir com o acordado no Tratado de Santarém. Sendo assim envia as suas galés em auxílio dos castelhanos na guerra contra Aragão, e em ajuda dos franceses contra os ingleses. D. Beatriz, casa com D. Fradique, filho de D. Henrique, em 1375. A situação aquece internamente com o assassinato de Maria Teles, irmã da rainha, pelo seu marido o infante D. João, filho de D. Pedro I. Com a morte de D. Henrique em 1379, D. Fernando manda as galés, que deviam ajudar os castelhanos e que estavam estacionadas em Santander, regressar a Lisboa. Em 1380, volta a negociar um novo casamento para D. Beatriz com D. Henrique, o filho recém-nascido de D. Juan. Continuam a negociações com os ingleses, e a mesma D. Beatriz é oferecida a Eduardo, filho do conde Cambridge para selar a aliança. D. Fernando intervém pelas duas partes assumindo uma duplicidade diplomática, mantendo sempre próximo dos dois núcleos políticos da época na Europa, não sabendo bem ainda que rumo tomar. Ao reunir o seu conselho em Santarém, consulta-os sobre a perspectiva de um novo conflito. Eles não se mostram recetivos à ideia, procurando manter a paz e as cláusulas do Tratado de Santarém. Porém, D. Fernando vê no jovem herdeiro castelhano, a possibilidade de conseguir a sua tão desejada ascensão ao trono. Tentaria vingar as humilhações sofridas com o desfecho dos conflitos anteriores, e reforçar a sua posição na Península Ibérica. Este objetivo só

---

<sup>77</sup> Monteiro, «As Campanhas que Fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 256. <sup>78</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369-1382*, p. 103.

seria possível de alcançar se conseguisse o apoio inglês. O duque de Lencastre, que assumia a regência do reino inglês, após a morte do seu pai e do seu irmão, continuava a manter-se mais interessado numa aliança com Aragão. Sabendo das negociações, que D. Fernando mantinha com os ingleses, D. Juan I invade Portugal.<sup>79</sup>

Em maio de 1381, começa a guerra com a incursão de forças castelhanas pelo território português. Desta vez, ao contrário do seu pai, não se focou apenas em Lisboa. Concentra o exército em Almeida e ordena incursões de desgaste na fronteira. Os Mestres de Santiago e de Alcântara, são encarregados de entrar pelo Alentejo e desgastar o território. Este conflito passa também pelos mares, preparando-se as duas armadas para o confronto. João Afonso Telo, almirante, tinha à sua disposição vinte e uma galés, uma galeota e quatro naus, com uma guarnição de seis mil homens. A armada castelhana, comandada por Fernán Sanchez de Tovar, era composta por dezassete galés, que se faz ao largo na tentativa de bloquear a chegada dos ingleses a Lisboa. No dia 17 de julho, as duas armadas avistam-se, mas devido ao desequilíbrio de forças, os castelhanos que iam em direção ao Algarve, decidem retirar. O combate deu-se ao início da tarde e terá sido rápido.<sup>80</sup> Os portugueses lançam-se em perseguição, até muito perto da ria de Huelva, atraídos pelos castelhanos. Neste local os grandes barcos portugueses teriam dificuldades em manobrar. Tovar, forma uma linha de combate e espera pelo inimigo. O inexperiente Afonso Telo terá avaliado mal as capacidades táticas do inimigo, e ordenou que os seus barcos acelerassem e atacassem. Esta perseguição desorganizou a frota lusa, que sofreu um contra-ataque que viria a ser desastroso para as suas pretensões. Derrotados, são capturadas vinte galés, com toda a tripulação e bens. Os portugueses saíram derrotados daquele que terá sido o maior combate das Guerras Fernandinas, devido à falta de conhecimento por parte do seu almirante.<sup>8182</sup>

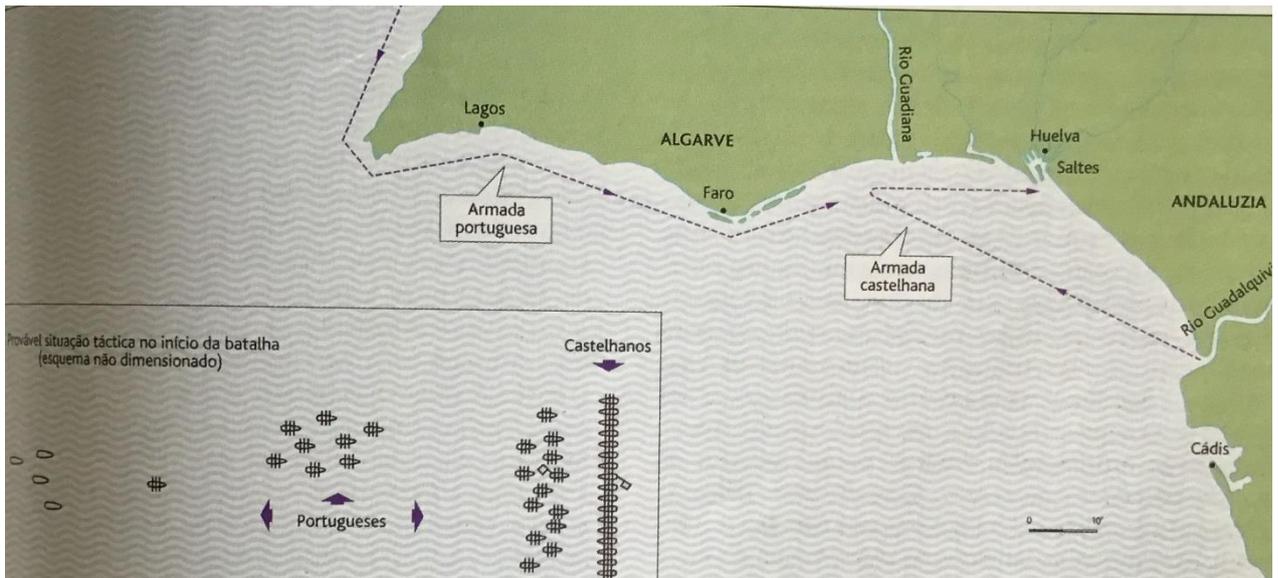
---

<sup>79</sup> CDF, p. 463.

<sup>80</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 78.

<sup>81</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 78.

<sup>82</sup> Monteiro, «As Campanhas que Fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 259.



Mapa 3 - Movimentações na batalha de Saltes (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol. 1, p. 257)

Era necessário, mais do que nunca, encontrar aliados que pudessem reforçar substancialmente as forças portuguesas. Convencido do apoio inglês, D. Fernando irá tentar recrutar um outro conhecido capitão, não só para combater contra Castela, mas também para se tentar vingar de Aragão.<sup>83</sup>

### 7.1 Negociações com o duque de Anjou

Ainda ferido pela perda do ouro, D. Fernando tenta fazer amizade com Luís, duque de Anjou para fazer guerra contra o rei de Aragão. Mais um veterano da guerra dos cem anos, capaz de reunir uma força considerável e experiente. O duque envia a D. Fernando os seus embaixadores, «Rruberte de Noyers, bacharell em leis, e Yvo de Gernall», chegam a Tentúgal no mês de abril<sup>84</sup>. Acordam alguns pontos e deixam outros para o duque determinar. D. Fernando envia os seus embaixadores a França, com os mensageiros do duque. Lourenço Eanes Fogaça, chanceler, e João Gonçalves, secretário e membro do conselho do rei, encontram-se com o duque num paço do rei de França, perto de Paris.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> CDF, p.343.

<sup>84</sup> CDF, p. 343.

<sup>85</sup> CDF, p. 344.

Os pontos da aliança eram os seguintes:

«que o duque fizesse guerra contra el-rei de Aragom assi per mar como per terra, e que a guerra per terra sse fizesse aa despesa do duque, e na guerra que se fizesse per mar el-rei dom Fernando possesse a terça parte das fustes, contando que nom passasse conto de quinze galles; e segundo a despesa que cada huu fizesse, ouvesse proveito dos bees moviis e de rraiz que tomados fossem ao reino d´Aragom, rreservando porém seu derecho aos capitães, segundo seu costume de guerra. E que todallas cidades, castelos e fortellezzas que fossem tomadas no rreino de Mayorga e nas ilhas de Menorca e de Eviça eno condado de Rrocelhom e terras d´ arredpr fossem entregues ao dito duque. E que sse el-rei de Castella quisesse seer em esta liga, fazendo guerra ao rreino d´Aragom assi per mar come per terra, segundo já tinha outorgado ao duque, que as fortellezas que sse tomassem em Murça e em terra de Molina, em que el-rei de Castella dizia que tiinha derecho, que isso mesmo lhe fossem entregues. E que de quaaesquer outros logares que fossem tomados, afora estes que ditos som, que el-rrei dom Fernando fosse primeiro entregue sem nenhuaa custa de duzentas e cinquenta mil dobras, em que dizia que lhe el-rrei d´Aragom era obrigado; e depois que el fosse pagado, que todollos outros logares fossem partidos antr´elless segundo a despesa que cada huu fizesse»<sup>86</sup>.

Segundo Fernão Lopes, se houve algum conflito, não existe nenhuma referência nem livros, nem escrituras. Nesta tentativa de aliança ao duque de Anjou, D. Fernando mostrava-se determinado a recuperar o ouro que perdera. Assim, pretendia recorrer a mais um forte aliado militar, abrindo negociações que poderiam ser proveitosas para o reino.<sup>87</sup>

## 7.2 O Conde de Cambridge em Portugal

D. Fernando continuou durante alguns anos a fazer jogo duplo com os castelhanos. Esperava o melhor momento e as melhores condições para poder reabrir a hostilidades. Procura então consolidar a aliança que tinha começado a negociar desde o Tratado de Tagilde. Neste acordo entre Portugal e Inglaterra, João Fernandes Andeiro voltará a ter um papel preponderante. Agora exilado em Inglaterra, o Andeiro funciona como ponto de ligação entre D. Fernando e os ingleses. Vem em segredo a Portugal, onde se esconde em Estremoz, para não desacreditar D.

---

<sup>86</sup> CDF, p. 344.

<sup>87</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 335.

Fernando que tinha concordado com o seu exílio no Tratado de Santarém. Acerta os detalhes para a vinda de um contingente de homens armados, liderados pelo conde de Cambridge. Edmundo era filho de Eduardo III, rei de Inglaterra, e por isso irmão do duque de Lencastre. Vinha para a Península defender as pretensões do seu irmão ao trono de Castela.<sup>88</sup>

Depois de Andeiro ter vindo a Estremoz com recado dos ingleses, D. Fernando envia Lourenço Eanes Fogaça para Inglaterra para firmar o acordo. O conde de Cambridge deveria vir com as mais gentes que pudesse juntar e que trouxesse o seu filho, Eduardo para casar com D. Beatriz. Uma vez mais, D. Fernando usa a sua filha como garantia nas suas negociações. Os ingleses começam a preparar a sua vinda a 6 de dezembro de 1380, no Parlamento de Northampton. A 7 de janeiro, começam a reunir-se embarcações para levarem os homens de Edmundo de Langley<sup>89</sup>. O conde reúne as tropas em Plymouth desde de março de 1381. Segundo Froissart, o conde de Cambridge trazia cerca de quinhentas lanças e outros tantos arqueiros, da sua hoste pessoal. Vinham com ele vários capitães, que completavam os três mil efetivos, negociados por João Fernandes Andeiro: Guillaume Beauchamp condestável da frota, que já tinha combatido na batalha de Najera; Mathieu de Gournai, marechal, amigo do rei de Aragão, tinha estado em campanha em Castela em 1366 e 1367, e seria um perito na guerra e na política da península<sup>90</sup>; o senhor de La Trau, outro participante da batalha de Najera, gascão que ocupava um papel relevante nos chefes secundários; Thomas Symond alferes do duque de Lancastre que trazia a sua bandeira; Thierry de Robersart, conhecido como o “Cónego”, era um velho e experiente guerreiro; o bispo de Dax, Juan Guterres «hordenador das batalhas»<sup>91</sup>; Tomas Frechete; João Soudré, filho bastardo do rei de Inglaterra; o Garro; Jean De Cavendich; Chico Novell; Maa Borni; Raimundo de Castelnuau que era gascão, e outros capitães. Traziam três mil homens de armas e arqueiros, «fremosa gente e bem corregidos»<sup>92</sup>. Todo este exército estaria agrupado em Plymouth e Dartmouth, à espera da mobilização de barcos para embarcarem para a Portugal<sup>93</sup>. A vinda destes homens foi um pouco atrasada, devido à rebelião de camponeses em Inglaterra. Mas partem em meados de julho, já com os três mil homens prontos. O escudeiro Rui Cravo, chega a Buarcos, e cavalga até ao rei para lhe dar a notícias da vinda dos ingleses. Chega a Santarém com

---

<sup>88</sup> CDF, p. 421.

<sup>89</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 335.

<sup>90</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 336.

<sup>91</sup> CDF, p. 451.

<sup>92</sup> CDF, p. 453.

<sup>93</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 338.

a informação que os ingleses saíam de Plymouth, com gentes e senhores. Chegam em 48 naos e barcas, aos 19 dias de julho 1381.<sup>94</sup>

O conde de Cambridge e as gentes que o acompanham são recebidos em Lisboa. Vão em procissão para a Sé onde fazem uma oração, esquecendo do comprometimento de D. Fernando com o papa de Avinhão. O rei lamenta a perda da sua frota portuguesa ao conde, este diz-lhe que quem dominar a terra teria as galés e o mar. D. Leonor visita a condessa no Mosteiro de Santa Maria da Escada, onde o conde estava alojado. O rei convida o conde e todos os que vinham em sua companhia aos seus paços. «foi apresentado ao conde e aos outros senhores muitos panos de sirgo com ouro de desvairadas maneiras, segundo por el-rei hordenado; e isso mesmo deu a rainha aa condessa e molheres de sua casa panos e joyas de que foram contentes».<sup>95</sup> O conde deveria aguardar a chegada de um segundo exército inglês, que seria comandado pelo seu irmão. O duque de Lencastre, tinha partido para a Escócia, e esperava resolver rapidamente esse conflito para se debruçar sobre os assuntos da Península Ibérica. O verão passa sem que haja um encontro direto entre as duas forças. Apesar do convite de D. Juan I ao conde Cambridge para batalhar em Almeida. O reforço inglês nunca chegaria e o rei castelhano tentava apaziguar o conflito entre o duque de Anjou e o rei de Aragão. Em finais de agosto de 1382, D. Juan recebe notícias, de Aragão, de que havia movimentações dos ingleses para partirem para a França e atacar Castela. Na perspectiva de um ataque com duas frentes, manda recolher as suas tropas nas vilas amuralhadas, e que serão abastecidas pelas colheitas.<sup>96</sup>

Um dos pontos do acordo era que D. Fernando fornecesse cavalos aos ingleses que depois seriam descontados do seu soldo, mas que nunca foram pagos. O tempo que levou a adquirir os animais foi um entrave para a mais rápida deslocação dos ingleses para o interior do território português. Nota-se a falta de organização, e que a vinda dos ingleses foi repentina, não conseguindo o rei português fornecer elementos logísticos simples. O conde de Cambridge recebe uma carta do rei castelhano, a desafiá-lo para uma batalha perto de Almeida. Na impossibilidade de deslocar os seus homens, Edmundo não envia nenhuma resposta e mantém cativo o mensageiro de Henrique. Por fim, D. Fernando consegue fornecer as bestas que eram necessárias para avançar. Mandou doze mulas para a condessa e doze cavalos para o conde, entre os quais

---

<sup>94</sup> CFD, p. 453.

<sup>95</sup> CDF, p.456.

<sup>96</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 351.

ia um que tinha sido oferecido por D. Henrique.<sup>97</sup> Seriam animais fugazes, que davam trabalho aos ingleses, como descreve Fernão Lopes: «E estas bestas escolheitas que derom aos ingleses, muitas d'ellas avia taaes que aadur podia huu ingles levar huua dellas à água; e como foram em seu poder, trautavom-nas de tal guisa que huu levava depois vinte e trinta ante ssi, como manada de manso gado»<sup>98</sup>.

Na realidade os ingleses encontravam-se estacionados nos arredores de Lisboa, e com a falta de atividade e fraca liderança, começavam a atormentar a população: «começaram de sse estender pella cidade e termo matando e rroubando e forçando molheres, mostrando tal senhorio e desprezamento contra todos come se fossem seus mortaees emmiigos de que se novamente ouvessem d' assenhorar»<sup>99</sup>. O povo não ousava contradizê-los, pois estavam sobre proteção do rei. Não esperavam que os homens que o vinham para ajudar e a quem fazia tentas merces cometessem estes atos em sua terra. Quando havia alguma queixa deste comportamento, o rei falava com o duque que pouco se importava. O povo tinha medo deles como dos seus inimigos. As quintas ou casais que não tinham o pendão do conde (um falcão branco em campo vermelho) eram roubadas. Os comerciantes que vinham para a cidade para vender, também tinha de trazer aquele pendão, senão erram roubadas. Chegaram a tomar bestas ao rei, dizendo que ele lhes devia soldo, que depois foram devolvidas por mando do conde. O rei pedia ao conde que castigasse a suas gentes, pelas queixas que recebia. Este concordava, mas cada vez faziam pior. Um grupo destes homens dirigiu-se acima de Loures para roubar uma aldeia, mas nada levaram, apenas mataram três homens: «e assi rroubavom e matavom e destruhiam mantimentos que muitas vezes mais era o dano que faziam que aquello que gastavom em comer».<sup>100</sup> Se tinham vontade de comer língua de vaca, matavam a vaca tiravam a língua e deixavam o resto. O rei mandava-os acima do Guadiana para a frontaria. Eles em vez de entrarem em Castela davam volta sobre o Ribatejo a roubar. O povo fechava-lhes a porta: «assi como fezerom em Vila Viçosa, quando hi chegou Maa Borni com outros ingleses que alçarom volta com os do logar e matarom Gonçall ' Eannes Santos e ferirrom outros da vila; e isso mesmo matarom os da villa dos ingleses, e foram feridos alguus; eles combaterom Borva e Monssaraz, e escallarom o Rredondo e cobaterom Avis, e quiserom escalar Evora-Monte e nom poderom<sup>101</sup>.» Faziam forragem nos lugares em pousavam, causando

---

<sup>97</sup> CDF, p.457. <sup>98</sup>CDF, p. 455. <sup>99</sup>CDF, p. 465. <sup>100</sup> CDF, p. 466. <sup>101</sup>CDF, p. 467.

grandes prejuízos. O povo começou a combatê-los e a matar. Percebe-se com a descrição de Russel o porquê destes comportamentos: «Além de gascões, cujo interesse na campanha era em grande medida mercenário, e dos castelhanos, que tinham de atender aos seus próprios interesses em Castela depois de sete anos de infrutífero exílio, os acontecimentos ulteriores vieram mostrar que uma parte da soldadesca inglesa era de fraca qualidade e que fora recrutada nos estratos inferiores dos mercenários na altura disponíveis em Inglaterra»<sup>102</sup>.

Um outro ponto do acordo, seria o de cumprir os esponsais entre D. Beatriz e o filho do Conde, Eduardo. Ora, aqui levantou-se um outro problema, D. Fernando mantinha como verdadeiro Papa Clemente VII, devido aos acordos com os castelhanos. Foi obrigado a aceitar Urbano VI, de forma a poder proceder-se ao casamento. Ficava clara a rutura total de D. Fernando, com os franceses e castelhanos.

### 7.3 O motim contra D. Fernando

A guarnição de mercenários encontrava-se em Vila Viçosa, no início do mês de abril.<sup>103</sup> Tinha sido enviado para essa vila para poderem estar mais perto do inimigo e afastados de Lisboa. Os capitães ingleses ponderavam atacar o inimigo. Por iniciativa de Thierry de Robersart, concordam todos em atacar, enviam João de Cavendich como mensageiro a D. Fernando. O rei não queria que eles atacassem, mas os cavaleiros mostravam-se impacientes. Juntam quatrocentos homens de armas e outros tantos arqueiros, e concordam atacar Xerez que pertencia ao mestre de Santiago. Mas mudam de ideias e atacam uma vila a caminho chamada Higuera la Real, que estava protegida por sessenta homens de armas. Faziam parte deste ataque os capitães ingleses: Robertsart, Guillaume de Beauchamp, Mathieu de Gournay, Miles de Windsor, o senhor de Talleboth, Adam Symour, João Soudrée, La Trau, Raimund de Castelnau, Raymond de Marsen, entre outros. Lançam o cerco à vila na primeira hora até a nona hora. Cercam os muros protegendo-se com os escudos, Robertsart é ferido. Os castelhanos pedem para falar com os ingleses e concordam com a rendição da vila. Rende-se a Mathieu de Gournay, marechal da hoste e Guillaume de Beauchamp, condestável. Depois da tomada de Higuera la Real, decidem avançar em três grupos separados, um deles chefiado por Robertsart com cento e vinte homens. O mestre

---

<sup>102</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 337.

<sup>103</sup> CF, Livro II, Cap. CXXXIX.

de Santiago sai ao caminho da companhia do cónego, com quatrocentos homens de armas, perto de Olivença, ao segundo dia de marcha. Os ingleses reagruparam-se, mas não houve confrontos, regressando os castelhanos a Xerez e o cónego a vila Viçosa. Robertsart conta aos restantes companheiros que se tivessem todos teriam atacado os castelhanos. Assim foram as primeiras interversões dos mercenários em Portugal, porém sem ordens diretas do rei, que não ficou muito agradado. Ficaram todo o inverno nas suas guarnições sem mais ofensivas, o que os deixa bastante entediados.<sup>104</sup>

Até abril de 1382, não houve mais iniciativas por parte dos mercenários. Passaram nove meses sem que tenha havido mais confrontos com o inimigo. Desculpando-se com a falta de pagamento começam a fazer algumas incursões sobre as vilas inimigas. Desobedecem ao rei, que lhe tinha pedido de não atacar sem o seu consentimento. Froissart transmite-nos um exemplo da insatisfação do soudan de la Trau, queixando-se ao conde da falta de pagamento: «Par ma foi, monseigneur! Dit le soudich, il paye mal; car aussi les compagnons se plaignent trop fort de son payement, et nons sans cause, car il nous doit encore tous les gages de six mois»<sup>105</sup>. Decidiram avançar com o ataque, e Robertsart preparava um ataque a Elvas. O conde Andeiro tenta persuadir o cónego a não atacar, mas este responde-lhe que não poderá conter a vontade dos seus homens<sup>106</sup>. Fazem-se ao caminho, com o objetivo de alcançar Sevilha. Conseguem acumular lucros com pilhagens e encontram um bando de vinte mil bestas pelo caminho e decidem regressar a Portugal. Sabendo do regresso da companhia de Robertsart, D. Fernando informado pelo conde Andeiro da desobediência deste, manda o prender. O Andeiro, ainda o tenta persuadir a não o fazer, mas sem efeito. Este confronto do rei com os mercenários, e a falta de pagamento durante tanto tempo, leva a que comessem a conspirar e um motim será inevitável. Nomeiam João Soustrée, irmão bastardo de Ricardo II, como novo capitão.<sup>107</sup> Envia o senhor de Taillebot a Lisboa para que as gajas sejam pagas. O rei não paga justificando que por duas vezes eles agiram sem o seu consentimento. O conde de Cambridge sai de Estremoz e vem para Vila Viçosa, o que foi do agrado de ingleses e gascões. Entre os cavaleiros que aqui se encontravam haviam alguns de menor condição que não podiam esperar tanto tempo pelo pagamento. O cónego Roberstart tenta chamar a razão os cavaleiros. Questionam-se entrarem em guerra com Portugal, rapidamente os

---

<sup>104</sup> CF, Livro II, Cap. CXXXIX.

<sup>105</sup> CF, Livro II, Cap. CXXXIX.

<sup>106</sup> CF, Livro II, Cap. CXXXIX.

<sup>107</sup> CF, Livro II, Cap. CXLII.

inimigos o saberão e teriam duas frentes. Tinha duas hipóteses juntarem-se aos inimigos ou permanecerem leais ao conde de Cambridge. João Soustrée, como novo capitão, pretendia declarar guerra ao rei de Portugal, pois não tinha nada a perder: «ami a Dieu et ennemi à tout le monde!»<sup>108</sup>. Um grupo de cerca de setecentos cavaleiros vão falar com o conde, que se encontrava em Estremoz. Soustrée é o porta-voz, diz ao conde que se não fosse pela sua garantia de pagamento nunca teriam ido para Portugal. Se o conde não quisesse continuar a guerra, eles pilhariam o país para obter o seu saque. O conde disse a Soustrée que pilhar o país poria em causa o seu bom nome e o de Inglaterra. São enviados três cavaleiros ao rei para reclamar o pagamento. Um inglês, um gascão e um alemão: Guillaume Helmen para os ingleses, Thomas Simour para os estrangeiros, e Raimundo de Castelnau para os gascões. Os mercenários pedem o pagamento e D. Fernando afirma que não ficou satisfeito com os avanços sem o seu consentimento. Eles defendem-se dizendo que atacaram o inimigo quase até Sevilha, o que trouxe lucros a Portugal. O rei diz-lhes que dentro de quinze dias lhes pagaria. Pede que o conde o venha visitar, para receber o dito soldo.<sup>109</sup>

O conde de Cambridge não conseguia ter controlo sobre os seus homens. Este episódio, expõe as debilidades que tinha em termos de liderança. Por este facto, o parlamento inglês opunha-se ao financiamento dos projetos de guerra do duque de Lencastre. O contingente que tinha enviado para Portugal, tornava-se num fardo. Juntando o fracasso do conde, não tiveram outra opção senão abandoná-lo a sua sorte.<sup>110</sup>

D. Fernando, pressionado pelos mercenários, tomará a decisão de ir ao encontro do inimigo. Como se pode notar, a relação entre o rei português e o contingente que contratara não foi muito pacífica. A falta de pagamento, de combate, e a fraca liderança do conde de Cambridge, fazia com que estes homens fossem difíceis de controlar, causando prejuízos e agitação política e social no reino.

---

<sup>108</sup> CF, Livro II, Cap. CXLII.

<sup>109</sup> CF, Livro II, Cap. CXXXIX.

<sup>110</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 82.

#### 7.4 A Prisão do Mestre de Avis

No meio de todo este alvoroço, houve um episódio que poderia ter deitado por terra toda a campanha empreendida até aqui. Surge a notícia que D. Leonor estaria grávida, e levantam-se suspeitas contra a legitimidade do filho. O conde Andeiro seria o pai da criança que a rainha carregava, e começou a haver vozes que se levantaram contra ela. Porém, ninguém ousava denunciar a rainha por medo de represálias. No entanto, chegam boatos aos ouvidos de Leonor Teles, que irão marcar um dos principais personagens políticos do país.<sup>111</sup>

Um das vozes contestatárias eram o Mestre de Avis e Gonçalo Vasques de Azevedo. São informados de que a rainha tinha tido um envolvimento com o Conde Andeiro. D. Leonor sabendo que estes homens tinham estas informações valiosas, conspira contra eles para os prender. Estando em Évora, que estava no controlo da rainha e do conde Andeiro, conseguem persuadir D. Fernando a mandar prender o irmão. Sem perceber bem os motivos, D. João e Gonçalo Vasques de Azevedo, são presos. O mestre questiona o rei o porquê da sua prisão, que poderia ser apenas por motivos de traição. O rei diz-lhe que seria para mostrar o seu poderio. Temendo pela sua vida, não encontram outra solução a não ser a de pedir ajuda ao conde de Cambridge: «E por o gram temor que ouverom de em outro dia seer mortos, enviaram logo a pressa huu escudeiro ao conde de Cambrig que estava em Vila Viçosa, que eram d' ali oito legoas, e mandaram-lhe dizer como os el-rei madara prender e nom sabiam porque, e que lhe enviavom pdeir por mercee que os enviasse pedir a el-rei, e sse lhos dar nom quisesse que lhe dissesse porque eram presos. O conde, quando esto ouvio, rrespondeo que com aquello nom tinha que fazer, e que sse eles alguua cousa fezerom contra serviço d' el-rrei, que era mui bem de o pagaem; e sobre aquello nom entendia de fazer nenhuua cousa»<sup>112</sup>. Num primeiro momento o conde hesita e mantém-se afastado do assunto. Mas acaba por perceber a importância da libertação do mestre, para a estabilidade do reino e para que a guerra prosseguisse. Com o favorecimento dos ingleses, o mestre é solto. Mais tarde, numa carta do papa Bonifácio IX dirigida ao bispo de Coimbra, em 1397, ficamos a saber que o Mestre teria prometido uma peregrinação à Terra Santa caso conseguisse sair daquele apuro.<sup>113</sup> O que revela bem o medo que terá sentido no momento da prisão.

<sup>111</sup> CDF, p. 488.

<sup>112</sup> CDF, p. 500.

<sup>113</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 82.

O mestre dirige-se aos paços onde o conde pousava para lhe agradecer ter estado a favor da sua libertação. Poucos dias depois do mestre ser solto teve conselho com ingleses, para saber como iriam entrar em Castela. Decidiram o dia em que juntariam as suas gentes em Arronches. Os capitães eram: um filho bastardo do rei de Inglaterra, o cônego Robertsart, la Trau, João Falconeth e outros. Um cavaleiro inglês chamado Rogel Othiquiniente dirige a palavra ao mestre.<sup>114</sup> Pergunta informações sobre a terra para onde vão, dizendo o mestre que não a conhece. Convida o mestre a participar na entrada em Castela. O mestre juntou as suas gentes com Vasco Peres de Camões e juntou entre lanças e corredor duzentos cavalos e quatro mil homens de pé. Os ingleses, levavam oitocentas lanças e quinhentos arqueiros, o que contabilizava uma força total de seis mil homens. Seguem caminho para o interior de Castela, onde atacam Lobón, que não conseguem tomar. Incendeiam a cidade, matando e raptando alguns dos locais. Dirigem-se para o Cortijo, queimam as portas e matam todos os homens que resistiam naquela fortaleza.<sup>115</sup>

Este episódio demonstra a importância que o conde de Cambridge tinha nas decisões políticas do reino. Servindo de moderador neste confronto com os dois irmãos. Mostra ainda como o Mestre de Avis sai como uma vítima aos olhos do povo, o que reforça a sua popularidade. O mestre reconhece ainda a importância da intervenção inglesa, o que poderá explicar a sua preferência no futuro próximo.

## 8 O Fim das Guerras Fernandinas

Depois de perdida a frota em Saltes, e aprisionados os homens que nela iam, Portugal perdia a guerra pelo mar. Em março de 1382, a frota castelhana tem caminho aberto para atacar Lisboa. O objetivo seria afundar as embarcações inglesas, que tinha transportado os mercenários. Porém, D. Fernando é avisado com antecedência, e os navios são enviados para a ribeira de Sacavém, para os proteger. O infante D. João consegue convencer o rei castelhano, a fornecer-lhe uma pequena frota com alguns dos prisioneiros feitos em Saltes, garantindo que Lisboa se renderia a ele. Mas as expectativas saíram furadas ao infante, que foi recebido a tiro com a sua pequena frota. Entretanto, uma frota vinda da Biscaia, consegue bloquear o porto de Lisboa a 7 de março

---

<sup>114</sup> CDF, p. 519.

<sup>115</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 85.

de 1382.<sup>116</sup> Sem oposição, desembarcam em pequenos grupos, pilham e vandalizam a região durante cinco meses. Valia a forte muralha que D. Fernando tinha construído, para manter Lisboa. Fase à passividade do fronteiro Gonçalo Mendes de Vasconcelos, que se limitava a resistir sem tomar qualquer iniciativa, D. Fernando substituiu-o por Pero Álvares Pereira e os seus irmãos. Rapidamente se destacaria o jovem Nuno Álvares, nas incursões e escaramuças com o inimigo. Entretanto, D. Fernando e o conde de Cambridge, encontravam-se no Alentejo com as suas hostes, e a tensão começava a aumentar devido a falta de combate.<sup>117</sup>

Talvez pressionado pelo conde de Cambridge, D. Fernando toma finalmente a iniciativa de sair ao encontro do inimigo. Como vimos anteriormente a zona mais conflituosa era entre Elvas e Badajoz. Enviadas as cartas de desafio de parte a parte, foi necessário encontrar um local para a batalha. É escolhido um terreno junto ao rio Caia, bem perto da fronteira com Castela<sup>118</sup>. D. Fernando, e o conde de Cambridge chegam ao campo onde deveriam combater, no início de julho. A força lusa-inglesa contaria com cerca de seis mil homens, três mil portugueses e três mil ingleses. Metade da força inglesa deveria ser composta por arqueiros. D. Fernando protagoniza um episódio curioso, nos momentos que antecedem a batalha. Começa a ordenar cavaleiros, tantos portugueses com ingleses. O problema é que ele próprio não era cavaleiro, por isso, foi previamente ordenado cavaleiro pelo conde e depois recomeçou. Ordena cerca de vinte e quatro cavaleiros, enquanto aguardam pelo rei castelhano e a sua hoste.<sup>119</sup>

Os castelhanos, contando com o apoio francês, perfaziam cinco mil homens de armas, mil e quinhentos ginetes, para além de besteiros e arqueiros. D. Juan I envia uma mensagem ao rei de França, informando da chegada do conde de Cambridge e da possível vinda do duque de Lencastre. Relembrando a aliança que mantinham, pede ao rei de França que envie homens de armas para o auxiliar.<sup>120</sup> É dada autorização aos capitães franceses que assim o desejassem, de partir para Castela. Froissart diz-nos de onde vêm e quem são os homens que decidem partir: «Si fut ordonné en France de donner grâce et congé à toutes manières de gens d'armes, chevaliers et écuyers qui avancer se vouloient; et leur faisoit le roi de France le premier prêt pour passer outre. Si me semble que messire Oliver Du Glayquin, frère du connétable de France messire Bertrand qui fut, se ordonna pour aller ce chemin sur le printemps. Ainsi firent plusieurs chevaliers

---

<sup>116</sup> CDF, p. 475.

<sup>117</sup> CDF, p.523.

<sup>118</sup> Monteiro, «As Campanhas que Fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 256. <sup>119</sup> CDF, p. 532.

<sup>120</sup> , Livro II, Cap. CXXXII.

et écuyers de Bretagne, de France, de Beauce, de Picardie, d'Anjou, de Berry, de Blois et du Maine»<sup>121</sup>. D. Juan I, contaria com cerca de dois mil franceses, entre cavaleiros, escudeiros e lanças. Ficava assim à vista a perspectiva de um confronto decisivo entre as duas potências, que traria um rumo final a esta guerra.

Apesar de os dois exércitos estarem preparados, a história tomou um rumo diferente. Os dois exércitos aguardavam há duas semanas que a batalha começasse. Tinham existido umas pequenas escaramuças entre os jovens guerreiros, desejosos de combater. Nos bastidores havia movimentações que influenciariam o final deste conflito. D. Fernando aguardava pela chegada do duque de Lencastre, que deveria vir com um segundo contingente inglês para auxiliar na batalha. O problema era que os ingleses estavam com dificuldades em vencer o confronto que mantinham na Flandres, o que impossibilitava João de Gande de se dirigir para a Península. Nessa circunstância, não havia outra opção para o rei português do que um acordo de paz com os castelhanos. É decidido excluir os ingleses das negociações, sendo diretamente tratado entre Portugal e Castela.<sup>122</sup> Segundo Fernão Lopes, nenhum autor nos consegue dizer quem primeiro quis tratar da paz. Uns dizem que foi D. Fernando por estar num estado de saúde débil, e por ter os ingleses no seu reino a causar distúrbios e prejuízos. Outros dizem que o rei de Castela vendo o poderio dos portugueses e ingleses, recordou a derrota de seu pai na batalha de Najera e por isso foi o primeiro a pedir a paz. Existia ainda a hipótese de muitos dos combatentes quererem a paz, e pressionarem os dois monarcas a chegar a um acordo.<sup>123</sup> Enviaram embaixadores secretamente para pôr fim ao conflito. O rei de Castela enviou Pero Sarmiento e outra vez Pero Fernandes de Velasco, para tratar a paz. D. Fernando enviou D. Álvaro Peres de Castro e Gonçalo Vasques de Azevedo. E iam sempre de noite encobertos ao arraial do rei de Castela, que estava entre Elvas e Badajoz. Foi decidido que os ingleses não podiam saber de nada. D. Beatriz foi prometida primeiro a D. Henrique, filho primogénito de D. Juan, e depois a D. Fernando seu segundo filho. O casamento com o filho do conde de Cambridge seria assim anulado. D. Juan entregava Almeida e Miranda, e todas as galés tomadas em Saltes, com todo o equipamento. Libertava D. João Afonso Telo, e todos os outros presos da frota portuguesa. Teria de ceder uma frota para enviar o conde de Cambridge e os seus homens de regresso a Inglaterra, sem custos adicionais para D. Fernando. Para garantir o cumprimento do acordo, deveriam enviar reféns de

---

<sup>121</sup> CF, Livro II, Cap. CXXXII. <sup>122</sup> CDF, p. 533.

<sup>123</sup> CDF, p. 533.

parte a parte. No dia 10 de agosto são apregoadas as pazes, e termina a guerra sem ter havido um confronto direto entre as duas hostes.<sup>124</sup>

Este acordo entre portugueses e castelhanos deixou extremamente insatisfeitos os mercenários ingleses que já perspetivavam um grande lucro com os espólios da batalha: «Os ingleses, quando as ouvirom apregoar, ouverom tam gram menecoria que mayor nom podia ser, e deitavom os bacinetes em terra e davom-lhe coma as fachas, dizendo que el-rei os traera e enganara, fazendo-os vir de sua terra pera pelejar com seus immiigos, e agora fazia paz com eles contra sua vontade; e dezia o conde de Cambrig sanhudamente, quando as vio apregoar, que sse el-rei trautara paz om os castellaãos, que elle nom a fezera»<sup>125</sup>. A fúria dos mercenários preocupava os portugueses, que regressavam rapidamente às suas quintas com medo de represálias e pilhagens por parte destes homens. D. Fernando garantia que os enviaria para a sua terra honradamente e da mesma forma como chegaram. Estava preocupado com a quebra de amizade com a Inglaterra, devido ao anulamento do casamento da sua filha com o filho do conde, Eduardo. Mandou o escudeiro Rui Cravo com uma carta de crença a Londres. O rei de Inglaterra recebeu as cartas e sorriu com escárnio e o conde de Cambridge nem queria falar com o escudeiro. Podemos dizer, que D. Fernando não foi um aliado que deixou boas recordações aos ingleses<sup>126</sup>.

Apesar deste desfecho, podemos retirar alguns aspetos do ponto de vista da organização militar que surgiram com este conflito. Enquanto preparavam a batalha, que não aconteceu, são introduzidas algumas inovações no exército português. Possivelmente influenciado pelos ingleses, surgem pela primeira vez as distinções de condestável e marechal. O conde de Arraiolos, Álvaro Peres de Castro, é nomeado condestável e Gonçalo Vasques de Azevedo, marechal. O condestável era o dirigente máximo da guerra, enquanto que o marechal era o que fiscalizaria a disciplina e ajudaria nas operações militares. Num nível hierárquico mais baixo, surgem os adais (chefe dos cavaleiros vilãos), os coudéis (fiscais da organização dos acontiadados ou homens que recebiam um subsídio anual), os anadéis (capitães dos besteiros dos concelhos), alferes-mor (porta-estandarte da hoste real) e o fronteiro-mor. Apesar destas alterações poderem ter sido feitas sobre pressão inglesa, como refere Marcello Caetano, estas matérias já se encontravam nas Partidas de Afonso X, que eram conhecidas à época em Portugal.<sup>127</sup>

---

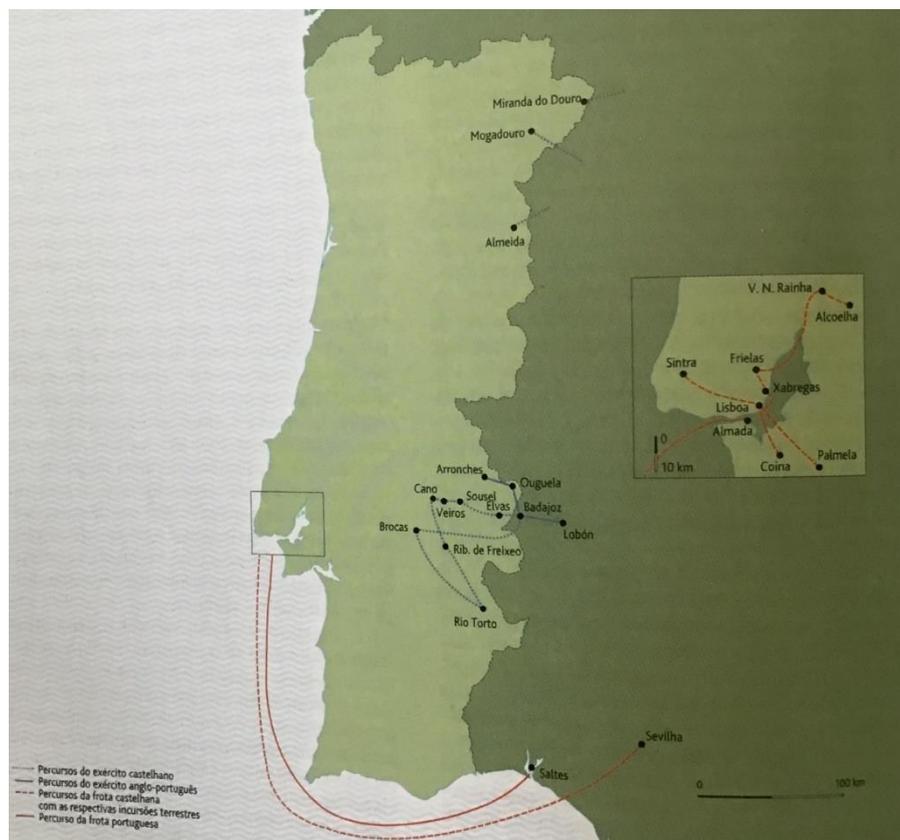
<sup>124</sup> CDF, p. 537.

<sup>125</sup> CDF, p. 541.

<sup>126</sup> CDF, p. 561.

<sup>127</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369-1382*, p. 86.

Caía por terra o objetivo de D. Fernando subir ao trono de Castela. Em 1383, no seu último ano de vida, tenta manter a aliança com a Inglaterra. Muito debilitado, começa a perder o controlo do governo. D. Leonor Teles e o conde Andeiro tomam as rédeas do poder. A mulher do rei castelhano morre. D. Beatriz é novamente usada nas negociações sendo proposto o casamento a D. Juan I, em detrimento do seu filho Fernando. Este aceita a proposta e começam a renegociar-se a cláusulas do tratado de paz. A 2 de abril de 1383, é assinado o Tratado de Salvaterra de Magos, que se revelaria um enorme perigo para a independência portuguesa. É acordado que, morrendo D. Fernando sem deixar um filho varão, a Coroa portuguesa ficaria para um futuro descendente do casamento negociado. Até aos 14 anos de idade desse futuro herdeiro, o reino teria como regente D. Leonor Teles. Este acordo não parece ter sido muito do agrado de D. Fernando, e notava-se já uma tentativa de imposição por parte de Leonor Teles. O casamento é celebrado a 30 de abril de 1383, em Elvas, sem a presença de D. Fernando. A 22 de outubro, morria o rei de Portugal, sem que a sua ambição tivesse sido replicada nas suas ações. Deixa o país arruinado financeiramente, não conseguira vencer as guerras que empreendeu e deixava o trono inseguro.<sup>128</sup>



Mapa 4 - Movimentações das hostes na 3ª Guerra Fernandina (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol. 1, p. 260)

<sup>128</sup> CDF, p. 592.

Devido as consequências das cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos, rapidamente surgem movimentos anti castelhanos. Temendo a perda da independência, a revolta ganha força. O corpo de mercenários ingleses, como refere Armando Martins, foram «os maiores inimigos (...), pois a eles se deveu grande parte das destruições e dos gastos então ocorridos»<sup>129</sup>.

## 9 As Guerras da Independência

Como vimos os mercenários consolidam a sua presença em Portugal com as Guerras Fernandinas, não deixando a melhor imagem entre os seus empregadores. Porém, rapidamente se instala um período de crise em Portugal, e os mercenários serão novamente chamados a intervir.

### 9.1 A Revolução de 1383/1385

Após a morte de D. Fernando, e como acordado no tratado de Salvaterra de Magos, a rainha D. Leonor Teles assume a regência do reino. Como se sabe, a rainha tinha no conde Andeiro o seu maior apoiante. Mas o rei de Castela tinha outras pretensões. A elite portuguesa começa então a dividir-se, e surgem diversos partidos que rapidamente irão tratar de lutar pelos seus objetivos.

O primeiro partido que podemos identificar é aquele que assume o governo do reino a partir da morte de D. Fernando. Leonor Teles e o conde Andeiro inicialmente e depois absorvido por D. Juan I e D. Beatriz. Desta facção, fazem parte as famílias da alta nobreza cortesã, fortemente concentrada em famílias galegas e castelhanas. A partir do reinado de Afonso IV, começa a notar-se a forte influência das famílias do reino vizinho em Portugal. Exemplo disso são os Castro, que com a paixão desmesurada de D. Pedro I por D. Inês, assumem um papel de relevo na corte portuguesa. Mas é com a guerra civil em Castela, que muitas famílias vão tomar de assalto os principais títulos nobiliárquicos portugueses. Para além dos Castro, assumem grande importância os Teles, os Meneses e os Albuquerque. Para termos noção da influência destas famílias, os

---

<sup>129</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 99.

Teles de Meneses conseguem acumular os títulos de condes de Barcelos, de Neiva e de Viana<sup>130</sup>. D. Leonor Teles conseguirá ainda justar a esta famílias, as famílias portuguesas tradicionais. Com o recurso ao matrimônio, junta os Ataíde, os Portocarreiros, os FONSECAS, os Pimenteís, os de Meira e os Sousa. Os Azevedos, Melos e Silvas, não se cruzam diretamente com as famílias galegas e castelhanas, mas aceitam muitas vezes contrariados, a sua influência.<sup>131</sup> Este partido, defende o triunfo da causa de D. Beatriz. O seu principal mentor ideológico é o famoso conde Andeiro. Para contrariar as aspirações dos partidários de D. Beatriz, surge um movimento em torno do Mestre de Avis.<sup>132</sup> O filho bastardo do “Justiceiro”, era visto pelos filhos segundos do reino, como um meio para atingir uma acensão social. Muitos dos seus partidários, eram bastardos ou secundogénitos, que tinha feito carreira nas principais Ordens Militares do reino. Nuno Álvares Pereira, é um bom exemplo disso, filho secundogénito e ligado a Ordem do Hospital. Sem terem nada a perder, este grupo tem nesta crise a oportunidade de pela guerra, conseguirem uma mudança em seu proveito.<sup>133</sup> O terceiro partido é composto por um grande número de famílias da nobreza tradicional portuguesa, que não se sente representada em nenhuma das outras fações. Desempenham papel de relevo neste partido, os Pachecos e os Cunhas, mas contam com o apoio dos Coutinhos e dos Coelhos. Inicialmente, defendem a causa do infante D. João de Castro, que defendem nas cortes de Coimbra de 1385. Não conseguindo eleger o seu candidato, este grupo teria um papel dúbio em função do desenrolar dos acontecimentos. São importantes na batalha de Trancoso, como veremos mais à frente, mas não participam na batalha de Aljubarrota. Muitos acabam por partir para Castela, e pegam em armas contra Portugal.<sup>134</sup>

Sentia-se um clima de insatisfação em torno das ações do monarca castelhano, e com a vassalagem a ele prestada por parte de D. Leonor e do conde Andeiro. A 6 de dezembro de 1383, um grupo de homens, preocupados com a possível perda de independência de Portugal, decidem assassinar o conde Andeiro nos paços da rainha. O conde é assassinado por D. João, Mestre de Avis e os seus partidários. Inicialmente, previa-se que o Mestre não fosse tido como o reivindicador, mas sim o seu meio-irmão, o infante D. João. O próprio Mestre era um apoiante do irmão, intervindo como seu representante. Porém rapidamente se nota um grande entusiasmo em volta do Mestre de Avis, que é visto como um potencial rei. Erguer-se um levantamento popular, que

---

<sup>130</sup> Monteiro, Aljubarrota 1385. A batalha Real, p. 13.

<sup>131</sup> Monteiro, Aljubarrota 1385. A batalha Real, p. 14.

<sup>132</sup> Monteiro, Aljubarrota 1385. A batalha Real, p. 14.

<sup>133</sup> Monteiro, Aljubarrota 1385. A batalha Real, p. 15.

<sup>134</sup> Monteiro, Aljubarrota 1385. A batalha Real, p. 16.

não aceitavam a quebra das cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos, por parte do rei de Castela. Para além, de já contar com vários anos de guerra e ter sofrido com a peste. Com a morte do conde Andeiro, instala-se um autêntico rebuliço em Lisboa. O bispo de Lisboa, D. Martinho, um castelhano que pertencia ao partido de D. Beatriz, é atirado pelos populares da torre da Sé. Tentam ainda uma invasão à judiaria, que é contida pelo Mestre. D. Juan I, sabendo da morte do Andeiro e da crescente revolta, prepara o auxílio a pedido de D. Leonor. A rainha é obrigada a renunciar ao governo em favor do rei de Castela. Quebra-se, assim, uma das cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos.<sup>135</sup>

Desta forma cria-se, um clima de divisão em Portugal. Possivelmente influenciado por alguns fidalgos portugueses, D. Juan I decide que terá que intervir após a morte de D. Fernando. Manda desde logo, prender o infante D. João de Castro, que se encontrava em Castela. Mais por prevenção do que por algum ataque direto deste último. Envia algumas companhias de homens para a fronteira com Portugal. Estando o rei a discutir a sua entrada em Portugal, estava na corte o bispo da Guarda, que era chanceler da rainha D. Beatriz. Ele entregaria a Guarda a D. Juan I, e o faria acolher em ala na cidade. D. Juan hesita em entrar pela Guarda, sempre preocupado com as cláusulas dos tratos que tinha firmado com Portugal, mas acaba por ceder e faz-se ao caminho. O rei de Castela chega à Guarda com pouco mais de vinte e cinco cavaleiros. O bispo sai a recebê-lo, mas o alcaide manteve-se no seu castelo. Começaram a chegar companhias vindas de Castela vindo cerca de quinhentos homens de armas. Dirigem-se a ele os ricos homens e cavaleiro da comarca da Beira. O rei pede-lhe para prestar as suas honras a D. Beatriz, eles aceitam desde que os tratos sejam respeitados. Mas vendo que o rei não lhes faria muitas mercês, começam a ficar desagradados e tão depressa vieram servi-lo como se foram. Não contando com o apoio destes fidalgos, D. Juan I envia um cavaleiro de Santiago a Lisboa, Afonso Lopes de Tejada.<sup>136</sup> Este leva cartas a D. Leonor e aos senhores e cavaleiros de Portugal. Relembavam que com a morte de D. Fernando, D. Beatriz seria a herdeira do reino. O objetivo era o de exaltar D. Beatriz como rainha, não sendo bem a vontade de todos. Aos setenta dias da morte de D. Fernando, D. Beatriz foi aclamada nas ruas de Lisboa como rainha de Portugal, a 1 de janeiro de 1384. Muitos cavaleiros recusaram-se aclamá-la. Preferiam o infante D. João, que tinha sido preso por D. Juan,

---

<sup>135</sup> Martins, *Guerras fernandinas 1369 -1382*, p. 92.

<sup>136</sup> CDF, p. 611

para evitar que este tomasse o reino. Não sendo possível o levantamento em torno do filho de Inês de Castro, é o partido do Mestre que irá prevalecer.<sup>137</sup>

Começava assim mais um período de guerra entre estes dois reinos ibéricos, pouco tempo depois da morte de D. Fernando. Inaugura-se mais um cenário de intervenção para os mercenários, em Portugal. O Mestre de Avis vai reavivar a ligação com os ingleses, que tinha sido aberta no tempo das Guerras Fernandinas.

## 9.2 Os primeiros contactos com os ingleses

Sabendo da vinda do rei de Castela para Portugal em força, os apoiantes do Mestre de Avis aconselham-no a procurar refúgio em Inglaterra. Não se augurava um futuro fácil para as pretensões do Mestre, e seria muito difícil conseguir uma vitória contra os poderosos castelhanos.<sup>138</sup> Porém sabendo do apoio naval que Castela prestava aos franceses, e dos interesses que o duque de Lencastre tinha na Península decidem negociar a vinda de homens de armas: «..., hordenou os Meestre com os de seu Comselho, que era bem daver gemtes em sua ajuda. E acordaram de emviar pedir a elRei de Imgraterra, que lhe prouguese dar logar e leçemça aos de seu rregno, que por soldo aa sua vontade o vehessem ajudar comtra seus emmiigos»<sup>139</sup>.

Foram numa primeira fase enviados a Inglaterra Lourenço Martins, escudeiro do Mestre que depois foi alcaide de Leiria e Thomas Daniel, um mercador de Bristol com interesses em Portugal<sup>140</sup>. Não tiveram sucesso na sua demanda. Talvez ainda afetados pela recente má experiência pela qual o conde Cambridge passou. Os embaixadores enviados não seriam os mais adequados. É em Lourenço Anes de Fogaça, antigo chanceler de D. Fernando e partidário até então de D. Beatriz que o Mestre encontrará o seu embaixador. Fogaça, passa para o partido do Mestre, depois do rei castelhano mandar destruir os selos de D. Fernando, e encomenda uns novos em que junta as armas de Portugal as de Castela. Vendo a possível perda da independência vem servir o Mestre. Devido à sua experiência como chanceler ele era o homem ideal para tratar das negociações com os ingleses. Acompanha-o a Inglaterra, D. Fernando Afonso de Albuquerque, mestre da Ordem de Santiago. Em abril e maio de 1384, os dois embaixadores conseguem obter licença de Ricardo II, prometendo ajuda naval a Inglaterra e às pretensões do duque de Lencastre

---

<sup>137</sup> Monteiro, Aljubarrota 1385. A batalha Real, p. 14.

<sup>138</sup> CDJ, I vol, p. 41

<sup>139</sup> CDJ, I vol., p. 95.

<sup>140</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 262.

ao trono de Castela.<sup>141</sup> O rei de Inglaterra autoriza a contratação de mercenários dispostos a ir para Portugal: «ElRei avudo sobrello acordo, progue a ell, e a todollos do Comselho, que quaaes quer gentes darmas que por seu soldo em ajuda a Portugal lhes prouguesse venir, que livremente o podessem fazer, juramdo elRei e prometemdo, que nom faria menos pera poer em obra toda boa ajuda que neste feito dar podesse, do que faria por deffemder seu reino»<sup>142</sup>. Para que a contratação pudesse ser feita, Fogaça e o mestre de Santiago tiveram de contrair empréstimos que tinham com caução todos os navios e mercadorias porutgueses que se encontravam nos portos ingleses.<sup>143</sup> Muitos contribuíam e «emprestarom dinheiros pera a paga dos soldo das gentes que logo aviam de enviar»<sup>144</sup>.

Foi necessário aos dois embaixadores permanecerem algum tempo em terras inglesas, mas estas negociações foram decisivas para a renovação da aliança com Inglaterra. Partem de Plymouth, com poucos mercenários aguardando que o recrutamento se faça e seja enviado um maior contingente: «...trabalhou emtamto o Meestre e LourençEanes Fogaça, de enviar alguuas gentes darmas e archeiros, por a necessidade em que o rregno estava, porem forom poucos; das quaaes eram capitaães huu que chamavom Elisabri, e outro Tersignom, e huu cavaleiro gascom que avia nome mossem Gavilho de Momferro. E elles prestes pera partir em duas naaos, mamdou ho Mestre Lourenço Martiiz ao dito logar de Preamua pera os fazer viinr e embarcarem alli; e ell como hi chegou meteosse com elles nos navios e veosse a Portugal como adeamte diremos; da qual cousa o Meestre e LourençEanes Fogaça ouverom mui grande queixume por sse viinr daquela guisa»<sup>145</sup>. Estes capitães seriam segundo Russel, dois escudeiros ingleses, Elie de Blythe, Peter Cressinghan e o cavaleiro gascão Guilhem de Montferrand<sup>146</sup>. Ricardo II envia uma carta de agradecimento ao Mestre de Avis, pelo oferecimento das galés para o combate aos franceses. E promete quebrar as pazes com o usurpador de Castela. Entretanto o duque de Lencastre mantinha-se em Calais, esperando que o conflito com os franceses acalmasse para se dedicar aos interesses que mantinha em Castela.<sup>147</sup>

---

<sup>141</sup> CDJ, I vol, p. 98.

<sup>142</sup> CDJ, I vol., p. 96.

<sup>143</sup> CDJ, I vol., p. 96.

<sup>144</sup> CDJ, I vol., p. 96.

<sup>145</sup> CDJ, I vol., p. 95.

<sup>146</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 406.

<sup>147</sup> CDJ, I vol., p. 96.

### 9.3 A Batalha dos Atoleiros

Com a confiança que o apoio prometido pelos ingleses deu ao Mestre de Avis, começa-se a delinear as primeiras movimentações. Nomeia Nuno Álvares Pereira como fronteiro para a comarca de Entre Tejo e Guadiana. Consegue recolher um pequeno exército pelo Alentejo, para fazer face aos primeiros embates com os castelhanos. É com estas condições que a 6 de abril de 1384, surge o seu primeiro desafio. A batalha dos Atoleiros, é o primeiro grande teste para Nuno Álvares Pereira.<sup>148</sup> Nesta batalha enfrenta Afonso de Gusmão, o conde Niebla, Fernán Sanchez de Tovar e o Mestre de Alcântara, que deveriam correr o Alentejo e juntar-se ao seu rei em Lisboa. À época, Nuno Álvares era ainda um jovem que tinha tido as suas primeiras experiências aquando das guerras fernandinas. Esta participação e os primeiros contactos com a guerra foram importantes para o crescimento de Nuno Álvares.<sup>149</sup> Não existe registo de que algum mercenário, tenha feito parte da hoste que recrutou para esta batalha. Porém, a convivência que tivera com ingleses irá tornar-se crucial para o seu desfecho. Fazia-se acompanhar de quarenta escudeiros do seu núcleo duro, e recrutou cerca de trezentos homens a cavalo, cem besteiros e mil homens de pé. Um pequeno exército para enfrentar a poderosa força castelhana.

Os castelhanos preparavam-se para cercar Fronteira, quando a hoste de Nuno Álvares os desafiou para a batalha. Neste momento, Rui Gonçalves, escudeiro que vivera com Nuno Álvares em casa do prior do Hospital, trás uma mensagem dos castelhanos. Pediam a Nuno Álvares, que repensasse melhor a sua posição e que se juntasse a causa de D. Juan e D. Beatriz. Este pedido foi recusado, e os castelhanos foram desafiados para o combate.<sup>150</sup> Nuno Álvares, instala o seu exército numa posição defensiva, numa herdade a que chamam os Atoleiros. Seguindo Gouveia Monteiro, seria «um terreno de inclinação suave, que tinha na sua parte inferior uma linha de água».<sup>151</sup> Esta linha de água era ainda complementada por dois pequenos afluentes a nascente e poente. Como podemos verificar, era uma forte posição defensiva que permitiria aguardar o ímpeto da cavalaria castelhana.<sup>152</sup>

O que poderemos reter desta batalha para o nosso tema, foi o método escolhido por Nuno Álvares para vencer os castelhanos. Tal como os métodos usados pelos ingleses, escolhe um

---

<sup>148</sup> CDJ, I vol., p. 179.

<sup>149</sup> CC, p. 89

<sup>150</sup> CC, p. 103.

<sup>151</sup> Monteiro, *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo. Os Três Rostos do Condestável*, p. 95.

<sup>152</sup> Monteiro, *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo. Os Três Rostos do Condestável*, p. 95

terreno favorável. O terreno era plano e estava cortado a meio por uma ribeira, sendo ligeiramente inclinado. Organiza as suas tropas, mandando os homens de armas desmontar e posiciona-os em vanguarda, duas alas e retaguarda.<sup>153</sup> Ao intermediar os homens de armas, com os peões, tentava evitar as fugas e obrigariam esses homens a lutar. Coloca os besteiros espalhados pelas duas alas, e na retaguarda. Nuno Álvares, após exultar os soldados, «desmontou ele também, fez as suas orações e colocou-se na vanguarda, empunhando uma comprida lança, com um bacinete sem viseira».<sup>154</sup> Os castelhanos ponderam atacar também com os seus homens apeados: «Os Castellaños tragiam voomtade de pelejar pee terra, e NunAllvarez assi o emtemdia; e quando virom os Portugueeses postos daquela guisa, pera morrer ou veemçer, mudarom seu propósito e hordenarom de viinr aa batalha de cavallo»<sup>155</sup>. Convencidos de uma vitória fácil, devido a sua superioridade numérica e melhor armamento, os castelhanos carregam com a sua cavalaria. Como refere João Gouveia Monteiro, «a utilização das montadas conferia: rapidez de execução, mobilidade, conforto na subida da encosta (ainda que suave), segurança (...), vantagem natural no momento do choque (...), etc»<sup>156</sup>. É nesse momento que os besteiros começam a atirar sobre o inimigo, provocando uma grande confusão no inimigo. Os portugueses aguentam bem a posição, fixando a suas lanças no chão e esperam pelo embate na cavalaria inimiga. Os castelhanos tentavam reorganizar, mas não conseguiam devido ao seu grande número e as dificuldades que o terreno lhes proporcionava. Terá sido um confronto rápido, com poucas mortes, entre eles o Mestre de Alcântara: «é por mala ordenanza que ovieron fueron desbaratados, é murió y el Maestre de Alcântara»<sup>157</sup>. Os portugueses vencem e fazem uma pequena perseguição, interrompida pelo cair da noite.<sup>158</sup>

Este é um momento importante para as pretensões do Mestre de Avis e dos seus apoiantes. Com esta vitória, conseguem provar que era possível derrotar os castelhanos. Cresce assim, a confiança de que os seus objetivos possam ser alcançados. Note-se que esta batalha foi também importante do ponto de vista tático, com a introdução das inovações inspiradas pelos ingleses.<sup>159</sup> Provavelmente devido ao contacto que tivera com os ingleses nas guerras fernandinas,

---

<sup>153</sup> Duarte, *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa, 1383/1389*, p. 63.

<sup>154</sup> Duarte, *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa, 1383/1389*, p. 63.

<sup>155</sup> CDJ, I vol., p. 181.

<sup>156</sup> Monteiro, João Gouveia, «A batalha de atoleiros ensaio geral para Aljubarrota?», in *Revista portuguesa de pedagogia*, Extra-Série, 2011, p. 328.

<sup>157</sup> CDRC, p. 191.

<sup>158</sup> CDRC, p. 191.

<sup>159</sup> Duarte, *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa, 1383/1389*, p. 65.

Nuno Álvares reteve os seus conhecimentos militares: «NunAllvarez foi ho primeiro, que da memoria dos homees ataa este tempo pos batalha pee terra em Portugal e a veemção»<sup>160</sup>. É necessário ter algumas cautelas na interpretação desta frase de Fernão Lopes, pois, o cronista não era perito na área militar. O que podemos retirar da frase, é a implementação do modelo inglês por parte de Nuno Álvares, e a importância que teve na sua primeira vitória militar.

#### 9.4 Mercenários no cerco de 1384 a Lisboa

Como vimos anteriormente, o rei de Castela pretendia forçar o Mestre de Avis a combater. Vendo que o Mestre não tinha intenção de batalhar, manda cercar a cidade de Lisboa. Convencido que se apoderasse de Lisboa conseguiria a vassalagem de todo o reino. Vendo que os castelhanos se preparavam para cercar Lisboa, o Mestre envia Gonçalo Rodrigues de Sousa, com algumas galés para o Porto, com objetivo de organizar uma armada para fazer fase a um possível bloqueio marítimo. Esperava-se ainda que o apoio dos ingleses chegasse para poder expulsar os castelhanos.<sup>161</sup> Chegam algumas notícias animadoras, quando tentam tomar Alenquer: «E dhi a sete dias chegou huua barcha aa dita çidade e deu novas que os Imgresses eram prestes pera partir poderosamente, e viinir em ajuda do Mestre e do rregno»<sup>162</sup>. Permanecia D. Juan no Bombarral, esperando que a sua frota bloqueasse Lisboa por mar. A 26 de maio de 1384, chega a frota castelhana e cerca a cidade por mar. A 29 de maio, D. Juan monta o seu arraial e cerca a cidade por terra.<sup>163</sup>

Previam-se muitas dificuldades para os sitiados. Os castelhanos tinha montado um grande arraial à volta de Lisboa. Existiam ruas com todo o tipo de mercadorias e eram constantemente abastecidos pelas cidades que mantinham voz por D. Beatriz.<sup>164</sup> Dada a magnitude do empreendimento castelhano, o Mestre de Avis teve de tomar medidas para resistir. Reforçou as torres com caramanchões de madeira e armas<sup>165</sup>. Os fidalgos e os habitantes da cidade repetiam entre si os turnos para vigiarem os muros, onde tinha um sino para servir de alarme em caso de ataque. Entretanto Gonçalo Rodrigues de Sousa, continuavam o seu caminho até ao Porto para

---

<sup>160</sup> CDJ, I vol., p. 183

<sup>161</sup> CDJ, I vol., p. 210

<sup>162</sup> CDJ, I vol., p. 210.

<sup>163</sup> CDJ, I vol., p 219.

<sup>164</sup> CDJ, I vol., p. 220.

<sup>165</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 265.

preparar a armada, que seria crucial para a resistência da cidade. Rui Pereira, começa a recrutar gentes para a armada e conseguem convencer o conde D. Gonçalo, irmão de Leonor Teles a assumir o comando da frota.<sup>166</sup> Partem então, a 17 de julho para Lisboa com cinco grandes naus, dezassete galés e doze naus pequenas. Na manhã do dia 18, chegam a Lisboa conseguindo penetrar na poderosa armada castelhana e alcançam a cidade. Um reforço decisivo para resistência dos habitantes, que puderam ser reabastecidos de mantimentos.<sup>167</sup>

As escaramuças entre os cercados e os castelhanos eram constantes. O que nos importa perceber, tendo em conta o objetivo dessa dissertação, é se existiu alguma intervenção por parte de mercenários nestes conflitos. Como foi dito anteriormente, o Mestre aguarda o forte apoio que os ingleses lhe tinham prometido. Mas que haja registo, não é conhecida nenhuma chegada de mercenários a Portugal durante o período que Lisboa se manteve cercada. Porém sabe-se que do lado castelhano, D. Juan sempre se vez rodear de homens de armas vindos de França. Existe um episódio de um desses homens que nos é relatado por Fernão Lopes. Numa tentativa de resistir ao inimigo, o Mestre envia uma pequena barca a outra margem do rio com «huu trom que tirava muito, e pólvora, e beestas, e outras deffemssavees armas». O ataque não teve o maior sucesso, e a barca foi apreendida com as armas e presos os homens que nela iam. Entre estes homens encontrava-se Afonso Galo, o regedor da vila de Lisboa, que tinha sido preso por «cavalleiro gascom, chamado per nome mosse Ymam, muito homem de prol e boom homem darmas»<sup>168</sup>. Este cavaleiro gascão vem até aos muros da cidade com Afonso Galo, amarrado por uma corda para tentar persuadir os habitantes a ceder a cidade ao rei de Castela. Argumenta dizendo, que D. Juan era o legitimo senhor da cidade e herdeiro do reino, e que se a ele jurassem lealdade que lhe faria muitas mercês. Os da vila não cederam às propostas de Yman, e disseram que partisse com o seu prisioneiro. Mas o cavaleiro gascão insistia, e os protetores dos muros foram buscar um pequeno trom, e atiraram em cima deles morrendo o cavaleiro gascão e permanecendo vivo Afonso Galo.<sup>169</sup> A perda deste homem pesou muito ao rei castelhano: «cuja morte elRei ouve gram queixume, juramdo que todos aviam de morrer aa espada»<sup>170</sup>. Este é o único episódio de uma intervenção direta por parte de um guerreiro estrangeiro no cerco de Lisboa, de que há registo, possivelmente um mercenário ao serviço de Castela.

---

<sup>166</sup> CDJ, I vol., p. 241. <sup>167</sup> CDJ, I vol. p. 260 <sup>168</sup> CDJ, I vol., p. 270. <sup>169</sup> CDJ, I vol., p.270 <sup>170</sup> CDJ, I vol., p. 270.

O cerco prolongou-se, o Mestre e Nuno Álvares tentam ainda uma operação conjunta para tentar libertar a cidade. Uma solução que acaba por ser adiada, e bafejados pela sorte a Lisboa ser descercada. No mês de agosto, o arraial castelhano é arrasado por um surto de peste. Morrem muitos dos homens de D. Juan, entre eles alguns notáveis, como o Mestre de Santiago. Lisboa consegue assim resistir ao assédio castelhano, graças ao fortuito surto de peste, mas também à reforma que tinha sido empreendida por D. Fernando no reforço das muralhas da cidade.<sup>171</sup>

Mais uma vitória para o Mestre de Avis, depois de vencer a batalha dos Atoleiros, consegue resistir ao cerco castelhano e reforçar a sua candidatura como herdeiro da coroa. As forças fiéis ao Mestre de Avis conquistam depois do cerco, algumas vilas como Almada, Alenquer, Torres Vedras e Portel. Entramos assim no ano 1385, que seria decisivo para as pretensões do Mestre de Avis. A 6 de abril, juntam-se em Coimbra as cortes que elegeriam o Mestre de Avis como rei de Portugal. Nuno Álvares é escolhido como condestável, e marcha para o Minho onde saqueou o Castelo de Neiva, tomou Viana, ocupou as praças de Vila Nova de Cerveira, Monção e Caminha. Partiu depois para Braga, que tomou com dificuldade e Ponte de Lima. Entretanto, D. João I, tinha conseguido subjugar Aires Gomes da Silva, alcaide de Guimarães, que mantinha voz por D. Beatriz.<sup>172</sup>

Como se pode observar, o impacto dos mercenários nestas guerras ainda é pouco visível. Contudo, o desfecho dos próximos confrontos fará com que os ingleses e principalmente o duque de Lencastre, estejam mais atentos à guerra luso-castelhana. Os homens que Anes Fogaça e o Mestre de Santiago tinham conseguido recrutar iriam começar a chegar.

## 9.5 Os primeiros reforços ingleses

Ao mesmo tempo que D. João I era eleito rei nas cortes de Coimbra começam a chegar notícias da chegada de algumas naus de mercenários vindos de Inglaterra. Teriam chegado a Lisboa, no domingo de Páscoa, dois barcos com duzentos homens de armas e duzentos arqueiros. Em simultâneo, chegava a Setúbal um terceiro barco, com quarenta e cinco homens de armas e quarenta e cinco arqueiros e ainda um último no Porto com cento e cinquenta homens de armas

---

<sup>171</sup> CDJ, I vol., p. 314.

<sup>172</sup> CDJ, II vol., p.23

e arqueiros<sup>173</sup>. Tudo indica que os embaixadores portugueses teriam conseguido os seus objetivos. Mas parece, segundo nos diz Froissart, que estes homens não vinham diretamente de Inglaterra. Seriam alguns veteranos da Guerra dos Cem Anos, ingleses e gascões, que ouvindo falar da guerra entre Portugal e Castela decidiram fazer-se ao caminho: «entrèrent au hâvre de Lussebonne trois grosses nefes charges de gens d'armes anglois et archers; et pouvoient être en somme environ cinq cens, que uns que autres; et vous dis que les trois parts étoient compagnons aventureux hors de tous gages, de Calais, de Chierbouch, de Brest en Bretagne et de Mortaigne en Poitou, lesquels avoient oui parler de la guerre du roi de Castille et du roi de Portingal»<sup>174</sup>. O senescal de Bordéus havia-os aconselhado a partir para Portugal, por não encontrar para eles nenhuma ocupação. Como já foi dito anteriormente, um grupo de homens como este que estivesse desocupado, era uma preocupação para os oficiais reais, que procuravam afastá-los garantindo assim a tranquilidade nas suas terras.

Segundo Froissart, neste grupo não vinham grandes capitães e cavaleiros dignos de reconhecimento. Identifica apenas três escudeiros: «L'un appeloit-on Nortberry, l'autre Marteberry et le tiers Huguelin de Hartecelle»<sup>175</sup>. Nenhum deles teria mais de cinquenta anos, mas seriam bons homens de armas e teriam já bastante experiência nos feitos de guerra. A vinda destes homens foi muito bem recebida pelos portugueses, que necessitavam muito deste apoio.<sup>176</sup> Estes homens teriam sido recebidos por D. João I, e Froissart exprime bem a alegria do rei: «Par ma foi! dit ler oi, ils soient, et vous tous les biens-venus. Votre venue me fait grand biene et grand joie, et sachez que je vous embesognerai temprement. Nous avons été ici un moult long-temps enclos, et tant que nous en sommes tous ennuyés, mais nous prendrons la largesse des champs aussi bien que nos ennemis ont fait»<sup>177</sup>. Os mercenários rejubilam, dizendo que anseiam pelo encontro com o inimigo. O rei convida duzentos deles a jantar no seu palácio, e paga-lhes três meses de soldo adiantadas. Hospeda-os em Lisboa e envia cartas por todo o reino a pedir que todas as gentes que tivessem armas se juntassem em Lisboa. Alguns destes mercenários, teriam já participado na campanha minhota.<sup>178</sup>

---

<sup>173</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 268. <sup>174</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>175</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>176</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>177</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>178</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

Como podemos observar, parece que estes homens não foram diretamente recrutados pelos dois emissários portugueses. Vinham de uma região geográfica diferente, e não de Plymouth onde seriam concentradas as forças mercenárias que embarcariam para Portugal. Parece terem sido bafejados pela sorte, deste grupo de homem de armas se encontrar desocupado e terem sempre a ânsia de encontrar um conflito onde pudessem tirar algum lucro. Alguns entram logo em ação no Minho, mas o seu principal contributo será posteriormente na batalha de Aljubarrota. Segundo Russel, existem apenas alguns indícios, nos registos de chancelaria ingleses, da vinda destes homens para Portugal<sup>179</sup>. Porém Froissart atribui-lhes uma grande importância para o desfecho da batalha de Aljubarrota. Confirma apenas a presença de Guilherme de Montferrand.<sup>180</sup>

## 9.6 Os preparativos da Batalha de Aljubarrota e o papel dos mercenários

Após o infortúnio no cerco de Lisboa, e as campanhas levadas a cabo no Minho por D. João I e o condestável, o monarca castelhano tenta reagir. Procurou lançar um ataque em várias frentes. Em abril de 1385, envia a sua frota para Lisboa para bloquear novamente a cidade. Em junho, entra pelo Alentejo onde cerca Elvas. Entretanto em maio, já alguns dos principais capitães castelhanos tinham sido derrotados pelos fidalgos da Beira, na batalha de Trancoso. Uma desastrosa derrota, onde perdem cerca de dois mil homens de armas.<sup>181</sup> Como se pode notar, as investidas castelhanas em Portugal não sortiam efeito. Em meados do mês de julho, D. Juan I decide então entrar em Portugal determinado a pôr um fim ao conflito. Reúne o seu exército em Cidade Rodrigo, e invade Portugal por Almeida, prosseguindo para sul decidido a alcançar Lisboa. Passa por Pinhel, Trancoso (destruindo a ermida de S. Marcos, por vingança da derrota na batalha), Celorico da Beira, Coimbra e Soure, pilhando e arrasando tudo por onde passava.<sup>182</sup> Contava na sua hoste com um grupo de mercenários franceses, maioritariamente gascões, provenientes do condado de Foix.<sup>183</sup>

É neste cenário, depois da bem-sucedida campanha no Minho, e de terem rechaçado os castelhanos de Elvas, que o exército português se prepara para o confronto direto com o inimigo.

---

<sup>179</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 405. <sup>180</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 406. <sup>181</sup> CDJ, II vol., p. 48.

<sup>182</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 80.

<sup>183</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 80.

Partem para Abrantes onde instalam o seu quartel-general. Simultaneamente, D. Juan I alcançava Leiria, obrigando a hoste portuguesa a deslocar-se para Ourém, e definitivamente para Porto de Mós. Os castelhanos procuraram ao máximo evitar o confronto como os portugueses, tendo como objetivo Santarém. Queriam alcançar Lisboa, para se juntar à frota, que já a bloqueava por mar, e impor um novo cerco à cidade.<sup>184</sup> Caindo Lisboa, o restante reino de Portugal seria rapidamente controlado pelo monarca castelhano. D. João I sabia da importância de defender Lisboa para manter a sua causa viva. Era necessário começar a delinear uma estratégia para fazer face às ambições do inimigo. Desesperava pelo concretizar das negociações com os ingleses e o tão aguardado reforço que trariam. Vendo o impasse nas negociações, o condestável assume a iniciativa de avançar. Desaconselha o rei a partir para um ataque de diversão na Andaluzia, e apoia a ideia de interceptar a marcha dos castelhanos confrontam-nos para um combate decisivo.<sup>185</sup> Num primeiro momento, o rei não é muito a favor desta estratégia, o que enraivece Nuno Álvares. Este decide partir para Tomar. Vencedor da batalha do Atoleiros, sabia que era possível derrotar novamente os castelhanos. No dia 8 de agosto, D. João I decide juntar-se ao condestável em Tomar, seguindo o seu conselho. Nuno Álvares envia um mensageiro ao rei de Castela para o desafiar. O principal intuito seria o de espiar a hoste adversária, para entender o seu poderio. As notícias trazidas pelo mensageiro não são muito encorajadoras, que relata a dimensão da hoste franco-castelhana. Segundo Fernão Lopes, seriam cerca de trinta mil homens, contando com lanças, ginetes, besteiros e homens de pé. Números talvez exagerados, mas que o monarca português prefere esconder dos seus homens. Dada a disparidade dos números, será necessário assumir uma posição defensiva.<sup>186</sup> É neste momento que entra a influência dos mercenários ingleses, na organização da batalha.

Seguindo o modelo militar inglês, que muitas vitórias tinha alcançado nas décadas precedentes, avaliam o terreno. Neste momento, o exército já se tinha movimentado e aquartelado em Ourém. No dia 12 de agosto, chegam a Porto de Mós. Aproveitando o facto de terem estado estacionados durante todo o dia 13 em Porto de Mós, Nuno Álvares procedeu a um reconhecimento do terreno. Fazendo-se acompanhar de um grupo de homens, incluindo ingleses e gascões, percorrem o terreno armados de cotas de malhas, de braçais e de lanças compridas, para prevenir qualquer possível encontro com o inimigo.<sup>187</sup> Froissart, aponta os nomes de alguns

---

<sup>184</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 80. <sup>185</sup> CDJ, II vol., p. 66.

<sup>186</sup> CDJ, II vol., p. 91.

<sup>187</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 84.

mercenários que acompanha o condestável: «l'un étoit nommé Janequin d'Arteberi, et l'autre Philipe de Barqueston».<sup>188</sup> Sendo a posição tomada num planalto, o adversário teria de ultrapassar um declive. Previram, que inicialmente, com a posição que tomaram seriam auxiliados pelo sol, que bateria de frente para os castelhanos. Teriam ainda a vantagem do declive do planalto de sul para norte, o que dificultaria a chegada do inimigo. Esta seria a primeira posição assumida pelo exército anglo-português, na manhã do dia 14 de agosto.<sup>189</sup> Porém esta perspectiva seria contrariada pelas movimentações da hoste castelhana. A meio da manhã, o início da longa coluna do exército franco-castelhano, avista o inimigo e suspendem a marcha. Verificando a posição tomada pelo adversário decidem contornar o exército anglo-português, e não entrar diretamente em combate num terreno escolhido por estes. Entram por uma estrada paralela, com o objetivo de contornar o inimigo por oeste e reentrar na estrada de Leiria a Alcobça. A meio da tarde, já depois de estrar novamente na estrada que tomaram anteriormente e muito desgastados, decidem parar no lugar de Chão da Freira. Situavam-se a sul da hoste anglo-portuguesa.<sup>190</sup> Por este motivo, foi necessário aos portugueses repensar a sua posição. Fazem passar a vanguarda pela retaguarda trocando de posições, e dirigem-se para Sul. Por volta das 15h, assumem a sua posição definitiva, que é vulgarmente chamada de “segunda posição portuguesa”.<sup>191</sup> Esta posição situa-se dois quilómetros a Sul da posição inicial, o fez com que perdessem algumas vantagens.<sup>192</sup> Deixam de ter uma posição tão elevada e ficam de frente para o sol. Mas não seria de todo uma posição desvantajosa. A nova posição não teria obstáculos naturais na frente, ao contraria da primeira, mas era igualmente forte devido a esta frente estreita e aos dois cursos de água a ladeá-la. Esta frente estreita obrigava o adversário a limitar os seus efetivos, usando apenas a sua vanguarda. Mas como vimos, não tinha obstáculos naturais na frente, por isso seria necessário construí-los. Entram novamente em ação os mercenários ingleses, e as suas inovações táticas. Procedem a fortificação do terreno com abatisses, fossos e covas-de-lobo. Chegando ao terreno por volta das 15h, e começando a batalha cerca das 18h, tiveram três horas para fortificar o terreno.<sup>193</sup> O objetivo seria encurtar ainda mais a frente de batalha, obrigando o inimigo a percorrer um estreito corredor para os alcançar. Os abatisses, protegeriam os besteiros e os arqueiros ingleses, que poderiam tirar vantagem dos seus famosos *long-bow*. Froissart, descreve bem a influência dos mercenários

---

<sup>188</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>189</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 82

<sup>190</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 86.

<sup>191</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 86.

<sup>192</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 86.

<sup>193</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, p. 95.

ingleses nestes preparativos: «Si distrent les Anglois: “Vez-ci lieu fort assez, parmi ce que on y aidera, et pourrons bien sûrement et hardiment attendre ci l’aventure.” Lors firent-ils au côté devers les champs abattre les arbres et coucher de travers, afin que de plaino ne put chevaucher sur eux; et laissèrent un chemin ouvert qui n’étoit pas d’entrée trop large; et mistrent ce que ils avoient d’archers et d’arbalétriers sur les deuz eles de ce chemin et les gens d’armes tout de pied au beau plain, et le moutier a leur coté auquel le roi de Portingal se tenoit, et avoient la mis leur étendart et les bannières du roi»<sup>194</sup>. Conseguiram ainda uma posição próxima de Alcobaça, onde contariam com um precioso aliado, D. Frei João de Ornelas, que lhes poderia providenciar mantimentos e recrutar homens pelas aldeias vizinhas.<sup>195</sup>

Os castelhanos contavam com o apoio de mercenários franceses, que tinham a confiança de D. Juan I. Tinham também entre eles alguns nobres portugueses, como João Afonso Teles e Gonçalo Vasques de Azevedo. Como dissemos anteriormente, os castelhanos tinham sofrido uma pesada derrota em Trancoso, perdendo os seus principais capitães. Os homens que substituíram estes capitães eram jovens e inexperientes. Desejosos de combater, tentam influenciar o seu rei a batalhar contra a hoste portuguesa.<sup>196</sup> Como vimos, num primeiro momento, D. Juan procurou contornar o inimigo, não estando muito interessado no confronto direto. Estes jovens capitães estariam talvez confiantes numa vitória rápida, pela diferença numérica entre as duas hostes. Os castelhanos contariam com um forte exército de cerca de vinte a trinta mil homens, contra uma hoste anglo-portuguesa de cerca de dez mil homens. É neste cenário que os jovens capitães aliciam D. Juan a enfrentar o inimigo, que até então procurava evitar o confronto.<sup>197</sup> Reunido o conselho de guerra, um experiente cavaleiro francês, Jean de Rye, camareiro-mor do rei de França alerta para a menosprezo do adversário: «Senhor, eeu souu cavaleiro del Rey de Frannça voso irmão e amiguo e saõ já na idade que vos vedes e ey vistas muitas batalhas, asy de mouros como de christaõs, em quoamto istive alem mar; e pelas couusas que vy acomteçer tamto ey apremdido em elas que huua das cousas per que home mor avemtage pode ter do seu imigo asy he poerse em boa ordenamça, asy em guerra guerreada como em batalha. E em duas batalhas que eeu fuy cõ el Rey Felipee e Rey Joam, meus Senhores, comtra el Rey de Imgraterra e comtra o Primçepe de Guez seu filho, ambos se perderaõ por nã ter nelas boas ordenanças. E pore me parece que a rezaõ de Pero Lopez e daqueles fidalguos que tem aquela parte deveis de mandar que se

---

<sup>194</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>195</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 82.

<sup>196</sup> CDJ, II vol., p. 82.

<sup>197</sup> CDJ, II vol., p. 82.

guarde»<sup>198</sup>. Apesar desta tentativa de alerta por parte do experiente cavaleiro francês (veterano das batalhas de Crécy e Poitiers), D. Juan I decidiu seguir os conselhos dos seus, talvez por receio de represálias. O entendimento entre os fidalgos castelhanos e os franceses não seria o melhor, por estes últimos serem bastante favorecidos por D. Juan I. Pesou também na decisão do monarca, o facto de o exército anglo-português pressionar. Sabia que se não combatesse, iriam perseguir os em forma de “guerra guerreada” até Santarém. O que seria insuportável de aguentar por parte da hoste castelhana.<sup>199</sup>

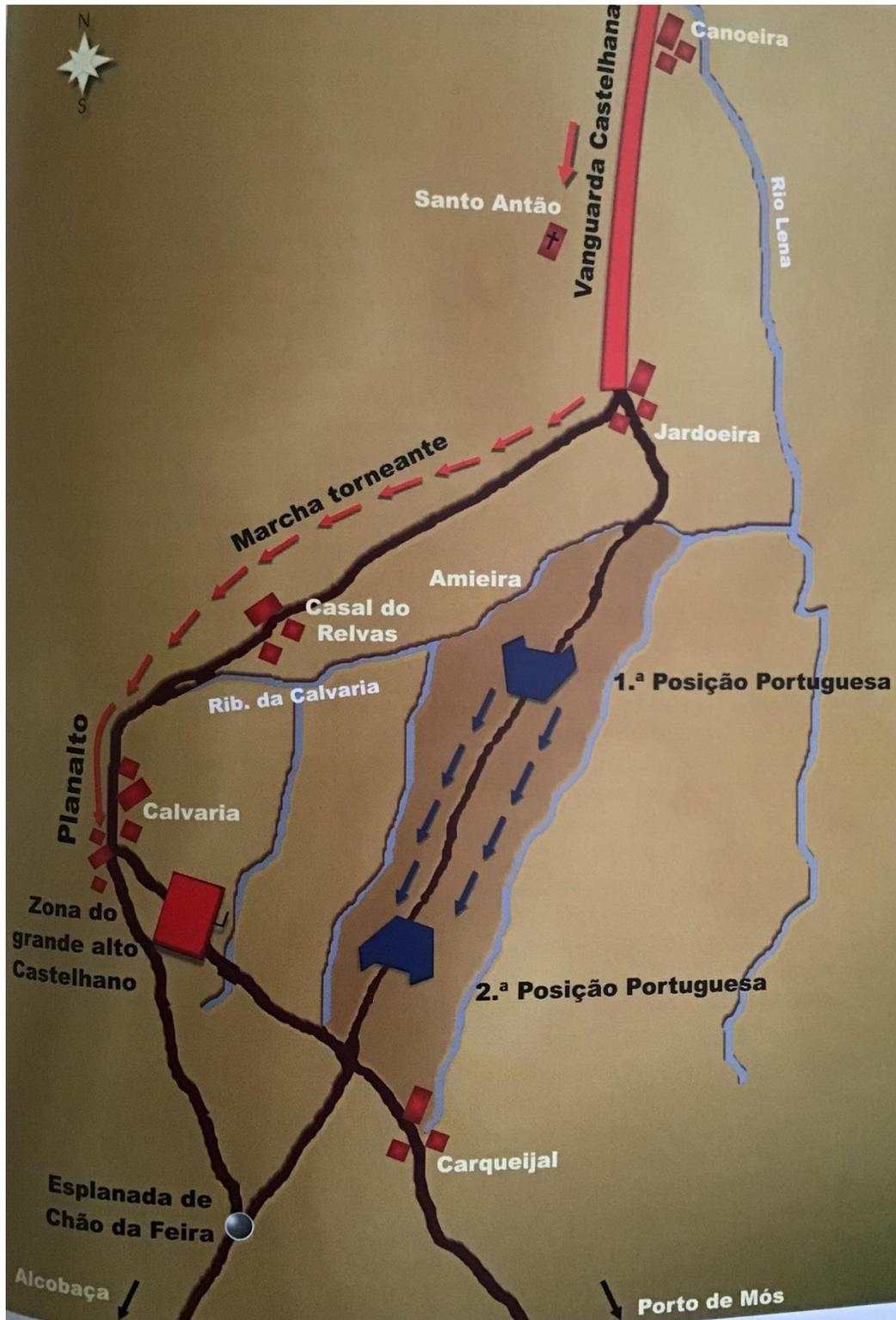
Estavam assim lançados os dados para o confronto entre as duas forças. À *hora de véspera*, do dia 14 de agosto de 1385, os castelhanos seriam obrigados a combater ou a aguentar uma hoste experiente no se enalço até Santarém.<sup>200</sup> Assim, estamos preparados para entrar nos detalhes da batalha.

---

<sup>198</sup> CDJ, II vol., p. 84.

<sup>199</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 95.

<sup>200</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 95.



Mapa 5 - Movimentos preparatórios da Batalha de Aljubarrota (Fonte: Aljubarrota 1385. A Batalha Real)

## 9.7 A Batalha de Aljubarrota

Antes de nos dedicarmos às movimentações que ocorreram na batalha, é necessário analisarmos como foram organizados os exércitos e qual o seu poderio. Segundo Fernão Lopes, «El Rey de Portugal avia per todas mil e seteçemtas lamças e delas não bem corregidas, e de besteiros oitocentos e de homens de pee quatro mil, que eraõ per todos seis mil e quinhentos».<sup>201</sup> Pero López de Ayala, indica que D. João, «alli ordenó su gente, que podian ser fasta dos mil é doscientos omes de armas, é diez mil omes de pie lanceiros, é Ballesteros»<sup>202</sup>. Froissart, diz-nos que se contariam quatro castelhanos para um português<sup>203</sup>. Como podemos observar existe uma grande disparidade nos números apresentados pelos dois cronistas. Importa perceber como se organizou a hoste na batalha. Estava dividida em quatro unidades: a vanguarda, que contaria com a liderança do condestável, duas alas, a esquerda comandada por Antão Vasques e a direita por Mem Rodrigues de Vasconcelos, e a retaguarda liderada por D. João I. Uma forma de organização, que terá sofrido a influência do exército do conde de Cambridge, aquando da sua passagem por Portugal nas Guerras Fernandinas. Os mercenários, essencialmente ingleses e gascões, não estariam com a força que D. João I perspectivava: «[A] ajuda de Imgraterra que dizeis que esperamos diguo que era muy bem se assy fosse sua vimda a tempo que podese aproveitar, mas entedo que ja não pode vir se nnaõ [ao] atar das feridas»<sup>204</sup>. Estaria apenas presente pouco mais de seiscentos, que tinha chegado anteriormente, que já referimos a cima. Estes dispuseram-se essencialmente na ala comandada por Antão Vasques: «E da outra parte na ala esquerda eraõ de mestura com Antão Vasquez e cõ outros portugueses alguus estrangeiros, assy como Mose Joaõ de Mõferrara e Martim Paulo e Bernaldõ Solla e doutros ingreses, frecheiros e homees darmas, que eraõ per todos outros duzentos».<sup>205</sup> A hoste franco-castelhana, como referimos anteriormente, estaria em muito maior número. Froissart, indica-nos o número de quatro mil homens de armas e trinta mil de outras gentes<sup>206</sup>. Fernão Lopes, fala em «seis mil lamças per françeses e guascões e outros estrangeiros (...); de ginetes heraõ dous mil e besteiros oito mil e de homees de pee quinze mil, que seriaõ per todos pouco mais de trimtas».<sup>207</sup> Curiosamente, Pero López de Ayala,

---

<sup>201</sup> CDJ, II vol., p. 91

<sup>202</sup> CDRC, p. 227.

<sup>203</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 82. <sup>204</sup> CDJ, II vol, p. 68.

<sup>205</sup> CDJ, II vol, p. 92.

<sup>206</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>207</sup> CDJ, II vol., p. 91.

testemunha e participante da batalha, não indica o número de efetivos que D. Juan tinha em Aljubarrota. Fiquemos pelos cerca de vinte mil homens. O que importa reter, é que eram muitos mais que o exército adversário. Porém, teremos de perceber que nem toda esta gente participou na batalha. Estes não incluem, os não combatentes, como pajens e criados, que acompanhavam cada uma das hostes. A hoste castelhana encontrava-se dividida.<sup>208</sup> Para percebermos o porquê de isto ter acontecido, examinemos os passos dados na batalha.

Quando se dá o primeiro embate, parte da alongada coluna castelhana ainda marchava em direção ao campo de batalha. Aqui ganha relevância o contingente franco-gascão, que acreditava poder desbaratar facilmente o exército anglo-português. O senhor de Lignac, pede a D. Juan I a possibilidade de lhe conceder a primeira batalha: «Sire roi, nous vous sommes de grand 'volonté et de lointain pays venus servir. Si nous faites celle grâce que nous ayons la première bataille. - Je la vous acorde, dit le roi, au nom de Dieu et de Saint Jacques et de monseigneur Saint George, qui soient en votre armée»<sup>209</sup>. Esta decisão causa algum desconforto nos castelhanos, que invejam os favorecimentos do rei aos franceses. O monarca recordava o bom serviço que Du Guesclin, tinha feito ao seu pai e confiava nos conhecimentos militares dos franceses. Formam a vanguarda, a cerca de seiscentos a oitocentos metros a sul da portuguesa. Contava-se ainda nesta vanguarda, umas mil e seiscentas lanças, dispostas em três fileiras. Teriam duas alas nos flancos, com setecentos homens cada, uma comandada pelo Mestre de Alcântara e outra por Pedro Álvares Pereira, Mestre de Calatrava. O Mestre de Alcântara, contaria com o apoio de muitos gascões e outros estrangeiros.<sup>210</sup> Os besteiros e peões, disponham-se por onde fosse mais favorável. D. Juan I, e a sua “batalha real”, encontrava-se na retaguarda.<sup>211</sup>

A vanguarda franco-castelhana, toma a iniciativa do primeiro ataque, convencidos de poderem conquistar a vitória na batalha. Aqui fica a dúvida, se atacaram a cavalo ou apeados. No relato de João Fernandes Pacheco, a Froissart, os franceses vendo como se organizava o inimigo, provavelmente optaram por um combate apeado. Este é um tema que suscitou, várias opiniões nos diversos estudos já realizados. Facto é que a cavalaria esteve presente na batalha, tenha sido ela francesa ou castelhana, pois foram encontrados alguns ossos de cavalo nas escavações realizadas por Afonso do Paço.<sup>212</sup> A aguardá-los estavam já os portugueses, apeados e de lança

---

<sup>208</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 99. <sup>209</sup> CF, Livro III, Cap. XIX.

<sup>210</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 99. <sup>211</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 99. <sup>212</sup> Monteiro, *Aljubarrota 1385. A batalha Real*, p. 105.

em riste. As alas, subidas no terreno, começam a lançar pedras e flechas, com o importante apoio dos arqueiros ingleses. As fortificações funcionam e muitos deles são mortos, empurrados para os fossos e à mercê do inimigo. Este primeiro ataque, é apenas referenciado nos relatos de Froissart, sem que nenhum outro cronista lhe faça qualquer menção.<sup>213</sup>

Como dissemos anteriormente, existia algum afastamento entre a vanguarda e a retaguarda do exército franco-castelhano. Este facto, levou a que tomasse conhecimento a tempo do fracasso do primeiro ataque. Sendo impossível socorrer a vanguarda, procedem a uma segunda carga de cavalaria. As duas alas castelhanas, tentam juntar-se a “batalha real”, mas são travados pelos obstáculos naturais, nomeadamente os ribeiros. Como os franceses, notam chegando ao encontro do inimigo, que não é possível combater a cavalo. São obrigados a desmontar e combater apeados, em direção ao funil que o inimigo montara na frente de batalha. Cortam as lanças, de maneira a poderem combater a pé, pois elas estavam adaptadas para o combate a cavalo. Prosseguem a marcha, e sofrem logo com os tiros de besta e as flechas dos arqueiros ingleses. Devido aos obstáculos criados pelos adversários (fossos e covas-de-lobo), os castelhanos vão caindo e começam a aglomerar-se no centro do planalto. O que os torna num alvo ainda mais fácil para os arqueiros ingleses. Ao chegarem ao encontro da vanguarda, comandada por Nuno Álvares Pereira, a estratégia das lanças mais curtas não resultou.<sup>214</sup> O combate corpo-a-corpo foi inevitável, e revelou-se ser intenso: «Abasta que de huua e doutra parte herão dados tais e tamanhos guolpes, como cada huum melhor podia apresemtar aaquelle que lhe cahija em sorte».<sup>215</sup> Apesar da adversidade conseguem furar a vanguarda, sendo depois abafados pela retaguarda e alas anglo-portuguesas. As alas, estavam desocupadas por ficarem protegidas pelas duas ribeiras, o que permitiu criar um efeito de tesoura com a retaguarda de D. João, e abafar o ataque. Nesta movimentação, ficaria o papel desempenhado pela famosa “alla dos namorados”. Relembremos que a frente da batalha era muito estreita, e que devido ao curto espaço, muitas das mortes na batalha foi devido a esmagamento. Aqueles que não foram mortos, acabaram presos pelos portugueses, seria mais de mil, segundo Froissart.<sup>216</sup> Estes prisioneiros causariam um dilema aos portugueses, que aguardavam um novo ataque da restante hoste castelhana. Foi então que tomaram uma decisão cruel, mas necessária, assassinando os prisioneiros: «Il vaut mieux occire que être occis. Si nous n eles occions, ils se délivreront, entrementres que nous entendrons à nous combattre et

<sup>213</sup> CF, Livro III, Cap. XIX <sup>214</sup> CDJ, II vol., p. 106 <sup>215</sup> CDJ, II vol., p. 106. <sup>216</sup> CF, Livro III, Cap. XIX

défendre, et puis nous occiront, car nul ne doit avoir fiance en son ennemi». Assim foram executados: «meschef le sire de Lignac, Pierre de Ker, Le sire de l'Esprès, qui s'appelloit messire Jean, le sire de Berneque, le sire des Bordes, Bertran de Barége, le sire de Moriane, Raimon d'Ousach, Jena Asselegie, Monaut de Sarement, Pierre de Sarebière, Étienne de Vallencin, Raimond de Corasse, Pierre de Havefane e trois cent escuyers du pays de Berne, et des François messire Jean de Rie, Geoffroy Ricon, Geoffroy de Partenay, et plusieurs autres»<sup>217</sup>. Imagina-se uma autêntica carnificina, no campo de batalha, mas talvez essencial devido a disparidade de números. Não tanto homens para guardar os prisioneiros e combater foi a decisão acertada.

Aguentando o ataque, o exército anglo-português terá partido para o contra-ataque. Conseguem derrubar a bandeira do rei castelhano, que decide fugir para Santarém. D. Juan I, estava numa débil condição de saúde, e foi atirado para cima de um cavalo. Alguns portugueses ainda o tentaram alcançar, por promessa que tinha feito de matar o rei de Castela. Os castelhanos tentam ainda um ataque a carriagem portuguesa, se encontrava atrás da retaguarda portuguesa. O Mestre de Alcântara, lidera o ataque, mas os homens que guardavam a carriagem conseguem sustê-los. Chega o apoio do condestável e dos seus homens, vindos da vanguarda para desbaratar o ataque castelhano. Os castelhanos fogem, e são perseguidos por um curto período de tempo, por já se levantar a noite.<sup>218</sup> D. Juan, consegue fugir para Lisboa e embarcar para Sevilha. Castela começa um período de luto pela derrota pesada, sofrida contra um inimigo tido como inferior. Disso se queixa D. Juan I, relembando que outros reis foram derrotados, mas contra adversários superiores: «E se vos dizees que outro tanto e tal aconteço a meu padre, verdade he que asy foy; mas roguovos que me diguais de que homees e gemtes foy meu padre vemçido. Foyo do Primçepe de Gualez, que era huu muy gramde senhor e taõ bem avemturado que pelejou cõ el Rey de Framça e o vemçeo e levou preso a Imgraterra. E de que gemtes foy meu padre vemçido? Foyo de imgreses que saõ a frol da cavalaria do mundo, em tanto que vemçido por eles não leixava de ficar homrrado»<sup>219</sup>.

Terminava assim o confronto entre as duas hostes, naquela que foi uma das maiores vitórias militares portuguesas, senão mesmo a maior. Como se pode observar, os mercenários tiveram uma grande influência, tanto do lado português como castelhanos. Os franceses sempre foram grandes conselheiros do rei castelhano e muitos deles pereceram na batalha. Os ingleses

---

<sup>217</sup> CF, Livro III, Cap. XX. <sup>218</sup> CDJ, II vol., p. 107. <sup>219</sup> CDJ, II vol., p. 109.

foram determinantes para a introdução de algumas estratégias decisivas para a vitória final. Apesar de não estarem em grande número na batalha, como pretendido por D. João I, é indissociável o impacto que tiveram para que os portugueses alcançassem o seu objetivo. O desfecho do confronto reabrirá o interesse do duque de Lencastre em apoiar Portugal. A confiança da vitória, e a tentativa de aproveitamento do inimigo, fará com que as negociações entre ingleses e portugueses se intensifiquem.



Mapa 6 - 2ª fase da Batalha de Aljubarrota (Fonte: Aljubarrota 1385. A Batalha Real)

## 9.8 As dificuldades no recrutamento de mercenários

A batalha de Aljubarrota terminada e vencida pelos portugueses, surgem novos desafios para consolidar a independência. Como foi dito anteriormente, as tropas inglesas que os embaixadores Lourenço Fogaça e o Mestre de Santiago tinham por missão recrutar não chegaram a tempo de integrar a batalha. É importante percebermos o que falhou para que este corpo armado não tivesse chegado a Portugal a tempo.

Em primeiro lugar, as dificuldades financeiras foram um entrave. Obrigados a contrair empréstimos com os mercadores ingleses, os dois homens acabam por contrair dívidas. Existe um título de dívida de 1386, em que Fogaça e Albuquerque, prometem restituir a dois funcionários da corte inglesa, os empréstimos que lhes tinham concedido. Ameaçados de em caso de incumprimento, os credores terem o direito de exibir as armas dos dois portugueses invertidas e denunciá-los como falsos cavaleiros<sup>220</sup>. Estes dois homens tiveram que permanecer um certo tempo em terras inglesas, acumulando várias dívidas. Estas dívidas não estavam apenas relacionadas com o recrutamento das tropas. Parece que alguns dos luxos que lhes era proporcionado tiveram um pesado impacto nas suas finanças. O Mestre de Santiago, terá adquirido «ricas roupagens, mobiliário, armas e armaduras inglesas e uma amante inglesa a quem chamava pelo petrarquiano nome de Laura»<sup>221</sup>. Algumas fontes inglesas indicam o número de duzentos homens. Outras mais fidedignas apontam para um grupo mais avolumado, mas não parece ter ultrapassado os oitocentos homens. Estes homens não eram dos mais preparados, sendo mesmo matreiros para os emissários portugueses. Um grupo de soldados viu nos comportamentos extravagantes dos embaixadores uma oportunidade de enriquecer, sem grandes contrapartidas. Outros estavam mais preocupados com a cartas de proteção que lhes davam imunidade para com os credores, do que em vir combater para Portugal. Nota-se uma enorme falta de critério no recrutamento, com os ingleses e gascões, existem registos de holandeses, alemães, irlandeses e portugueses, conta-se ainda um florentino, e ainda um médico castelhano<sup>222</sup>. Para além disso, conseguem recrutar dois cavaleiros que estiveram envolvidos no motim levado a cabo aquando da passagem do exército do conde de Cambridge em Portugal. Henry Ilcombe e o seu irmão Will, eram cavaleiros da Cornualha, que eram procurados, com mandado de captura

---

<sup>220</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 404. <sup>221</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 405. <sup>222</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 406.

por terem contribuído para o fracasso dessa primeira expedição<sup>223</sup>. Tinham sido nomeados quatro escudeiros para comandar os mercenários ingleses: Elie de Blythe, Robert Grantham, Peter Cressingham e Reginald Cobham. Este último, aquando da concentração das tropas em Plymouth, para seguir para Portugal decidiu não respeitar a ordem. Vagueou durante um ano com o seu grupo pelo país, e extorquindo a soldada aos portugueses. A única forma de algumas tropas serem enviadas para Portugal foi devido à intervenção do governo inglês. Em janeiro de 1385, começam os preparativos para a concentração em Plymouth. Em fevereiro, os preparativos estavam já adiantados, mas existiam alguns desentendimentos entre os dois embaixadores portugueses e os capitães. É em março que finalmente quatro navios saem de Inglaterra, com algumas centenas de homens. D. João, tinha enviado Lourenço Martins para acompanhar as tropas, enquanto Fogaça e o Mestre de Santiago, permaneciam em Inglaterra para lidar com os seus credores. Com estes comportamentos, aumentava a desconfiança dos mercadores ingleses em relação aos portugueses.<sup>224</sup>

Como podemos analisar, eram grupos de homens extremamente instáveis. Alguns cronistas ingleses reportam uma tentativa de suborno por parte dos castelhanos a estes homens, que foi detetada a tempo e não sortiu qualquer efeito.<sup>225</sup> O que importa reter neste processo de negociação são as dificuldades para reunir um grupo armado suficientemente forte e o desleixo dos embaixadores em relação à sua missão. Certo é que o apoio que D. João tanto ansiava ficara aquém do esperado, contando apenas com algumas centenas de homens na batalha de Aljubarrota. Porém com a vitória na batalha, Portugal será visto de uma forma diferente por parte dos ingleses, aumentando o interesse do duque de Lencastre numa aliança reforçada com Portugal.

## 9.9 O rescaldo da batalha e a oportunidade do Duque de Lencastre

Após a vitória da batalha de Aljubarrota, Lourenço Anes de Fogaça volta a reunir-se com o duque de Lencastre. Relata-lhe os pormenores da vitória portuguesa, e do importante contributo que prestaram os ingleses. Fogaça seria decisivo na negociação com os ingleses, por ser fluente

---

<sup>223</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 406.

<sup>224</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 405.

<sup>225</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 407.

em francês, assim sendo mais fácil convencer o duque a intervir na Península.<sup>226</sup> Entretanto na ressaca da vitória, Nuno Álvares Pereira, não perdia tempo e algumas semanas após a batalha, já ia de encontro aos castelhanos. Junta as suas tropas, e muito provavelmente sem o conhecimento do rei, inicia uma campanha por Castela em que a batalha de Valverde é o acontecimento mais relevante. Antão Vasques, impulsionado pela iniciativa do condestável, também entrou com as suas forças pelo território castelhano, o que lhe rendeu um avultado saque.<sup>227</sup> Era importante que os portugueses aproveitassem esta janela de oportunidade e deixassem que D. Juan se organizasse para retaliar contra a pesada derrota que tinha sofrido em Aljubarrota. Chegamos ao ano de 1386, em que as negociações dos embaixadores tomam um rumo importante. No início do ano o rei inglês envia William Par, a Portugal para avisar D. João de que o duque vinha para reivindicar o trono de Castela. Encontra D. João no seu acampamento em Chaves, e este concorda enviar seis galés e uma dúzia de naus para Inglaterra<sup>228</sup>. A 9 de maio, é assinado em Windsor, um tratado que introduz os critérios de uma poderosa aliança entre Portugal e Inglaterra.<sup>229</sup> Com este compromisso de apoio mútuo entrará, finalmente em cena, o duque de Lencastre que não tardaria a aportar na Península Ibérica.

Em julho, João de Gaunt desembarca na Corunha com um exército considerável, determinado a reivindicar o trono de Castela. Como já dissemos anteriormente, o duque de Lencastre, via-se como legítimo herdeiro da coroa de Castela, por sua mulher ser filha de D. Pedro.<sup>230</sup> Há muito que ameaçava atacar os usurpadores do reino, mas até então tinha sido empatado por vários motivos. Quando encontra em Portugal o aliado que tanto procurava na Península Ibérica, e aproveitando as consequências da derrota castelhana em Aljubarrota, decide intervir. O duque entra com toda a força pela Galiza, tentando subjugar várias cidades ao seu domínio. Chegara com cem navios que transportavam cerca de sete mil homens. Tenta desde logo, conquistar a Corunha, sem grande sucesso. Desvia assim, a sua atenção para Santiago de Compostela que se rende ao duque e onde permanecerá instalada a duquesa e as suas filhas. Mas era necessário ao duque reforçar os seus contactos com os portugueses. Em novembro, faz-se ao caminho para Portugal, onde se encontra com D. João. A reunião previamente combinada, acontece em Ponte do Mouro, nos arredores de Monção. Acertam de que forma iriam invadir

---

<sup>226</sup> CF, Livro III, Cap. XXIX.

<sup>227</sup> CDJ, II vol., p. 153.

<sup>228</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 438.

<sup>229</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 277. <sup>230</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 277.

Castela e também o casamento de D. João com uma das filhas do duque. D. João, escolhe D. Filipa de Lencastre, evitando assim um cruzamento com uma descendente de D. Pedro, precavendo o sucesso dos ingleses e a possível anexação dos dois reinos no futuro.<sup>231</sup> O casamento realiza-se a 2 de fevereiro de 1387, adiando assim o início da campanha que estaria programado para o Natal. A isto juntou-se algumas dificuldades de homens pelo reino. É apenas em março, que as duas hostes juntam-se formando um exército de cerca de onze mil homens.<sup>232</sup>

Começa assim, a campanha anglo-lusa por terras castelhanas. É importante percebermos que homens acompanhavam o duque. Entendemos que estes homens já não eram movidos apenas como simples mercenários, tendo pretensões políticas e objetivos mais ambiciosos. É claro, que falamos aqui do duque e dos capitães que o acompanhavam. Pois, os soldados que com eles traziam não saiam do perfil de combatente que descrevemos anteriormente. Vinha como condestável, João de Holanda e como marechal Thomas Moriaux os dois genros do duque, o almirante era Thomas Percy. Alguns dos cavaleiros recrutados pelo duque, já tinham vindo a Portugal, aquando com a companhia do conde de Cambridge. Seria um exército bem equipado, levavam montadas - precavendo erros cometidos na campanha anterior -, vinham mineiros, carpinteiros e pedreiros para auxiliar nos cercos e na construção de engenhos. O duque faz-se acompanhar do bispo de Dax, bem como do seu chanceler e do tesoureiro, que se encarregariam do pagamento do exército.<sup>233</sup> Existiram alguns problemas a nível do financiamento do exército. Froissart, identifica os homens que fazia parte da companhia: Yvon Fits Warin, senhor de Lucy, Henry de Beaumont, senhor de Poynings, Jean de Beverly, senhor de Talbot e Basset, Guillaume de Beauchamp, Guillaume de Windsore, Thomas Drayton, Hugues le Despensier, sr. Willoughby, de Manne, Ware e Preston, Guillaume de Farrington, Jean d'Aubrecicourt, Hugues de Hastings, Thomas Worcester, Maubuin de Liniers, Louis de Rochester, Jean Soutrey, Philippe Tirel, Jean Walworth, Robert Clinton, Nicolle Tresham, Huguelin de Cavrelée, Davis Houlegrave, Thomas Alerie, Hobequen de Beaucestre<sup>234</sup>. Ricardo II tinha disponibilizado, 13 000 libras, que não foram suficientes para fazer fase aos custos. Foi obrigado a pedir um empréstimo aos lombardos para enviar ao duque<sup>235</sup>. Ao todo o rei teria emprestado 13 300 libras, para custear a campanha do tio.

---

<sup>231</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 277. <sup>232</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 278 <sup>233</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 443.

<sup>234</sup> CF, Livro III, Cap. XXXII.

<sup>235</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 443.

Foram pagos seis meses de soldo aos homens, ainda em Inglaterra antes da partida para Portugal.<sup>236</sup>

Entretanto, D. Juan tinha começado um luto em Castela, que deveria durar até 1387. Impunha que o povo participasse em procissões de penitência, prédicas e jejuns até que fosse agraciado com a compaixão de Deus para derrotar os seus inimigos. Sabendo da decisão do duque, vir para a Península reclamar o seu trono, começa a organizar-se para fazer fase à força invasora. O reino de Castela atravessava uma crise, para além da derrota militar o monarca Trastâmara teve a necessidade de subir os impostos para fazer fase aos prejuízos da guerra. Sem tempo para recompor o país, D. Juan I, recorreu novamente aos seus aliados franceses. Acordado nas cortes de Valladolid, os castelhanos enviam mensageiros ao rei de França, que o informam da derrota na batalha de Aljubarrota e pedem reforços para aguentar o inimigo.<sup>237</sup> O rei de França, informa os mensageiros que entraria em contacto com os seus tios, o duque de Berry e o duque da Borgonha. Aguardava o rei de Castela, os reforços de França, mais permaneciam ainda alguns guerreiros franceses que tinham ficado dos conflitos anteriores. Froissart diz-nos, que um grupo destes homens tinha partido em peregrinação a Santiago de Compostela, pouco antes da chegada do duque de Lencastre a Corunha: «Or vous dira ides chevaliers de France, de monseigneur le Barrois des Barres, de messire Robert et de messire Jean de Bracquemont, de messire Jean de Chastel-Morant, de messire Pierre de Villaines, de messire Tristan de la Gaille et des autres qui etoient venus en pélerinage en la ville de Compostelle au baron monseigneur saint Jacques en grand ´ dévotion. Quand ils orent fait leur pélerinage et chacun son offrande, et ils se furent traits à l´ hostel, nouvelles leur vinrent, par ceux qui demeuroient sur les fronteires et bondes de la mer, que les Anglois montroient que ils vouloient venir et arriver et prende terre à la Calongne»<sup>238</sup>. Sabendo da vinda dos ingleses, este grupo de mercenários decide tomar o caminho da Corunha, para impedir que fosse conquistada. A Corunha consegue resistir, mas os ingleses desviam a sua atenção para Santiago, que se rende amigavelmente ao duque e a duquesa e aceita a sua soberania. Com a queda de Santiago, os franceses dirigem-se a Burgos onde informam D. Juan do sucedido<sup>239</sup>. Este pede os seus conselhos para fazer fase a situação. Aconselham o rei a insistir na ajuda junto do rei de França e dos seus tios. Acreditavam que os homens de armas franceses, viessem em bom número, pois não havia muita agitação no seu país neste período. Recomendam

---

<sup>236</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 443. <sup>237</sup> CDJ, II vol., p. 112.

<sup>238</sup> CF, Livro III, Cap. XXXIII.

<sup>239</sup> CF, Livro III, Cap. XXXIII.

que fortifique as grandes praças e que destrua as pequenas fortificações. O rei concorda com os mercenários, manda destruir as pequenas fortificações e oferece-lhes o que encontrarem dentro delas como forma de pagamento. Os mercenários podiam assim tirar um bom lucro com esta ação. A população teria de se refugiar nas igrejas e nos mosteiros, que fortificaram. Os cavaleiros recolhiam os viveres e as riquezas, e destruíam as fortificações. Pilhavam tanto em terras inimigas como em terras amigas. Quando as notícias das riquezas que os mercenários acumulavam em Castela, chegaram a França os cavaleiros que aí permaneciam começaram a organizar-se para também fazer campanha.<sup>240</sup>

Assim, invadiram os ingleses a Galiza. Com o apoio português, o duque de Lencastre procurava concretizar o desejoso de tomar a coroa castelhana, que tinha sido adiada ao longo dos anos. Os castelhanos, com o auxílio dos franceses, preparavam-se para a guerra que estava prestes a começar. Começava uma nova fase de conflitos, que seria importante para firmar o que foi conquistado em Aljubarrota, e que permitiria manter a independência de Portugal.

## 10 A Campanha anglo-portuguesa em Castela

Como vimos anteriormente, o duque de Lencastre chegava a Galiza determinado a alcançar o trono castelhana. O duque pretendia expandir o seu controlo da região. Depois de já terem determinado como se iriam organizar para atacar Castela, as forças de D. João e do duque. O objetivo seria o de atacar o mais rápido possível para evitar que os reforços vindos de França, chegassem para auxiliar os castelhanos. Ficou então programado iniciar-se a campanha no Natal de 1387. Porém, o começo da campanha foi adiado devido ao casamento de D. João e D. Filipa de Lencastre. Provavelmente porque o rei português aguardava ainda a dispensa de Urbano VI dos votos de celibato, e também devido alguma hesitação por parte do duque por casar a sua filha com um rei bastardo. Contudo, seria imperativo para o duque começar o ataque a Castela, já com a sua filha casada. Envia-a então para o Porto, com uma escolta comandada por João de Holanda, acompanhado por Thomas Percy, Richard Burley e o bispo de Dax, João Gutierrez. O casamento acabaria por realizar-se a 2 de fevereiro, sem contar com a presença do duque.<sup>241</sup> Talvez por não

---

<sup>240</sup> CF, Livro III, Cap. XXXIII.

<sup>241</sup> CDJ, II vol., p. 222.

querer acentuar a associação com os portugueses, para favorecer as suas pretensões em Castela. Firmava-se assim a aliança, e estavam prontos para dar início à campanha.

A companhia do duque passara o inverno na Galiza onde foi assolada por graves problemas de saúde. Provavelmente dois terços dos homens que tinham desembarcado na Corunha tinham morrido ou estavam incapacitados de combater<sup>242</sup>. A força inglesa não deveria ultrapassar os mil e quinhentos homens. Ayala indica-nos um número ainda mais reduzido: «el Duque de Alencastre eran seiscentas lanzas, é otros tantos Archeros; que todos los otros eran muerots de pestilencia en Galicia despues que y llegóra el dicho Duque, é aun morian en la hueste donde andaban»<sup>243</sup>. Existia por isso a necessidade do duque avançar rapidamente com o acordo que fizera com D. João em Ponte de Mouros. O rei português deixa o Porto a 20 de fevereiro, acompanhado pela sua esposa. Enquanto isso, uma companhia de soldados portugueses vinha do Sul, sob o comando do condestável. O duque vinha de Ourense, com a sua hoste, deixando algumas guarnições, compostas maioritariamente pelos incapacitados, para manter o controlo das vilas da Galiza. Percorre um caminho penoso e montando o seu acampamento perto de Chaves.<sup>244</sup> É em março que os dois grupos armados se encontram em Babe, nas imediações de Bragança, o exército era composto por onze mil homens, a maioria deles eram portugueses<sup>245</sup>. Facto que obrigará a reorganizar o ataque, que previa que os ingleses comandassem a vanguarda. O problema era a falta de efetivos que estes disponham, o que obrigou a integração de um contingente português nessa vanguarda. Uma hoste grande e diversificada, difícil de alimentar e controlar, que trazia membros que não tinham qualquer utilidade militar como capelões, escrivães e criados, para além das damas da corte do duque. Este exército estaria mal preparado a nível de material militar, sobretudo para operações de cerco.

Tendo noção de que a força luso-inglesa tinha capacidade para percorrer todo o reino de Castela, D. Juan junta um exército com cerca de quatro mil homens.<sup>246</sup> Esperava os reforços que o rei de França lhe prometera, garantindo que no prazo de um ano a guerra terminaria e ele invadiria a Inglaterra. Contava sempre com a companhia de Olivier du Guesclin, irmão do famoso Bertrand, e que mantinha a confiança do monarca castelhano em detrimento dos seus compatriotas. Este anima o rei dizendo-lhe que o duque de Lencastre retirou todos os bons homens

---

<sup>242</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 488.

<sup>243</sup> CDRC, p. 263.

<sup>244</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 490.

<sup>245</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 278. <sup>246</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 495.

de armas de Inglaterra, que Carlos VI preparava-se para atacar.<sup>247</sup> Insiste que os cavaleiros de várias partes virão em seu auxílio, desde que pague bons soldados: «Et aussi toujours vous viennent et croissent gens et vous viendront de tous lez, de Navarre, d'Arragon, de Catalogne, de Berne et de Gascogne: il ne vous faut fors que regarder comment ni où vous prendrez et aurez la finance pour payer les souldoyers, gens d'armes e compagnons, qui vous viendront servir de grand courage de tous pays; car qui bien paye aujourd'huy il a les hommes»<sup>248</sup>. Chegam dois enviados do rei de França, Guillaume de Lignac e Gautier de Passac, que vêm de além Pirenéus recrutando cavaleiros e escudeiros por Carcassonne, Narbonne e Toulouse. Estes dois homens contavam com cem mil francos, disponibilizados por Carlos VI, para contratar e manter estes homens.<sup>249</sup> Quando este contingente, que seria de dois mil homens de armas, chegasse a Castela deveria ser financiada por D. Juan. Passando por Foix, o conde queixa-se a estes dois cavaleiros, de como a guerra entre Portugal e Castela tem levado a maioria dos seus bons homens de armas<sup>250</sup>. Esta companhia sofreu ainda dificuldades para atravessar Aragão, pois não tinha sido feito o pedido ao rei para passar pelas suas terras. Os dois homens, conseguem ultrapassar as dificuldades e tomam o caminho de Benavente de Campos, já com algum atraso.<sup>251</sup>

---

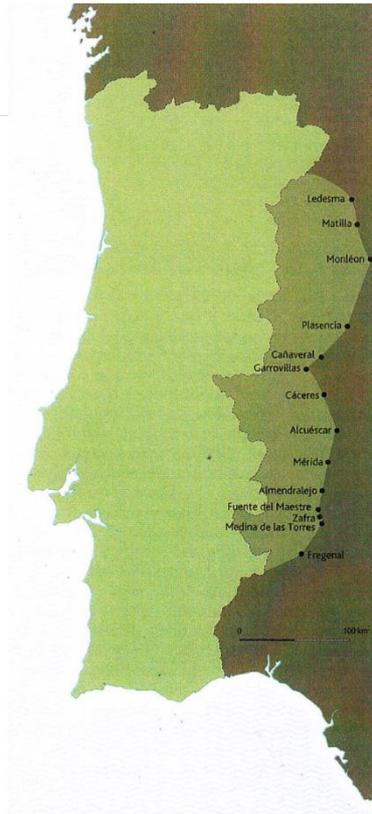
<sup>247</sup> CF, Livro III, Cap. XL.

<sup>248</sup> CF, Livro III, Cap. XL.

<sup>249</sup> CF, Livro III, Cap. XL.

<sup>250</sup> CF, Livro III, LVIII.

<sup>251</sup> CF, Livro III, Cap. XL.



Mapa 7 - Territórios concedidos a Portugal, no Tratado de Ponte de Mouros (Fonte: Fundação da Batalha de Aljubarrota)

D. Juan preparava-se para enfrentar o inimigo, usando as táticas de desgaste que já referimos no ponto anterior. Reforçar as cidades com homens para aguentar o ataque, a que contou com o melhor fortalecimento foi exatamente esta cidade de Benavente de Campos. D. Juan I, conseguira enviar seiscentos homens de armas castelhanos e outros tantos franceses<sup>252</sup>. Benavente era importante do ponto de vista estratégico, por estar perto de Leão e dominar a rede de estradas que conduziam a Palência e a Burgos. Caindo Benavente, o exército anglo-luso tinha caminho aberto para o centro de Castela e dominava as vias de comunicação com a Galiza. Provavelmente a 27 de março, invadem Castela tomando Alcañices.<sup>253</sup> O principal objetivo era o de obrigar o inimigo a sair das fortificações, proporcionando-se uma batalha campal em que teriam mais possibilidade de vitória. Seguem caminho em direção a Zamora, sem tentarem nenhuma ação contra esta cidade. Ultrapassam o Esla, e chegam as portas de Benavente a 2 de abril, onde montam o acampamento longe do alcance de tiro dos besteiros. A defesa da cidade estava entregue a Álvaro Perez de Osorio e ao francês Robert de Bracquemont.<sup>254</sup> Os invasores tentam

<sup>252</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 494.

<sup>253</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 500.

<sup>254</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 501.

logo pôr o cerco a cidade, mas são logo interpelados pelo inimigo que vem ao seu encontro: «E em este lugar de Benavente estava por fromteiro Alvaro Perez dOsouro, huu cavaleiro da terra de Leaom, com seiscentas lamças de castellaãos, afora Monse Robi de Brocamomte e outros estrangeiros gascões e doutra lingua que hi eram. (...) Asy como quando chegaram, que tanto que o arraiall foy posto, loguo os da villa sairam a escaramuçar com elles a cavallo, na quall escaramuça morreo da parte do Duque Monse Joham Falconer, aquelle cavaleiro imgres que já nomeamos, ca ele nam trazia boa besta e os da villa eram bem encalvaguados e grandes cavalguadores, e isto foi azo da sua morte»<sup>255</sup>. Como podemos observar pela referência de Fernão Lopes, os defensores de Benavente estavam determinados a manter as muralhas da cidade invioladas. Nesta escaramuça, morre João Falconer, um dos homens de confiança do duque, que já tinha participado da campanha que o conde de Cambridge empreendera em Portugal em 1381.<sup>256</sup> Apesar deste primeiro percalço, a força anglo-portuguesa tenta construir trincheiras e outras obras, mas como já referimos anteriormente, não dispunham de material pirobalístico ou de qualquer outro engenho de assalto. Com o avançar do cerco, os franceses começam a reconhecer cavaleiros adversários desafiando-os para combates individuais, dos quais dedicaremos um ponto mais a frente. Certo é, que surge um sentimento de desconfiança com estas ações por parte dos portugueses. Desconfiam que o duque de Lencastre possa estar a negociar um acordo de paz com os castelhanos. Num momento em que ação militar poderia ser determinante, os ingleses faziam justas com os franceses as portas de Benavente.<sup>257</sup>

Vendo que não conseguiriam atrair o inimigo para fora das muralhas, de forma a proporcionar-se uma batalha campal, D. João I e o duque decidem levantar o cerco a 8 de abril. A falta de alimentos e a grande resistência dos castelhanos e dos franceses, e aproximação do duque de Bourbon e dos reforços franceses, fez com que não fosse mais viável manter o cerco.<sup>258</sup> Fracassado o cerco, dirigem-se para norte no dia 10, acampam em Villaquejida de seguida conquistam facilmente Roales,, passado um mês necessitados de uma base maior conquistam Valderas.<sup>259</sup> Esta vila que se rende, apesar do reforço da guarnição por parte de Robert de Bracquemont com homens de armas franceses e bretões. O que lhes permite também cortar vias de comunicação com León. Em Valderas, torna-se clara a impopularidade do duque entre os

---

<sup>255</sup> CDJ, II vol., p. 232.

<sup>256</sup> CDJ, II vol., p. 232

<sup>257</sup> CDJ, II.vol., p. 233

<sup>258</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 504.

<sup>259</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 506.

castelhanos, quando os habitantes da vila não o reconhecem como rei e preferem seguir com os homens de armas e destroem a comida que tinham<sup>260</sup>. Devido a este acontecimento, foi permitido que as forças anglo-portuguesas saqueassem a região, o que até aí tinha sido evitado para não afetar a imagem do duque junto dos castelhanos.<sup>261</sup> Com esta decisão, surgem as desavenças entre ingleses e portugueses, quando D. João I permite que os ingleses sejam os primeiros a entrar na vila e a saquear. Alguns portugueses não compreendiam o porquê do seu rei continuar a sobrevalorizar os ingleses, apesar de terem um efetivo maior e de serem eles que muitas vezes tinham de lhes fornecer comida. As vilas eram conquistadas e era a bandeira do duque que era hasteada, o que começou a causar algum sentimento de revolta nos portugueses.<sup>262</sup> Os portugueses deveriam aguardar até ao meio dia para poder saquear Valderas: «E depois que o Comde tornou de poer em sallvo os de Valdeiras, ouve el Rei conselho que maneira se teria no roubar daquela villa, por quanto dizia o Duque que suas gemtes nam aviam boa companhia dos purtugueses. E mamdou que os imgreses roubassem o lugar ata ora de meio dia e os purtugueses dali ata a noite. E foy asy que o Duque e suas gemtes emtrarã pela manhã e começaram de roubar; e os purtugueses, vemdo lhe trazer os mantimentos, aviam no por grande agravo, dizemdo muitas rezões amtre sy sobre esto, em tamto que se foram a villa muyto primeiro amte de meio dia, e começaram de roubar de mestura com elles. Os imgreses, queixamdo se muito desto, aviam arroido hus com outros. Emtam o Duque foy a temda hu el Rey estava, fazemdo lhe gram queixume dos seus, que nam soomemte emtraram amte de meio dia a roubar comtra seu mamdado mas ainda tomavam aos imgreses o que roubado tinham»<sup>263</sup>. Sabendo disto D. João entrou na vila levando todos pela frente, ferindo alguns e matando dois homens.<sup>264</sup> Este episódio elucida-nos no que concerne à relação entre os ingleses e os portugueses, que nesta fase não seria de grande amizade. Depois de Valderas, partem para Villalobos passados quinze dias, onde conseguem um acordo de Tréguas que lhes permite adquirir alguns mantimentos que se tornavam cada vez mais escassos para os invasores. Nuno Álvares tenta ainda um ensaio de batalhar com Olivier du Guesclin, em Villalpando. Os franceses vendo a forte hoste que o condestável trazia,

---

<sup>260</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 508.

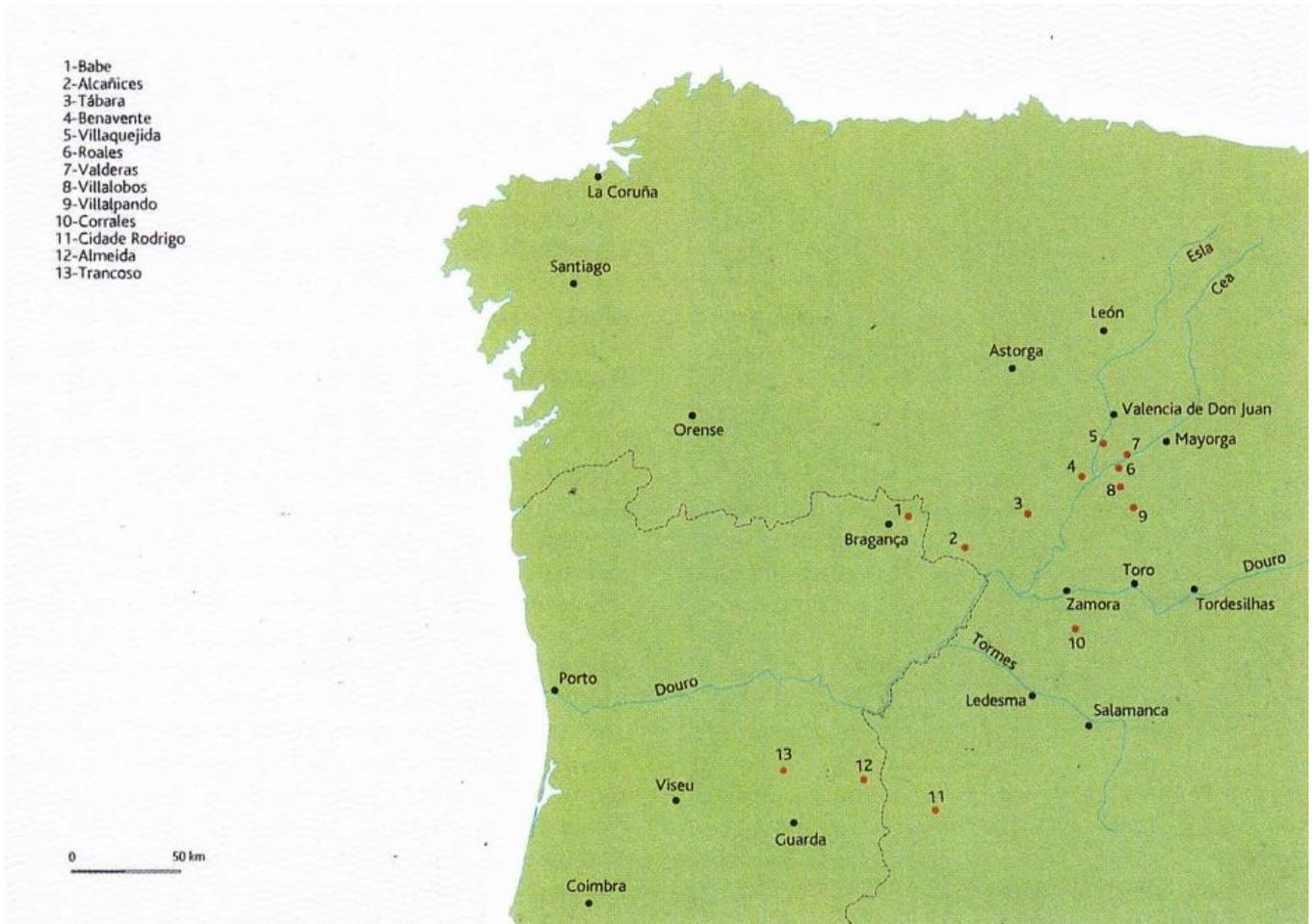
<sup>261</sup> CDJ, II vol., p. 239.

<sup>262</sup> CDJ, II vol., 239.

<sup>263</sup> CDJ, II vol., p. 239.

<sup>264</sup> CDJ, II vol., p. 240.

acabaram por não aceitar o desafio, retirando para a vila.<sup>265</sup> A campanha estava destinada ao fracasso.



Mapa 8 - Itinerário da invasão anglo-portuguesa de Castela, em 1387 (Fonte: FBA)

Na realidade, o duque de Lencastre tinha já iniciado as negociações com Castela, para chegar a um acordo de paz. O seu exército fora consumido pela doença e pela fome, e agora com a iminente pressão dos reforços vindos de França, estava disposto a materializar qualquer acordo razoável. O duque sabia que D. Juan, estaria disposto a chegar a um acordo que permitisse salvar a sua honra na luta pelo trono de Castela.<sup>266</sup> O duque teria de optar por um de dois caminhos: « asy que de duas lhe aparecia fazer huua, ou hir por gemtes a Imlaterra e emtrar poderosamente com ellas, ou cair em algua homrrosa convemça se lhe per seu adversairo cometida fose»<sup>267</sup>. Os próprios capitães que acompanhavam o duque encontravam-se desmoralizados, a tal ponto que

<sup>265</sup> CDJ, II vol., p. 245.

<sup>266</sup> CDJ, II vol., p. 246.

<sup>267</sup> CDJ, II vol., p. 246.

pedem salvo-condutos a D. Juan, para passar por território castelhano até a Gasconha, e partiriam em princípios de setembro de 1387<sup>268</sup>. O exército anglo-português retira para Portugal, com algumas dificuldades em passar por Cidade Rodrigo onde o infante D. João de Castro, no dia 4 de junho, tentara desferir um golpe fatal, mas sem sucesso. Passadas dez semanas do início da campanha, o exército começava a dispersar. João de Holanda, o condestável do duque, tinha já obtido o salvo-conduto para atravessar as terras castelhanas. O duque embarcaria no Porto, no início de setembro de 1387 com a duquesa, pouco tempo depois em direção a Gasconha.<sup>269</sup>

Terminava assim o conflito, que pretendia elevar o duque de Lencastre a rei de Castela. Apesar do fracasso, foi importante do ponto de vista português para consolidar a vitória obtida em Aljubarrota, e garantir que os castelhanos não se concentrassem numa vingança. Apesar de tudo, o duque conseguiria retirar algum benefício da campanha. Este ponto merece um olhar mais atento.

### 10.1 As consequências da campanha anglo-portuguesa em Castela

Com um desfecho muito mais vantajoso para si, D. Juan tinha conseguido aguentar o ataque do inimigo, sem as duas mil lanças que foram prometidas pelo rei de França. Muito devido ao apoio dos mercenários franceses e bretões, que já se encontravam por terras castelhanas como é o caso de Olivier du Guesclin. Porém, o duque de Bourbon trazia notícias da iminente chegada de Lignac e Passac, com as duas mil lanças. A resistência desgastara muito o país e o povo, que estava sujeito a já algumas décadas de guerras. O acordo com o duque de Lencastre tornou-se assim, o principal objetivo para D. Juan. O problema agora seria o pagamento do soldo as duas mil lanças que mandara vir de França. Com o tesouro em insolvência não tinha meios suficiente para pagar às guarnições francesas em Leão, que já faziam sentir a sua insatisfação começando a pilhar e maltratar localidades e populações que até a data tinham defendido.<sup>270</sup> Alguns entram mesmo em Portugal para retirar algum lucro da sua campanha: «Mose Arnaao e Llemiasom, gascões (...), espicialmente estrangeiros, disserem que era muy bem que sem outro capitão que com elles fose, senam por sy soos em boa companhia, fizessem hua emtrada em Purtuguall em

---

<sup>268</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 515.

<sup>269</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 278.

<sup>270</sup> CDJ, II vol., p. 288.

desprezo do Comdestabre, com muita sua homtta e a seu salvo. E esta falla e ajuntamento foi feito em Xarez de Badajoz, oito leguoas dOlivemça, de boas trezemas lamças com cem homes de pee e besteiros, e a mor parte delles eram gascoees. E o comselho amtre elles foi este: que pois o Comdeestabre era em Estremoz, sete leguoas do estremo, sem gemtes comsiguo asy como soo, que bem poderiam emtrar no Regno e amdar por elle dous ou tres dias, corremdo a terra a sua vomtade e apanhamdo roubo quoaunto achar podeesem»<sup>271</sup>. Este grupo de mercenários entra por Portugal, mas o condestável consegue suster as suas investidas e expulsa-os do território, conseguindo ficar com os itens que tinham roubado.<sup>272</sup> Este episódio ilustra bem a deficiência no pagamento dos soldos por parte dos castelhanos às suas guarnições francesas. Isto obrigará D. Juan a tomar uma decisão relativamente às tropas que chegam. Duas mil lanças que seriam essenciais para o auxiliar, num conflito que já não existia, pois, o duque de Lencastre e D. João I, acabavam de deixar Castela. Reúne então o seu conselho para entender o que fazer, sendo acordo que o melhor seria o de pagar o soldo possível e de enviar a companhia francesa de regresso a casa: «E por tanto acordó el Rey, que por quanto aquella compaña de Francia cada dia le facia grand costa en el sueldo, que era mejor de los contentar é pagar, é enviarlos á Francia. E esto facia el Rey Don Juan, lo uno porque non podia complir las pagas que ellos debian aver»<sup>273</sup>. D. Juan, paga metade do soldo aos franceses, e consegue convencê-los a regressar ao seu país, prometendo o pagamento da segunda parte mais tarde.<sup>274</sup> Retirava uma força que se poderia tornar hostil do seu território por não ter mais pontos de conflito onde os enviar. Apesar, das crenças dos franceses de que o rei iria prosseguir para uma invasão a Portugal, que seria inviável por falta de financiamento e mantimentos, e pelo próprio desgaste castelhano. Além disso, D. Juan preparava o caminho para um acordo com o duque de Lencastre.

O duque de Lencastre fracassara no seu objetivo de conquistar o trono castelhano. Não se conseguira impor do ponto de vista militar, não tendo tido uma boa preparação. Foi ainda surpreendido pelas táticas defensivas usadas pelos castelhanos, e os seus homens sofreram com a fome, as doenças e o clima adverso. Era necessário, resgatar a campanha e obter um bom acordo com o monarca Trastâmara. Entrando em Portugal, o duque aguardava a embaixada oficial do rei de Castela, que o aborda quando este se encontra em Trancoso. É aqui que se iniciam as

---

<sup>271</sup> CDJ, II vol., p. 289.

<sup>272</sup> CDJ, II vol., p. 290.

<sup>273</sup> CDRC, p. 266.

<sup>274</sup> CDRC, p. 266.

negociações, que se prolongam pelo mês de junho de 1387.<sup>275</sup> Foi desde logo acordado o casamento de D. Catarina de Lencastre, filha do duque, com D. Henrique, herdeiro de D. Juan. O rei castelhano alicia o duque e D. Constança a abdicar das suas pretensões ao trono, oferecendo-lhes territórios e uma indemnização financeira. Iniciadas as negociações decide-se que seriam em Baiona, na Gasconha, que o acordo seria redigido e ratificado.<sup>276</sup> João de Gaunt, parte então do Porto em finais de setembro, numa embarcação providenciada por D. João I. A comitiva leva algum tempo a chegar Baiona, sendo só em início de fevereiro que se começa a redigir o acordo, provavelmente devido a necessidade de reorganização administrativa e financeira do reino. No acordo, D. Juan remunerava o duque de Lencastre, com um pagamento monetário de seiscentos mil francos e de uma prestação anual de quarenta mil. Fradique, duque de Benavente, meio-irmão do rei de Castela, seria enviado como refém até a indemnização ser paga<sup>277</sup>. O acordo foi selado com o casamento de D. Catarina com D. Henrique. D. Juan, ficava ainda obrigado a alimentar esforços para fazer a paz entre Carlos VI e Ricardo II.<sup>278</sup> O duque conseguia obter uma boa remuneração pelos prejuízos causados pela guerra, bem como uma avultada pensão. Cruzava a sua linhagem com a dos Trastâmara, alcançando o trono castelhano, um objetivo que não conseguira concretizar para seu benefício pessoal.

Sabendo de como saíram do conflito o duque de Lencastre e D. Juan, dedicamos a nossa atenção a Portugal. É necessário percebermos que implicações teve este conflito no consolidar de uma dinastia que acabava de se formar. Dinastia que tremeu, pouco depois do final da campanha em Castela, com a doença de D. João e o aborto de D. Filipa que se encontrava grávida.<sup>279</sup> Felizmente para a dinastia de Avis, o rei recuperou e afirmou o seu legado. Este conflito permitiu, retraindo a possível tentativa de vingança dos castelhanos, pela humilhante derrota sofrida na batalha de Aljubarrota. Reforçou a aliança luso-inglesa com o casamento de D. João e o tratado de Windsor. Uma aliança que teve algumas dificuldades, com as dúvidas relativamente a dispensa papal para o casamento de D. João com D. Filipa, as negociações secretas do duque com D. Juan, bem com as atitudes que os soldados ingleses mantiveram com o inimigo no final da campanha. Este último aspeto, merece especial atenção, devido à relação com o nosso tema, uma atenção especial que trataremos no próximo ponto.

---

<sup>275</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 278.

<sup>276</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 542.

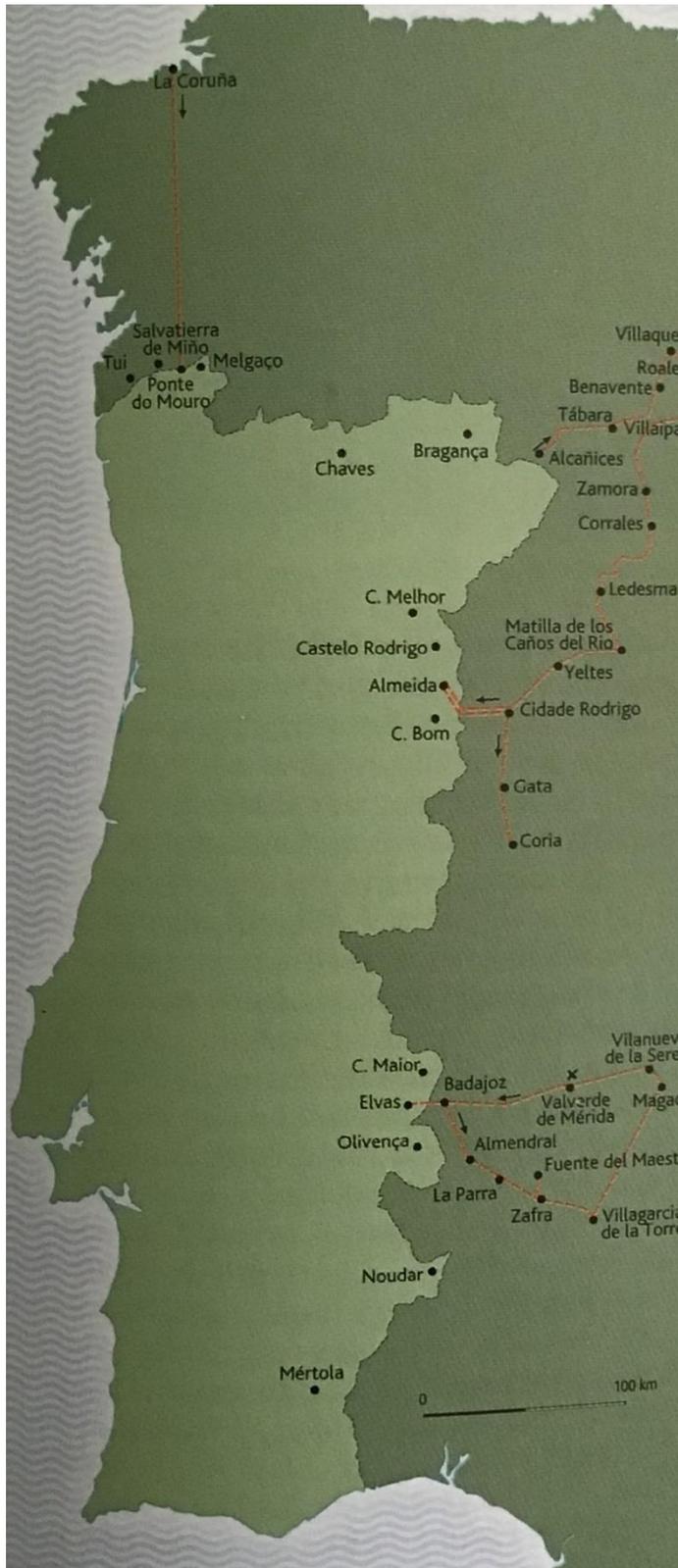
<sup>277</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 542.

<sup>278</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 543.

<sup>279</sup> CDJ, II vol., p. 256.

Assim, a campanha anglo-portuguesa de 1387 tornou-se essencial para Portugal. Apesar de não se ter atingido o objetivo principal, existem alguns aspetos positivos a retirar. O duque conseguiu retirar algum lucro, arruinando D. Juan, e abrindo caminho a uma futura paz entre Inglaterra e Castela. Portugal reforçou a sua independência, e necessitaria apenas de um último esforço para a garantir.

Os Mercenários nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência (1367-1411)



Mapa 9 - Movimentações na campanha anglo-lusa 1387 (Fonte: Nova História Militar de Portugal, vol.1, p. 275)

## 10.2 Os mercenários na campanha anglo-portuguesa de 1387

Tratando-se de um conflito que envolve essencialmente aliados, é necessário da nossa parte conseguirmos identificarmos quem foram aqueles que foram os mercenários envolvidos, ou que tiveram algum comportamento que correspondam aos nossos critérios. Como vimos anteriormente, o conflito iniciou-se com a invasão do duque de Lencastre a Galiza. Ora, o duque não pode ser encarado neste sentido como um interveniente mercenário, mas sim como um pretendente ao trono de Castela. Então, onde encontramos mercenários neste conflito? Os homens de armas que são recrutados encaixam no perfil mercenário que aqui delineamos.

Comecemos com o caso de João Mauburney, que seria membro do séquito pessoal do duque de Lencastre<sup>280</sup>. Sendo dos homens de confiança do duque, deduzimos que tenha vindo como soldado com obrigações. Porém, não era a primeira vez que este homem visitava a Península Ibérica. Era já um veterano da campanha do conde de Cambridge vez em 1381, e causara por Portugal alguns distúrbios: «assi como fezerom em Vila Viçosa, quando hi chegou Maa Borni com outros ingreses que alçarom volta com os do logar e matarom Gonçall ' Eannes Santos e ferirom outros da vila; e isso mesmo matarom os da villa dos ingreses, e forom feridos alguus; eles combaterom Borva e Monssaraz, e escallarom o Rredondo e cobaterom Avis, e quiserom escalar Evora-Monte e nom poderom»<sup>281</sup>. Como podemos observar pelos atos cruéis cometidos nesta primeira passagem por Portugal, Mauburney pode ser rotulado de mercenário. Existe outro evento em que o podemos identificar como um veterano, e bem conhecido do seu inimigo. Aquando do cerco de Benavente, Mauburney é desde logo identificado pelo inimigo. Robert de Bracquemont, este francês que o podemos também incluir no grupo de mercenários das guarnições que o rei de Castela teria dificuldades em pagar o soldo, desafia Mauburney para uma justa: «Maborni era de bom corpo e correra já pomtas muitas vezes; e monse Robi era mais pequeno e nam sages em aquelle feiro»<sup>282</sup>. Estas justas foram realizadas, durante um período de tréguas temporárias, nas festividades da Páscoa. Uma relação de proximidade entre ingleses e franceses, que se verifica mais tarde, quando num momento de escassez os ingleses já em retirada perto de Salamanca, dão um salvo-conduto, a um Renaud de Roye e mais cinquenta cavaleiros franceses para participarem de justas. João de Holanda, desafia mesmo e o cavaleiro francês, para uma justa:

---

<sup>280</sup> Russel, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, p. 502.

<sup>281</sup> CDF, p. 465.

<sup>282</sup> CDJ, p. 233.

«A lendemain que ils furent venus, messire Jean de Hollande et messire Regnault de Roye s'armèrent et montèrent à cheval; et vinrent en une belle place sabloneuse par dedans le clos de Betances, où les armes se devoient faire»<sup>283</sup>. Chegam também carros com mantimentos ao arraial, para os ingleses o que não foi muito do agrado dos portugueses. Aliás, muitos foram os momentos de desprezo dos ingleses para com os portugueses, como na pilhagem de Valderas.<sup>284</sup> Mesmo da parte do duque, que acaba por aceitar reconhecer o título de rei de Portugal a D. Juan, no Tratado de Baiona. Todos estes exemplos podemos encará-los como desrespeitosos, demonstrando o carácter dos ingleses que por esses tempos intervieram em Portugal.

Outro caso em que podemos afirmar que se tratava de mercenários, o caso dos irmãos Thierry e Guillaume de Soumain. Estes dois escudeiros, provinham do Hainaut, uma região tradicionalmente propícia ao recrutamento mercenário. Aliás, a Flandres era também palco de vários combates, o que obrigou os homens locais a adquirir alguma especialização militar. Saber a origem dos homens de armas pode ser uma forma de conseguirmos distinguir os mercenários dos soldados que efetivamente tinham uma obrigação militar de vassalagem para com o seu líder. Estes dois homens participam na conquista de Roales, acompanhados Mauburney e João de Aubrecicourt: «Et advint que messire Thomas Moreaux, le maréchal de l'ost, en sa compagnie messire Maubruin de Linières, messire Jean d'Aubrecicourt, Thierry et Guillaume de Soumain et environ deux cens lances et cinq cens archers chevauchèrent en Galice, et s'en vinrent à une ville fermée à sept lieue de Saint-Jacques, laquelle on appelle au pays Ruelles»<sup>285</sup>. Na hoste do duque, e nesta campanha, é mais difícil identificar se efetivamente estes homens se encaixam como mercenários. O que deduzimos é relativamente ao seu histórico, as suas ações e a sua origem encaixam-se no perfil. Talvez seja mais fácil identificar mercenários entre os franceses que apoiavam Castela.

Oficialmente, Carlos VI de França auxilia o rei castelhano com duas mil lanças que seriam lideradas pelo duque de Bourbon. Os dois capitães encarregues de recrutar e encaminhar estes reforços são Guillaume de Lignac e Gaultier de Passac. Estes dois cavaleiros não se podem encaixar como mercenários nesta situação, por serem enviados diretos do rei de França, mas Froissart identifica-os com *routiers* nas Guerras Fernandinas: «Le roi D. Jean se defendi grandement à l'encontre de lui, et envoya sur les frontieres en ses garnisons grand'foison de gens

---

<sup>283</sup> CF, Livro III, Cap. LIX.

<sup>284</sup> CDJ, II vol., p. 239.

<sup>285</sup> CF, Livro III, Cap. XXXVIII.

d'armes et de géniteurs, et des plus stilés routiers, pour résister contre ses ennemis, tant que à ce commencement il ne perdit rien; car il avoit de delà sage et bonne chevalerie de France avecques lui, qui le confortoient en sa guerre et conseilhoient, tels que le Bègue de Villaines et messire Pierre son fils, messire Jean de Berguettes, messire Guillaume de Lignach, messire Gaultier de Passach et le seigneur de Terride, messire Jean et messire Tristan de Roye, et plusieurs autres»<sup>286</sup>. Se nas Guerras Fernandinas, os podemos identificar como *routiers*, no comando das duas mil lanças para fazer face ao duque de Lencastre, são claros aliados. É garantido, que muitos homens que compõem a companhia são mercenários que foram recrutados pela França para servir em Castela. Como vimos, estes dois homens pertenciam a guarnições francesas que participaram nas Guerras Fernandinas, mas estes regressaram a França e agora serviam o seu rei. Mas nem todos regressaram, e viram no serviço ao rei de Castela uma excelente oportunidade.

Robert de Bracquemont foi já um caso citado acima, mas um dos principais participantes da resistência franco-castelhana foi Olivier du Guesclin. Relacionamos, desde de logo o nome ao condestável francês Bertrand du Guesclin, que também servira em Castela. Pois Olivier era irmão deste, e ficara em Castela como um dos comandantes das guarnições francesas em Castela, aparece muitas vezes referenciado como o conde Longa Vila.<sup>287</sup> Por exemplo, pouco antes de o duque aportar na Corunha, chegava a falsa informação que o francês se preparava para atacar com duas mil lanças: « E imdo ell Rey per seu caminho, veio lhe recado, segumdo algus comtão, que el Rey de Castela de fazia prestes de o vir buscar e peleijar cõ elle, porquoanto em seu reino herão já duas mil lamças de framcezes e por capitaõ delas o Senhor de Lomgua Vila; mas esto nõ foy asy, ne cureis de tall rezoado».<sup>288</sup> E neste caso não existem dúvidas que se tratava de um mercenário, que aproveitava a sua influência junto do rei castelhano para seu próprio proveito. As várias guarnições que estavam ao serviço de D. Juan foram uma dor de cabeça no momento de pagar o soldo. Aqui teremos de fazer a diferenciação, entre o pagamento das duas mil lanças, e o pagamento aos mercenários que já se encontravam em Castela anteriormente, e permanecem tentando tirar algum lucro da sua aventura pela Península Ibérica. Exemplo disso, é o episódio que relatámos no ponto anterior, em que um grupo de gascões entra em Portugal para pilhar e são apenas travados pelo condestável.

---

<sup>286</sup> CF, Livro II, Cap. CIII.

<sup>287</sup> CF, Livro II, Cap. CIII.

<sup>288</sup> CDJ, II vol., p. 192.

A presença de mercenários neste conflito é indiscutível. O que é necessário ter em atenção, é conseguirmos distinguir quem são os representantes oficiais do duque no caso inglês e os do rei de França entre os homens que vêm em auxílio de D. Juan. Certo é que o contributo e as suas ações ficaram marcadas nos relatados desta campanha.

## 11 O fim do conflito e a paz com Castela

Chegamos ao ano de 1388, após quase vinte anos de guerras intermitentes, Portugal tinha sofrido uma grande transformação. Instaurara-se uma nova dinastia, que D. João I fortaleceria com mais uma campanha pelo Minho neste ano.<sup>289</sup> Empreende um grande cerco a Melgaço, que se mantinha fiel aos castelhanos. Enquanto isso, o condestável se concentrava na defesa da frontaria alentejana, precavendo qualquer possibilidade de ataque. Durante o ano, D. João passa por Ponte de Lima, Barcelos, Porto, Coimbra, Lisboa, Beja, Estremoz e Évora. Em setembro cerca Olivença, com o apoio do condestável. Depois cerca Campo Maior, que se rende a 1 de dezembro, passando por aguerrido cerco e uma pretesia que não obteve resposta de D. Juan.<sup>290</sup> Com esta conquista, D. João I conseguia ter quase a totalidade do território português sob o seu domínio. Estava montado o cenário perfeito, para começar as negociações de paz com Castela.

Em fevereiro de 1389 foi assinada uma trégua de seis meses.<sup>291</sup> Para garantir uma paz prolongada e evidente, D. João I continua com a sua estratégia ofensiva. Cerca Tui desde do fim do prazo das tréguas, e usando de bastidas, escadas e manteletes, a importante cidade galega rende-se.<sup>292</sup> A paz será inevitável, a partir das tréguas entre França e Inglaterra, em Leulingham, a 18 de julho.<sup>293</sup> Seriam três anos de paz, a que Portugal e Castela acrescentariam mais três.<sup>294</sup> Acordam assim, seis anos de tréguas. A 9 de outubro de 1390, morre D. Juan I, o que beneficia ainda mais as pretensões de D. João I, em solidificar a paz.<sup>295</sup> O reino vizinho era herdado por um menino de onze anos, e logo se instalou um clima de agitação política. É a 15 de maio de 1393,

---

<sup>289</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 279.

<sup>290</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

<sup>291</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

<sup>292</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

<sup>293</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

<sup>294</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

<sup>295</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

que Portugal alcança um acordo de tréguas por quinze anos.<sup>296</sup> Mas a paz absoluta ainda não era uma realidade. Em 1396, D. João I ataca e toma Badajoz, alegando que os castelhanos não estavam a respeitar o acordo. O condestável de Castela retalia, entrando pela Beira, incendiou Viseu, e até ao final do ano atacou Moura, Serpa, Beja e Campo de Ourique<sup>297</sup>. D. João I perde os castelos de Bragança, Vinhais, Mogadouro e Vila Maior. Esta perda era consequência de uma crise nos finais de 1387 e inícios de 1388, com o rei e alguns importantes fidalgos, que acabam por desertar para o lado castelhano.<sup>298</sup> O monarca português empreende então um ataque pela Galiza, entre maio e junho, em resposta a esta perda. Com o foco em Tui, D. João I, consegue novamente entrar na cidade. D. Henrique III, ensaia ainda um ataque concêntrico, para socorrer Tui, atacar o Alentejo e bloquear Lisboa por mar. Uma tentativa de réplica, que sai furada ao novo rei castelhano.<sup>299</sup> Com a morte de D. Juan I, os castelhanos parecem ter perdido a esperança de vingar Aljubarrota. Em 1400, D. João I continua a pressionar e cerca Valência de Alcântara, que acaba por abandonar pela iminente aproximação de um exército de duas mil e quinhentas lanças castelhanas.<sup>300</sup> Este terá sido último grande acontecimento militar de registo, no prolongado conflito entre Portugal e Castela. A 6 de outubro de 1402, chegam a um acordo de paz com duração de dez anos.<sup>301</sup> Com a morte de D. Henrique III, é coroado em Castela D. Juan II, que tinha menos de dois anos de idade. A regência de Castela, é assumida pelo infante D. Fernando e D. Catarina de Lencastre, irmã da rainha portuguesa. Esta conjuntura, irá fazer com que as negociações de paz se tornem mais fáceis. A 31 de outubro de 1411 é assinado em Ayllón, o acordo de paz que pôs termo a mais de quarenta anos de guerra entre os dois reinos.<sup>302</sup>

Os mercenários não tiveram grande intervenção nesta última fase do conflito entre Portugal e Castela. Com o desinteresse do duque de Lencastre ao trono de Castela, e as tréguas estabelecidas entre Inglaterra e França, os mercenários ingleses a que Portugal recorreu anteriormente não são mais chamados a intervir.

---

<sup>296</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

<sup>297</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 280.

<sup>298</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 281.

<sup>299</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 281.

<sup>300</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 281.

<sup>301</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 282.

<sup>302</sup> Monteiro, «As Campanhas que fizeram a História», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 282.

Com este desfecho, Portugal passará por turbulentos anos que mudaram a conjuntura do país. Depois de passados quarenta anos de disputas, abria-se uma nova fase para a história de Portugal.

## 12 Conclusão

No momento de concluir esta dissertação é necessário enumerarmos as respostas que conseguimos obter, para a problemática proposta. Ao elaborar o projeto de pesquisa, comprometemo-nos a alcançar alguns objetivos com esta investigação. Sendo assim, servem as seguintes páginas para a nossa reflexão final.

Em primeiro lugar, queríamos perceber o que caracterizava o mercenário medieval. Conseguimos compreender que eram homens deslocados socialmente, filhos secundogénitos ou escudeiros ambiciosos, na procura de uma promoção social. A guerra conquistou o lugar de atividade mais rentável, em tempos de fracas produções agrícolas e propagação de doenças. Logo se difundem por toda a Europa, grupos de militares que perseguem o seu próprio lucro. Aproveitam o facto de não existir uma profissionalização dos exércitos, criam companhias que rapidamente conquistam o seu lugar na máquina militar. Usam equipamentos e táticas militares, que estão na vanguarda das que se praticavam na época. Deixam um legado de conhecimento que espalham por toda a Europa, funcionando como divulgadores da arte da guerra. As companhias começam a ganhar líderes carismáticos, que conseguem uma promoção social e cria-se um mito em volta de guerreiros cruéis e violentos. Homens como Bertrand du Guesclin que consegue subir a pulso, sendo mesmo nomeado condestável francês. Mas existem também personagens nobres, como o Príncipe Negro e os seus irmãos, que recorriam a muitos efetivos a soldo. Aproveitando os conflitos para tirar proveito político, mas também de forma a aumentar os seus rendimentos. Descobrimos que é necessário estar atentos na leitura das fontes, de forma a não confundir os aliados com os mercenários. Sabemos que estão relacionados, e que consoante os interesses um mercenário pode tornar-se num aliado valioso. Distinguimos a diferença entre estrangeiros e mercenários, identificando também alguns casos de mercenários que atuavam em território português não sendo estrangeiros. Este tema necessitaria de uma abordagem mais concreta.

Delimitado o conceito de mercenário medieval, foi importante compreendermos os conflitos em que intervirem. A guerra é constante na Europa, durante a segunda metade do século

XIV. Devastada pela Guerra dos Cem Anos, o conflito entre França e Inglaterra alarga-se à Península Ibérica. Foi por isso um dos nossos objetivos, compreender o contexto que se vivia. Traçado este contexto, progredimos diretamente para as movimentações militares. Para entendermos as guerras que envolveram Portugal, foi essencial atentarmos antes na Guerra Civil Castelhana. Com o estudo deste conflito, chegámos à conclusão que foi nesse momento que as companhias de mercenários se generalizaram na Península Ibérica, e que tiveram um valoroso contributo nas guerras que se seguiram. Tendo este estudo, como pano de fundo as Guerras Fernandinas e as Guerras da Independência, era importante dissecar as ações militares e políticas que ocorreram neste período. Com base na bibliografia já existente, conseguimos compreender as características destas guerras. Ao chegarmos a este ponto, focamos a nossa atenção no impacto que os mercenários tiveram nestes conflitos. Percebemos que, para além de reforçar as forças já existentes, introduziram inovações táticas, que modificaram a visão da guerra praticada até então em Portugal. Sendo os seus conhecimentos importantes para as vitórias das batalhas dos Atoleiros e Aljubarrota. Deixam ainda uma grande influência em Nuno Álvares Pereira, que com o uso do modelo inglês, muda a forma de combater da sua hoste.

Em suma, espera-se que esta dissertação complemente os estudos dedicados a guerra em Portugal na Idade Média. Tendo como foco principal os mercenários, procura deixar um traço de originalidade, alertando para a importância destes homens nos conflitos armados desta época.

## 13 Fontes e Bibliografia

### 13.1 Fontes

Ayala, Pedro Lopez de, *Crónicas de los Reyes de Castilla, emendas de Jerónimo Zurita*, Madrid, Imprensa de Don António de Sancha, Tomo II, 1780.

*Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, por autor anónimo; adapt. Jaime Cortesão; il. Martins Barata, 4ª edição, Livraria Sá da Costa, 1957.

Froissart, Jean, *Les Chroniques de Sire Jean Froissart: qui traitent des merveilleuses emprises, nobles aventures et faits d'armes advenus en son temps en France, Anglaterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portingal et ès autres parties*. Tomo II, Coleção: Le Panthéon Littéraire, Paris, 1879.

Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I*, I vol. Porto, Livraria Civilização, 1991.

*Crónica de D. João I*, II vol. Porto, Livraria Civilização, 1991.

*Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM, 2004.

### 13.2 Bibliografia

Allmand, Cristopher, *The Hundred Years War: England and France at War (c.1300 – c.1450)*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Arnaut, Salvador Dias, *A crise nacional dos fins do século XIV: a sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960.

«Flechas com “erva” na guerra entre Portugal e Castela no fim do século XIV», in *Revista Portuguesa de História*, vol. III, p. 214-220.

Barbosa, Pedro Gomes, *A Batalha de Trancoso, A vitória dos nobres da Beira*, Arcádia, Lisboa, 2013.

Barroca, Mário Jorge; Duarte, Luís Miguel; Monteiro, João Gouveia, *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, coordenação: Matoso, José; direção: Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severino, Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

Barros, Amândio Jorge, «A preparação das armadas em Portugal nos finais da Idade Média», in *Cadernos Históricos*, 3, Lagos, 1992, p. 28-55.

Caetano, Marcelo, *A Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa: Verbo, 1985.

Cardini, Franco, «O guerreiro e o cavaleiro», *O Homem Medieval*, dir. de Jacques le Goff: Lisboa, Presença, 1990.

Coelho, Maria Helena da Cruz, *D. João I, que re-colheu Boa Memória*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

Contamine, Philippe, *La guerre au Moyen Age*, Paris: Presses Universitaires de France, cop. 1980.

Duarte, Luís Miguel, *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa, 1383/1389*, Quidnovi, 2007.

*Guerra Pela Independência: 1383-1389*, Matosinhos: Quidnovi, 2006.

- Duby, Georges, *Guillaume le Maréchal ou Le meilleur chevalier du monde*, Fayard, 2000.
- Le Dimanche de Bouvines : 27 Juillet 1214*, Paris : Gallimard, cop. 1985.
- Fernandes, Fátima Regina, *O Reinado de D. Fernando no âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento, policopiada), 1996.
- Fowler, Kenneth, *Medieval Mercenaries: v. 1: The Great Companies*, Oxford, Blackwell Publishers, 2001.
- Gomes, Saul António, Memória da Batalha Real de 1385, in Tempos e História. Comemoração dos 500 Anos do Concelho e da Vila da Batalha, Leiria, Magno Ed./ Câmara Municipal da Batalha, 200, p. 37-75.
- Marques, A. H. de Oliveira, «Portugal na crise dos séculos XIV e XV», in *Nova História de Portugal*, vol. IV, dir., Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- Martins, Armando Alberto, *Guerras Fernandinas 1369-1382*, Quidnovi, 2008.
- D. Fernando o formoso, Academia portuguesa de História, Quidnovi, 2009.
- Martins, Miguel Gomes, *Guerreiros Medievais Portugueses*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média*. 1º ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- Matoso, José, *História de Portugal*, Lisboa: Caminho, 2006.
- Monteiro, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Ed. Notícias, 1998.
- A arte militar na Europa dos séculos XI-XIII – Um Vade Mecum*, in Revista de História das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 32, 2011.
- Aljubarrota 1385. A batalha real*, tribuna da historia, 2003.
- Aljubarrota revisitada*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001
- «A batalha de atoleiros ensaio geral para Aljubarrota?», in *Revista portuguesa de pedagogia*, Extra-Série, 2011, p. 321-335.
- Fernão Lopes – Textos e contextos*, Coimbra, 1998.

Os Mercenários nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência (1367-1411)

*Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo. Os Três Rostos do Condestável*, Manuscrito, 2017.

Oliveira, Frederico Alcides de, *Aljubarrota dissecada*, Lisboa, Comissão de História Militar, 1979.

Prestwich, Michael, *Armies and warfare in the middle age : The English experience*, Yale University Press, 1996.

Russel, Sir Peter E., *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

«Os Ingleses em Aljubarrota: um resoldido através de documentos do Public Record Office», in *Revista Portuguesa de História*, Tomo X, Londres, 1967, p. 419-433.

Santos, José Alberto Loureiro dos, *Abordagem estratégica da Guerra da Independência*, Lisboa, Direcção dos Serviço Histórico Militar, 1986.

Sousa, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto: INCI, 1990.

«Realizações, A Prosa Histórica», in *História de Portugal*, vol. 2, coordenação: Mattoso, José, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

*Os cronistas e o imaginário no século XV* (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso, «Revista de Ciências Históricas», vol. 9, 1994.

Strickland, Matthew, *War and Chivalry. The Conduct and Preception of War in England and Normandy (1066-1217)*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.